

BANCOPATAGONIA

**Relatorio Anual e Demonstrações Financeiras
em 31 de dezembro de 2017 e 2016
Acompanhado dos relatórios dos Auditores Independentes e do
Conselho Fiscal**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

ÍNDICE

Página

Relatório anual	
Parecer dos Auditores independentes sob as Demonstrações Financeiras	
Folha de rosto	1
Balanços Patrimoniais.....	2
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa e seus equivalentes	10
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12
Anexo A - Detalhe de Títulos Públicos e Privados.....	80
Anexo B - Classificação dos Financiamentos por situação e garantias recebidas	82
Anexo C - Concentração dos Financiamentos.....	84
Anexo D - Desdobramento por prazos dos Financiamentos.....	85
Anexo E - Detalhe de Participações em Outras Sociedades.....	86
Anexo F - Movimentação do Ativo Imobilizado e Bens Diversos.....	88
Anexo G - Detalhe dos Bens Intangíveis	89
Anexo H - Concentração dos Depósitos	90
Anexo I - Desdobramento por prazos dos Depósitos, Outras Obrigações por Intermediação Financeira e Obrigações Negociáveis Subordinadas	91
Anexo J - Movimentação de Provisões	92
Anexo K - Composição do Capital Social.....	93
Anexo L - Saldos em moeda estrangeira	94
Anexo N - Assistência a coligadas	95
Anexo O - Instrumentos financeiros derivativos	96
Projeto de Distribuição dos Resultados	97
Demonstrações Financeiras Consolidadas	98
Relatório Informativo	
Relatório do Conselho Fiscal	

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.

Aos Senhores Presidente e Diretores de
Banco Patagonia S.A.
Domicílio legal: Av. de Mayo 701, 24° andar
C.U.I.T. (CNPJ) n°: 30-50000661-3
Cidade Autônoma de Buenos Aires

Informe sobre demonstrações financeiras

Auditamos as demonstrações contábeis do Banco Patagonia S.A. (doravante a “Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, e dos fluxos de caixa e equivalentes pelo exercício findo nessa data, as notas explicativas 1 a 27, e os anexos A, B, C, D, E, F, G, H, I, J, K, L, N e O. Além do mais, auditamos as demonstrações contábeis consolidadas anexas do Banco Patagonia S.A. e suas sociedades controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2017, as correspondentes demonstrações do resultado consolidado e dos fluxos de caixa e seus equivalentes, pelo exercício findo nessa data, as notas 1 a 10, e o anexo 1, apresentados como informações complementares.

Os valores e outras informações relevantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são parte integrante das referidas demonstrações contábeis, e são apresentadas com o fim de serem interpretadas exclusivamente com relação aos valores e com a informações do exercício actual.

Responsabilidade do Conselho de Administração e da Gerência sobre as demonstrações financeiras

O Conselho de Administração e a Gerência são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis anexas de conformidade com as normas contábeis vigentes estabelecidas pelo Banco Central da República Argentina (B.C.R.A.), e pelo desenho, implementação e manutenção do controle interno que o Conselho de Administração e a Gerência determinaram como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livre de distorção relevante.

Responsabilidade dos auditores

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis anexas com base em nossa auditoria. Efetuamos nossa auditoria de acordo com as normas de auditoria estabelecidas na Resolução Técnica n° 37 da Federação Argentina de Conselhos Profissionais de Ciências Econômicas e com as “Normas mínimas sobre auditorias externas” baixadas pelo B.C.R.A. Estas normas requerem que planejemos e executemos a auditoria para obter uma seguridade razoável acerca de que as demonstrações financeiras não têm erros significativos. Uma auditoria inclui aplicar procedimentos, sobre bases seletivas, para obter elementos de juízo sobre os números e afirmações expostas nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do juízo profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de que existam nas demonstrações financeiras tenham distorções significativas. Ao realizar esta avaliação de riscos, consideramos o controle interno existente na Entidade, relacionada com a preparação e apresentação das demonstrações financeiras, com a finalidade de selecionar os procedimentos de auditoria que resultem apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma união sobre a efetividade do sistema de controle interno vigente na Entidade. Assim mesmo, parte de uma auditoria inclui avaliar que as políticas contábeis utilizadas, as estimativas significativas efetuadas pelo Conselho de Administração e a apresentação das demonstrações financeiras tomados em seu conjunto. Consideramos que as evidências obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião profissional.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam razoavelmente, em todos seus aspectos significativos, a situação patrimonial e financeira de Banco Patagonia S.A em 31 de dezembro de 2017 os resultados de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e equivalentes pelo exercício findo nessa data e a situação patrimonial e financeira consolidada de Banco Patagonia S.A com suas sociedades controladas ao 31 de dezembro de 2017 e os respectivos resultados de suas operações e os fluxos de caixa e seus equivalentes pelo exercício finalizado nessa data, de conformidade com as normas contábeis estabelecidas pelo B.C.R.A.

Parágrafo para ênfase

Sem alterar nossa conclusão, chamamos a atenção dos usuários deste relatório sobre a seguinte informação contida em Notas das demonstrações contábeis anexas:

- a) Assim como é indicado na Nota 3 às demonstrações contábeis individuais anexas, as mesmas foram preparadas pela Diretoria e pela Gerência da Entidade, de acordo com as normas contábeis estabelecidas pelo B.C.R.A., as quais diferem em certos aspectos de avaliação e exposição das normas contábeis profissionais vigentes na Cidade Autônoma de Buenos Aires, República Argentina, que são descritos e quantificam na mencionada nota, e
- b) Assim como é indicado na Nota 4 às demonstrações contábeis individuais anexas, as partidas e cifras contidas na conciliação ali incluída estão sujeitas a mudanças, e somente poderão ser consideradas definitivas quando forem preparadas as demonstrações financeiras anuais correspondentes ao exercício no qual forem aplicadas pela primeira vez as Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF) de acordo com o estabelecido pelo B.C.R.A. a partir da Comunicação "A" 5541 e complementares, que conformam em seu conjunto as normas NIIF adotadas pelo B.C.R.A., que diferem das NIIF ao ficar isenta transitoriamente a aplicação do ponto 5.5, Deterioração de valor da NIIF 9.

Informações sobre outros requerimentos legais e regulamentares

Observando as disposições em vigor, informamos o seguinte:

1. as demonstrações financeiras individuais anexas constantes do livro de Inventários e Balanços e são baseadas nos registros contábeis da Entidade, levados, em seus aspectos formais, em conformidade com as disposições legais em vigor. Os sistemas de informação utilizados para gerar as informações nas demonstrações financeiras mantêm as condições de segurança e integridade com base no qual foram oportunamente autorizadas;
2. aplicamos os procedimentos sobre prevenção da lavagem de ativos de origem criminal e financiamento do terrorismo, estabelecidos nas correspondentes normas profissionais emitidas pela FACPCE.
3. em 31 de dezembro de 2017, a Entidade têm um patrimônio líquido mínimo e contraparte líquida exigidos pelas normas da Comissão Argentina de Valores Mobiliários, como mencionado na nota 15 às demonstrações financeiras individuais conjuntas,
4. as demonstrações financeiras consolidadas anexas foram elaboradas pelo Conselho de Administração e a Gerência da Entidade, em seus aspectos relevantes, nos termos das diretrizes de consolidação estabelecidas nas Comunicações "A" 2227 e 2349 do Banco Central da República Argentina, que são expostas nas notas 1 a 10 dessas informações consolidadas;
5. em 31 de dezembro de 2017, não existe evidência de inadimplemento de qualquer aspecto relevante das regulamentações monetárias e regulamentações técnicas estabelecidas pelo Banco Central da República Argentina sobre bases consolidadas informadas perante esse órgão de controle;
6. revisamos o relatório informativo (seções "Aspectos salientes", "Estrutura patrimonial consolidada comparativa", "Estrutura de resultados consolidada comparativa", "Estado de fluxo de caixa consolidado comparativa", " Síntese de dados estatísticos", "Perspectivas " e "Informações adicionais requeridas pelo

artigo 12, capítulo III, título IV das normas da CNV") e não temos ressalvas no tocante às matérias de nossa competência; e

7. em 31 de dezembro de 2017, a dívida apurada por contribuições para o Sistema Integrado Previdenciário Argentino, que consta dos registros contábeis, é de ARS 92.782.205, não havendo dívida exigível a essa data.

8. de acordo com nos termos do requerido pelo artigo 21, parágrafo e, da Seção VI, Capítulo III do Título II do NT 2013, informamos que:

- o quociente percentual entre do total de serviços de auditoria profissional prestados por nós para a emissão de relatórios sobre demonstrações financeiras e relatórios especiais ou certificações em informação contábil e financeira faturados à Entidade, e o valor total faturado à Entidade em todos os aspectos, incluindo a tais serviços de auditoria durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de 99%;

- o quociente percentual entre do total desses serviços profissionais de auditoria faturados à Entidade e o total dos mencionados serviços de auditoria faturados à Entidade e suas controladas é de 88%; e

- o quociente percentual entre do total desses serviços profissionais de auditoria faturados à Entidade e o total faturado à Entidade e seu controlante e relacionada por qualquer conceito, incluindo serviços de auditoria, é de 87%.

Cidade Autônoma de Buenos Aires, 15 de fevereiro de 2018

KPMG

Reg. de Assoc. Prof. CPCECABA Vol. 2 Fº 6

Marcelo A. Castillo

Sócio

Contador Público (U.B.A.)

C.P.C.E.C.A.B.A. Tº CLXIX Fº 52

BANCO PATAGONIA S.A.		
Domicílio Legal:		
Avenida de Mayo, 701, 24° andar – Cidade Autônoma de Buenos Aires - República Argentina		
Atividade Principal: Banco Comercial		C.U.I.T. 30 - 50000661 - 3
Data de Constituição: 4 de maio de 1928		
Dados de Inscrição no Registro Público de Comércio da Cidade Autônoma de Buenos Aires	Data	Dos atos constitutivos: 18/09/1928
		Da última alteração: 13/07/2017
	Livro	Livro de Sociedades por Ações: 85
		Número: 13.826
Data de vencimento do contrato social: 29 de agosto de 2038		
Exercício Financeiro Nº 94		
Data de início: 1° de janeiro de 2017		Data de encerramento: 31 de dezembro de 2017
Composição do Capital (Nota Explicativa 8 e Anexo K)		
Quantidade e características das ações	Em Pesos	
	Subscrito	Integralizado
719.145.237 ações ordinárias escriturais de V\$N 1 e de um voto cada uma	719.145.237	719.145.237
Informações requeridas pelo Banco Central da República Argentina (BCRA)		
Nome do auditor assinante:		Marcelo A. Castillo
Associação Profissional:		KPMG
Relatório correspondente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017		001 - (Encerramento do exercício – Favorável sem observações)

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
EM 31/12/17 E 31/12/16
(Valores expressos em milhares de pesos)

ATIVO	31/12/17	31/12/16
A. Disponibilidades		
Caixa	3.073.675	2.488.186
Entidades financeiras e correspondentes	11.060.606	8.177.047
Banco Central da República Argentina (BCRA)	10.742.091	7.343.095
Outras do país	306	355
Do exterior	<u>318.209</u>	<u>833.597</u>
	14.134.281	10.665.233
B. Títulos Públicos e Privados (Anexo A)		
Detenções registradas a valor razoável do mercado	1.388.268	1.330.196
Detenções registradas ao custo mais rendimento	851.781	1.653.161
Instrumentos emitidos pelo BCRA	9.609.301	9.407.417
Investimentos em títulos privados com cotação	<u>143</u>	<u>147</u>
	11.849.493	12.390.921
C. Empréstimos		
Ao setor público não financeiro (Anexos B, C e D)	453.823	483.707
Ao setor financeiro (Anexos B, C e D)	3.260.339	2.214.065
Interfinanceiros (call outorgados)	1.029.158	410.000
Outros financiamentos a entidades financeiras locais	2.137.463	1.645.374
Juros, ajustes e diferenças de câmbio apurados a receber	93.718	158.691
Ao setor privado não financeiro e residentes no exterior (Anexos B, C e D)	54.390.530	39.013.643
Adiantamentos	7.026.922	4.741.856
Documentos	18.759.892	16.008.131
Hipotecários	154.479	29.802
Pessoais	8.731.095	5.990.475
Cartões de Crédito	10.553.176	7.368.363
Outros	8.566.415	4.388.442
Juros, ajustes e diferenças de câmbio apurados a receber	780.751	596.466
(Juros documentados)	<u>(182.200)</u>	<u>(109.892)</u>
(Provisões) (Anexo J)	<u>(1.766.998)</u>	<u>(1.280.729)</u>
	56.337.694	40.430.686

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS**
EM 31/12/17 E 31/12/16
(Valores expressos em milhares de pesos)

ATIVO – Continuação	31/12/17	31/12/16
D. Outros Créditos por Intermediação Financeira		
Banco Central da República Argentina	1.196.468	793.750
Montantes a receber por vendas à vista a liquidar e a prazo	2.130.376	487.035
Valores a receber por compras à vista a liquidar e a prazo	2.622.329	161.069
Obrigações Negociáveis sem cotação (Anexos B, C e D)	77.858	82.402
Saldos pendentes de liq. de operações a prazo sem entrega do ativo subjacente	34.201	10.312
Outros não compreendidos em normas de classificação de devedores	11.356	10.725
Outros compreendidos em normas de classificação de devedores (Anexos B, C e D)	25.573	17.772
Jur. e aj. apur. a receber comp. nas normas de class. de devedores (Anexos B, C e D)	93	128
(Provisões) (Anexo J)	<u>(8.815)</u>	<u>(4.888)</u>
	6.089.439	1.558.305
E. Créditos por Arrendamentos Financeiros		
Créditos por arrendamentos financeiros (Anexos B, C e D)	1.371.369	1.458.360
Juros e ajustes apurados a receber (Anexos B, C e D)	16.311	15.187
(Provisões) (Anexo J)	<u>(26.021)</u>	<u>(22.248)</u>
	1.361.659	1.451.299
F. Participações em Outras Sociedades (Anexo E)		
Em entidades financeiras	1.286.160	1.248.822
Outras	<u>438.707</u>	<u>167.409</u>
	1.724.867	1.416.231
G. Créditos Diversos		
Outros (Nota Explicativa 5)	1.335.968	754.890
Outros juros e ajustes apurados a receber	1.103	785
(Provisões) (Anexo J)	<u>(15.256)</u>	<u>(23.332)</u>
	1.321.815	732.343
H. Ativo Imobilizado (Anexo F)	597.625	604.573
I. Bens Diversos (Anexo F)	205.868	207.523
J. Bens Intangíveis (Anexo G)		
Despesas de organização e desenvolvimento	<u>93.618</u>	<u>69.909</u>
	93.618	69.909
K. Itens Pendentes de Classificação	1.663	6.497
TOTAL DO ATIVO	93.718.022	69.533.520

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

PASSIVO	31/12/17	31/12/16
L. Depósitos (Anexos H e I)		
Setor público não financeiro	4.666.896	3.297.391
Setor financeiro	46.607	35.410
Setor privado não financeiro e residentes no exterior	63.971.909	48.455.612
Contas Correntes	9.179.610	7.104.464
Contas de Poupança	29.873.681	18.053.859
Depósitos a Prazo	22.518.949	18.502.171
Contas de Investimentos	673	6.209
Outros	1.920.042	4.361.134
Juros, ajustes e diferenças de câmbio apurados a pagar	<u>478.954</u>	<u>427.775</u>
	68.685.412	51.788.413
M. Outras Obrigações por Intermediação Financeira		
Banco Central da República Argentina (Anexo I)	8.453	12.513
Bancos e Organismos Internacionais (Anexo I)	1.164.678	1.824.301
Obrigações Negociáveis não subordinadas (Nota Explicativa 9)	-	332.200
Montantes a pagar por compras à vista a liquidar e a prazo	2.415.715	145.862
Valores a entregar por vendas à vista a liquidar e a prazo	2.219.738	528.591
Financiamentos recebidos de entidades financeiras locais (Anexo I)	821.823	252.697
Interfinanceiros (call recebidos)	472.250	72.900
Outros financiamentos de entidades financeiras locais	348.404	179.664
Juros apurados a pagar	1.169	133
Saldos pendentes de liquidação de op. a prazo sem entrega do ativo subjacente	17.209	11.606
Outras (Anexo I)	4.851.746	3.455.282
Juros, ajustes e difer. de câmbio apurados a pagar (Anexo I)	<u>27.555</u>	<u>41.293</u>
	11.526.917	6.604.345
N. Obrigações Diversas		
Honorários	2.919	1.932
Outras (Nota Explicativa 5)	<u>2.128.048</u>	<u>1.758.608</u>
	2.130.967	1.760.540
O. Provisões (Anexo J)	208.480	134.846
Q. Itens Pendentes de Classificação	10.280	10.124
TOTAL DO PASSIVO	82.562.056	60.298.268
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (conforme Demonstração respectiva)	11.155.966	9.235.252
TOTAL DO PASSIVO MAIS PATRIMÔNIO LÍQUIDO	93.718.022	69.533.520

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31/12/17 E 31/12/16**
(Valores expressos em milhares de pesos)

CONTAS DE ORDEM	31/12/17	31/12/16
DEVEDORAS		
Contingentes		
Créditos obtidos (saldos não utilizados)	17.962	3.009
Garantias recebidas	20.061.078	15.320.053
Outras não compreendidas nas normas de classificação de devedores	558	558
Contas contingentes devedoras por contrapartida	<u>1.056.706</u>	<u>2.964.055</u>
	21.136.304	18.287.675
De Controle		
Créditos classificados irrecuperáveis	666.759	587.469
Outras (Nota Explicativa 5)	84.818.621	43.286.265
Contas de controle devedoras por contrapartida	<u>5.262.659</u>	<u>5.575.842</u>
	90.748.039	49.449.576
De Derivativos		
Valor "nocial" de operaç. a prazo sem entrega do subjacente (Anexo O e Nota Explicativa 11)	959.773	1.544.697
Permuta de taxa de juros (Anexo O e Nota Explicativa 11)	800.000	-
Contas de derivativos devedoras por contrapartida	<u>944.366</u>	<u>2.631.690</u>
	2.704.139	4.176.387
De Atividade Fiduciária (Nota Explicativa 12)		
Fundos em fideicomisso	<u>2.089.665</u>	<u>2.192.070</u>
	2.089.665	2.192.070
TOTAL CONTAS DE ORDEM DEVEDORAS	116.678.147	74.105.708

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31/12/17 E 31/12/16**
(Valores expressos em milhares de pesos)

CONTAS DE ORDEM – Continuação	31/12/17	31/12/16
CREADORAS		
Contingentes		
Créditos acordados (sdos. não utiliz.) comp. nas normas de classif. devedores (Anexos B, C e D)	200.000	2.180.698
Outras garantias outorgadas comp. nas normas de classificação de devedores (Anexos B, C e D)	134.956	112.264
Outras garantias outorgadas não compreendidas nas normas de classificação de devedores	225.811	98.455
Outras compreendidas nas normas de classificação de devedores (Anexos B, C e D)	316.051	368.462
Outras não compreendidas nas normas de classificação de devedores	179.888	204.176
Contas contingentes credoras por contrapartida	<u>20.079.598</u>	<u>15.323.620</u>
	21.136.304	18.287.675
De Controle		
Valores a serem creditados	899.149	1.070.333
Outras	4.363.510	4.505.509
Contas de controle credoras por contrapartida	<u>85.485.380</u>	<u>43.873.734</u>
	90.748.039	49.449.576
De Derivativos		
Valor “nocional” de operaç. a prazo sem entrega do subjacente (Anexo O e Nota Explicativa 11)	944.366	2.631.690
Contas de derivativos credoras por contrapartida	<u>1.759.773</u>	<u>1.544.697</u>
	2.704.139	4.176.387
De Atividade Fiduciária		
Contas de atividade fiduciária credoras por contrapartida	<u>2.089.665</u>	<u>2.192.070</u>
	2.089.665	2.192.070
TOTAL CONTAS DE ORDEM CREDORAS	116.678.147	74.105.708

As notas explicativas 1 a 27, os anexos A a L, N e O, que constam em anexo, fazem parte integral destas demonstrações financeiras.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Correspondentes aos exercícios findos em 31/12/17 e 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

DETALHE	31/12/17	31/12/16
A. RECEITAS FINANCEIRAS		
Juros por empréstimos ao setor financeiro	545.931	463.369
Juros por adiantamentos	1.556.554	2.211.942
Juros por documentos	2.561.879	2.998.979
Juros por empréstimos hipotecários	5.270	3.477
Juros por empréstimos de cartões de crédito	1.486.684	1.329.811
Juros por outros empréstimos	3.278.319	1.942.848
Juros por outros créditos por intermediação financeira	2.358	1.633
Juros por arrendamentos financeiros	306.623	300.625
Resultado líquido de títulos públicos e privados	2.553.761	3.182.613
Resultado por empréstimos garantidos – Decreto 1387/01	2.043	487
Ajustes por cláusula CER	10.960	5.281
Diferença de cotação de ouro e moeda estrangeira	343.261	603.333
Outros	<u>971.188</u>	<u>318.726</u>
	13.624.831	13.363.124
B. DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros por depósitos em contas de poupança	158.803	7.287
Juros por depósitos a prazo	3.866.253	4.950.040
Juros por empréstimos interfinanceiros recebidos (call recebidos)	84.918	36.862
Juros por outros financiamentos de entidades financeiras	83.516	60.860
Juros por outras obrigações por intermediação financeira	43.426	120.833
Outros juros	99.960	60.426
Ajustes por cláusula CER	3.033	29
Contribuição para o fundo de garantia dos depósitos (Nota Explicativa 14)	95.578	125.219
Outros	<u>887.550</u>	<u>871.192</u>
	5.323.037	6.232.748
MARGEM BRUTA DE INTERMEDIAÇÃO	8.301.794	7.130.376
C. PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA (Anexo J)	696.275	407.189
D. RECEITAS POR SERVIÇOS		
Vinculadas a operações ativas	1.064.965	899.643
Vinculadas a operações passivas	2.059.051	1.327.906
Outras comissões	262.783	207.695
Outros (Nota Explicativa 5)	<u>1.059.864</u>	<u>831.182</u>
	4.446.663	3.266.426

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS
Correspondentes aos exercícios findos em 31/12/17 e 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

DETALHE - Continuação	31/12/17	31/12/16
E. DESPESAS POR SERVIÇOS		
Comissões	388.727	257.218
Outros (Nota Explicativa 5)	<u>1.144.511</u>	<u>852.277</u>
	1.533.238	1.109.495
G. DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO		
Despesas com pessoal	3.503.106	2.848.392
Honorários de diretores e auditores	77.687	58.325
Outros honorários	131.798	150.001
Propaganda e publicidade	158.752	148.407
Impostos	381.031	281.413
Depreciação do ativo imobilizado (Anexo F)	89.833	66.490
Amortização de despesas de organização (Anexo G)	36.137	16.087
Outras despesas operacionais	912.562	731.090
Outros	<u>596.247</u>	<u>438.255</u>
	5.887.153	4.738.460
RESULTADO LÍQUIDO POR INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.631.791	4.141.658
I. LUCROS DIVERSOS		
Resultado por participações permanentes	744.824	415.043
Juros punitivos	24.688	17.547
Créditos recuperados e reversão de provisões	74.189	133.880
Outras (Nota Explicativa 5)	<u>213.093</u>	<u>139.792</u>
	1.056.794	706.262
J. PERDAS DIVERSAS		
Juros punitivos e encargos a favor do BCRA	87	686
Encargo por liquidação duvidosa de créditos diversos e por outras provisões (Anexo J)	109.481	29.344
Depreciação e perdas por bens diversos (Anexo F)	446	340
Outras (Nota Explicativa 5)	<u>160.371</u>	<u>54.158</u>
	270.385	84.528
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	5.418.200	4.763.392
L. IMPOSTO DE RENDA (Nota Explicativa 1.6.s)	1.862.989	1.494.400
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO – LUCRO	3.555.211	3.268.992

As notas explicativas 1 a 27, os anexos A a L, N e O, que constam em anexo, fazem parte integral destas demonstrações financeiras.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Correspondentes aos exercícios findos em 31/12/17 e 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Movimentações	Capital Social (1) (2)	Aportes não capitalizados Prêmio na emissão de ações	Reservas de resultados		Resultados acumulados (3)	Total em 31/12/17	Total em 31/12/16
			Legal	Facultativa			
Saldos no início do exercício	719.145	217.191	1.887.990	3.141.814	3.269.112	9.235.252	7.681.521
Distribuição dos resultados não assinados aprovado pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas de 26/04/17							
- Reserva Legal	-	-	653.798	-	(653.798)	-	-
- Reserva Facultativa - Futura distribuição de utilidades	-	-	-	980.817	(980.817)	-	-
- Dividendos em dinheiro	-	-	-	-	(1.634.497)	(1.634.497)	(1.715.261)
Resultado líquido do exercício - Lucro	-	-	-	-	3.555.211	3.555.211	3.268.992
Saldos no final do exercício	719.145	217.191	2.541.788	4.122.631	3.555.211	11.155.966	9.235.252

As notas explicativas 1 a 27, os anexos A a L, N e O, que constam em anexo, fazem parte integral destas demonstrações financeiras.

- (1) Ver nota explicativa 8.1.
 (2) Ver nota explicativa 8.4
 (3) Ver nota explicativa 17

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES****Correspondentes aos exercícios findos em 31/12/17 e 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

<u>Variações em caixa e seus equivalentes (Nota Explicativa 2)</u>	31/12/17	31/12/16
Caixa no início do exercício	10.665.233	9.266.803
Caixa no encerramento do exercício	14.134.281	10.665.233
Aumento líquido da caixa	3.469.048	1.398.430
<u>Causas das variações em caixa e seus equivalentes</u>		
<u>Atividades operacionais</u>		
Cobranças / (Pagamentos) líquidos por:		
Títulos Públicos e Privados	1.763.622	608.489
Empréstimos	(10.062.238)	356.355
- Ao setor financeiro	(500.343)	(396.976)
- Ao setor público não financeiro	42.887	(3.816)
- Ao setor privado não financeiro e residentes no exterior	(9.604.782)	757.147
Outros Créditos por Intermediação Financeira	(985.497)	2.363.738
Créditos por Arrendamentos Financeiros	385.750	127.710
Depósitos	16.932.400	4.048.213
- Do setor financeiro	11.197	3.732
- Do setor público não financeiro	1.369.505	505.721
- Do setor privado não financeiro e residentes no exterior	15.551.698	3.538.760
Outras Obrigações por Intermediação Financeira	3.953.395	(458.154)
- Financiamentos do setor financeiro ou interfinanceiros (call recebidos)	316.830	(2.221)
- Outras (salvo as obrigações incluídas em Atividades de Financiamento)	3.636.565	(455.933)
Cobranças vinculadas a receitas por serviços	4.437.403	3.255.357
Pagamentos vinculados a despesas por serviços	(1.534.642)	(1.107.270)
Despesas pagas pela administração	(6.052.899)	(4.581.115)
Pagamentos por despesas de organização e desenvolvimento	(59.846)	(60.587)
Recebimentos líquidos de juros punitivos	24.601	16.861
Recebimento de dividendos de outras sociedades	93.421	45.750
Outros (Pagamentos) / Cobros vinculados a lucros e perdas diversos	(533.039)	3.969
Pagamentos líquidos por outras atividades operacionais	(678.296)	(693.805)
Pagamento do imposto de renda	(1.342.486)	(849.176)
<u>Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</u>	6.341.649	3.076.335

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES**
Correspondentes aos exercícios findos em 31/12/17 e 31/12/16
(Valores expressos em milhares de pesos)

	31/12/17	31/12/16
<u>Atividades de investimento</u>		
Pagamentos líquidos por ativo imobilizado	(9.443)	(308.067)
Cobranças líquidas por bens diversos	9.258	16.089
Pagamentos por compravenda de participações em outras sociedades	(11.011)	-
<u>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</u>	(11.196)	(291.978)
<u>Atividades de financiamento</u>		
Pagamentos líquidos por:		
Obrigações Negociáveis não Subordinadas	(353.211)	(94.113)
Banco Central da República Argentina	-	(10.000)
Bancos e Organismos Internacionais	(4.474)	(580.381)
Financiamentos recibidas de entidades financeiras locais	-	160.000
Pagamento de dividendos	(1.634.497)	(1.715.261)
<u>Fluxo de caixa líquido (utilizado em) atividades de financiamento</u>	(1.992.182)	(2.239.755)
Resultados financeiros e por detenção de caixa e seus equivalentes (incluindo juros e resultado monetário)	(869.223)	853.828
Aumento líquido / (Diminuição líquida) da caixa	3.469.048	1.398.430

As notas explicativas 1 a 27, os anexos A a L, N e O, que constam em anexo, fazem parte integral destas demonstrações financeiras.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

NOTA EXPLICATIVA 1:

Bases de apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas contábeis estabelecidas pelo BCRA e surgem dos livros de contabilidade da Instituição de acordo com as normas legais e que regulam vigentes.

1.1 Demonstrações Consolidadas

De acordo com o requerido pelas normas do BCRA, a Entidade apresenta como informações complementares as demonstrações financeiras consolidadas com suas sociedades controladas GPAT Compañía Financiera S.A., Patagonia Valores S.A., Patagonia Inversora S.A. Sociedad Gerente de F.C.I. e Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E.

1.2 Informações Comparativas

De acordo com o requerido pelas normas do BCRA., o Balanço Patrimonial, as Demonstrações de Resultados, de Evolução de Patrimônio Líquido e de Fluxo de Caixa e seus Equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e as notas e os Anexos que o especificam, são apresentados em forma comparativa com os saldos do mesmo exercício anterior.

1.3 Valores Expressos em milhares de pesos

As presentes demonstrações expõem valores expressos em milhares de pesos de acordo com o requerido pela norma CONAU [Contabilidade e Auditoria] 1 - 111 do BCRA (Comunicação "A" 3359).

1.4 Unidade de medida

As demonstrações financeiras da Entidade reconhecem as variações no poder aquisitivo da moeda a 28 de fevereiro de 2003, as quais deixaram de ser levadas em conta a partir dessa data, de acordo ao estabelecido pelo Decreto N° 664/2003 do Poder Executivo Nacional (PEN), a Resolução n° 441 da CNV (Comissão de Valores Mobiliários) e a Comunicação "A" 3921 do BCRA.

No entanto, a existência de variações significativas nas variáveis relevantes da economia que afetam os negócios da Entidade, tais como as observadas nos últimos exercícios no custo salarial, as taxa de juros e o tipo de câmbio, pode afetar a situação patrimonial e os resultados do Banco, e, portanto, essas variações devem ser tidas em conta na interpretação feita das informações que a Entidade fornecida nestas demonstrações financeiras na sua situação patrimonial, os resultados de suas operações e o fluxo de caixa.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

1.5 Uso de estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Gerência da Entidade efetue, em certos casos, estimativas a fim de determinar os valores contábeis de ativos e passivos, bem como a sua exposição, em cada data de apresentação das informações financeiras.

Os registros efetuados pela Entidade se baseiam na melhor estimativa da probabilidade de ocorrência de diferentes eventos futuros e, portanto, o montante final pode ser diverso dessas estimativas, as quais podem ter um impacto positivo ou negativo em períodos futuros.

1.6 Principais critérios de valorização e exposição

A seguir, são descritos os principais critérios de valorização e exposição considerados para a elaboração das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

a) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos nominados em dólares estadunidenses foram valorizados ao tipo de câmbio de referência estabelecido pelo BCRA, mediante a Comunicação "A" 3500, em vigor para o dólar estadunidense ao encerramento das operações do último dia útil de cada período ou exercício, conforme corresponder.

Além disso, os ativos e passivos indicados em moeda estrangeira, diferente do dólar norte-americano, foram convertidos previamente a esta moeda utilizando os tipos de swap publicados pelo BCRA. Posteriormente, foram convertidos a pesos de acordo com o procedimento descrito no parágrafo anterior.

b) Títulos Públicos e Privados

1. Detenções registradas a valor razoável de mercado

Foram valorizadas conforme os valores de cotação em vigor no Mercado de Valores de Buenos Aires (MERVAL) ou o Mercado Aberto Eletrônico (MAE) ou os valores presentes informados pelo BCRA em 31 de dezembro de 2017 e 2016 acrescidas dos cupons pendentes de cobrança. As diferenças de cotação e dos valores presentes foram imputadas aos resultados de cada exercício.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

2. Detenções registradas a custo mais rendimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram valorizadas conforme o valor de incorporação incrementado pela apuração da taxa interna de lucro (regime de competência), líquido da conta regularizadora, se corresponder, comparado, por sua vez, com os valores presentes calculados pela Entidade.

3. Instrumentos emitidos pelo BCRA

- a) Detenções com volatilidade publicada pelo BCRA (carteira própria e afetadas a operações swap): foram valorizadas de acordo com o último valor de cotação em vigor para cada instrumento em 31 de dezembro de 2017 e 2016. As diferenças de cotação foram imputadas aos resultados de cada exercício.
- b) Detenções sem volatilidade publicada pelo BCRA (carteira própria e afetadas a operações swap): foram valorizadas de acordo com o valor de incorporação acrescido em função da taxa interna de rendimento em 31 de dezembro de 2017 e 2016. A apuração da taxa interna de rendimento referida acima foi imputada aos resultados de cada exercício.

4. Investimentos em títulos privados com cotação

Foram valorizados aos valores de cotação em vigor no Merval em 31 de dezembro de 2017 e 2016. As diferenças de cotação foram imputadas aos resultados de cada exercício.

c) Assistência ao Setor Público não financeiro

Compreende principalmente os saldos pendentes de cobrança dos montantes efetivamente desembolsados, acrescidos dos ajustes, diferenças de cotação e juros apurados a receber ao encerramento de cada período ou exercício, conforme corresponder.

d) Apuração de juros

A apuração dos juros foi realizada observando o regime de competência sobre a base do cálculo exponencial, ressalvadas as operações de comércio exterior, os saldos de conta de poupança e os saldos por adiantamentos em conta corrente em que foi aplicado o método linear.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

A Entidade opta diretamente por interromper a apuração dos juros quando os empréstimos apresentam inadimplências em seus pagamentos (geralmente com atrasos superiores a 90 dias) ou a cobrança do capital outorgado e os juros apurados é incerta. Os juros apurados até o momento da interrupção são considerados como parte do saldo da dívida na hora de determinar o montante de provisões desses empréstimos. Posteriormente, os juros somente são reconhecidos sobre a base da cobrança, depois do cancelamento do montante a receber.

e) Apuração do ajuste por cláusula CER

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, certos ativos e obrigações foram atualizados pela cláusula CER.

f) Empréstimos e Depósitos de Títulos Públicos

Foram valorizados de acordo com as cotações em vigor para cada título na data de encerramento de cada período e exercício, acrescidos dos correspondentes juros apurados. As diferenças de cotação foram imputadas aos resultados de cada exercício.

g) Provisão por créditos de liquidação duvidosa, por compromissos eventuais e para outras contingências

1. Provisão por créditos de liquidação duvidosa e por compromissos eventuais

A provisão por créditos de liquidação duvidosa foi constituída sobre a base do risco de não cobrança estimado da assistência creditícia da Entidade, que decorre da avaliação do grau de cumprimento dos devedores e das garantias que respaldam as respectivas operações de acordo com as disposições da Comunicação "A" 2950 e complementares do BCRA.

2. Provisão para outras contingências

Compreende os montantes estimados pela Gerência da Entidade para fazer face a contingências de provável concreção, que caso se produzam darão origem a uma perda para a Entidade.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

h) Outros Créditos por Intermediação Financeira

1. Montantes a receber por vendas à vista a liquidar e a prazo

Foram valorizados de acordo com os preços ajustados para cada operação, acrescidos dos correspondentes prêmios apurados na data de encerramento de cada exercício. Esses prêmios foram imputados aos resultados de cada exercício.

2. Valores a receber por compras à vista a liquidar e a prazo

a. Com cotação: foram valorizadas de acordo com os valores de cotação em vigor para cada valor no Merval ou no MAE, na data de encerramento de cada período ou exercício, conforme corresponder. As diferenças de cotação foram imputadas aos resultados de cada exercício.

b. Sem cotação: estão valorizadas a seu valor de custo acrescido de forma exponencial em função de sua taxa interna de retorno no encerramento de cada período ou exercício. A apuração correspondente foi imputada aos resultados de cada exercício.

3. Obrigações negociáveis sem cotação

Foram valorizadas ao valor de custo atualizado pelo CER, se for o caso, acrescido de forma exponencial em função de sua taxa interna de retorno.

4. Outros não compreendidos nas Normas de Classificação de Devedores - Fideicomissos Financeiros

Foram valorizados ao valor de custo atualizado acrescido em função de sua taxa interna de retorno.

i) Créditos por Arrendamentos Financeiros

De acordo com a Comunicação "A" 5047 e complementares do BCRA, foram valorizados ao valor descontado do montante das parcelas mínimas pendentes de cobrança (excluindo as parcelas contingentes), do valor residual previamente pactuado e das opções de compra, pelos contratos de arrendamentos financeiros nos quais a Entidade possui a figura de arrendadora. O valor descontado é calculado mediante a aplicação da taxa de juros implícita de cada contrato de arrendamento.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as características dos contratos de arrendamento em vigor se encontram dentro dos habituais para este tipo de operações, sem que existam questões que as diferenciem em aspecto algum a respeito da generalidade das concertadas no mercado financeiro argentino.

Estas operações se encontram atomizadas entre os clientes da Entidade e não existem cláusulas de renovação automática nem parcelas contingentes pré-estabelecidas.

j) Participações em Outras Sociedades

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as participações foram valorizadas segundo o detalhe a seguir:

1. Sociedades Controladas

Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E.: a seu valor patrimonial proporcional ao encerramento de cada exercício, convertido a pesos de acordo com o critério descrito na nota explicativa 1.6.a).

Patagonia Valores S.A., Patagonia Inversora S.A. Sociedade Gerente de Fundos Comuns de Investimento e GPAT Compañía Financiera S.A a seu valor patrimonial proporcional ao encerramento de cada exercício.

2. Outras Sociedades

A seu valor de custo expressado novamente conforme o procedimento descrito na nota explicativa 1.4 ou seu valor patrimonial proporcional –o menor–, considerando o último balanço disponível de cada uma das sociedades.

k) Ativo Imobilizado e bens Diversos

Encontram-se registrados a seu valor de custo, expressado novamente conforme o procedimento descrito na nota explicativa 1.4.

A depreciação dos bens é calculada sobre a base da vida útil expressada em meses, depreciando-se em forma completa no mês do início e sem depreciar-se no mês do encerramento.

O valor residual do ativo imobilizado e dos bens diversos, considerados em conjunto, não supera seu valor recuperável.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

l) Outros Bens Diversos

Encontram-se registrados a seu valor de custo, expressado novamente conforme o procedimento descrito na nota explicativa 1.4.

A depreciação dos bens, quando corresponder, é calculada sobre a base da vida útil expressada em meses, depreciando-se em forma completa no mês do início e sem depreciar-se no mês do encerramento.

O valor residual dos bens, considerados em conjunto, não supera seu valor recuperável.

m) Bens Intangíveis

Despesas de organização e desenvolvimento

Foram registradas as despesas incorridas pela Entidade relacionadas com as melhorias efetuadas em imóveis de terceiros utilizados em sua gestão e os gastos de sistemas que abrangem os planos, estudos e projetos de organização e sistemas desenvolvidos por terceiros alheios à Entidade, assim como sua implementação posterior até sua entrada em operação.

Essas despesas se encontram registradas a seu valor de custo, expressado novamente conforme o procedimento descrito na nota explicativa 1.4, menos as correspondentes amortizações acumuladas.

A amortização das despesas é calculada sobre a base da vida útil expressada em meses, a qual não deve superar as 60 parcelas mensais a partir de cada ativação, depreciando-se de forma completa no mês de início e sem depreciar-se no mês do encerramento.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o valor residual das “Despesas de organização e desenvolvimento” é de 93.618 e 69.909, respectivamente.

n) Outras Obrigações por Intermediação Financeira

1. Obrigações negociáveis não subordinadas

Em 31 de dezembro de 2016 foi valorizado o valor nominal, acrescido dos juros apurados ao encerramento exercício. (Ver nota explicativa 9)

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

2. Montantes a pagar por compras à vista a liquidar e a prazo

Foram valorizados de acordo com os preços estabelecidos para cada operação, acrescidos dos correspondentes prêmios apurados na data de encerramento de cada exercício. Esses prêmios foram imputados aos resultados de cada exercício.

3. Montantes a entregar por vendas à vista a liquidar e a prazo

a. Com cotação: foram valorizadas de acordo com os valores de cotação em vigor para cada montante no Merval ou no MAE, na data de encerramento de cada exercício. As diferenças de cotação foram imputadas aos resultados de cada exercício.

b. Sem cotação: encontram-se valorizadas a seu valor de custo, acrescido em forma exponencial em função de sua taxa interna de retorno ao encerramento de cada exercício. A correspondente apuração foi imputada aos resultados de cada exercício.

o) Itens Pendentes de Classificação

Compreende aqueles itens que, por razões de organização administrativa ou por causa da natureza especial da relação com terceiros, não foram imputados diretamente nas contas correspondentes.

p) Contas do Patrimônio Líquido

As contas do Capital Social são mantidas com seu valor de origem.

q) Contas de Ordem - De Derivativos

1. Operações a Prazo sem Entrega do Ativo Subjacente: foram valorizadas de acordo com valores de cotação em vigor ao encerramento de cada exercício no MAE ou no Mercado a Prazo da cidade de Rosario (ROFEX), segundo o âmbito do acordo. As diferenças de câmbio geradas foram imputadas aos resultados de cada exercício.

2. Operações de Permuta de Taxas de Juros (swap de taxas): foram registradas ao valor nominal sobre o que a Entidade acorda pagar ou cobrar uma taxa de juros fixa e cobrar ou pagar uma taxa de juros variável. A diferença entre as mencionadas taxas foi imputada aos resultados de cada exercício.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

r) Demonstração de Resultados

As contas que compreendem operações monetárias acontecidas em cada exercício (receitas e despesas financeiras, receitas e despesas por serviços, provisões para créditos de liquidação duvidosa, despesas de administração, etc.) foram computadas a seus montantes históricos sobre a base de sua apuração mensal.

As contas que refletem o efeito em resultados pela venda, a retirada ou o consumo de ativos não monetários foram computadas sobre a base dos valores desses ativos.

Os resultados gerados pelas participações em sociedades controladas foram computados sobre a base dos resultados dessas sociedades.

s) Impostos de Renda e de Renda Mínima Presumida

A Entidade determina o imposto de renda, aplicando a taxa em vigor de 35% sobre os lucros impositivos de cada exercício, sem considerar o efeito das diferenças temporárias entre o resultado contábil e o impositivo.

Adicionalmente, determina o imposto de renda mínima presumida, que foi estabelecido para os exercícios encerrados a partir de 31 de dezembro de 1998 pela Lei nº 25.063 pelo prazo de dez exercícios anuais. Atualmente, depois de sucessivas prorrogações, o referido gravame se encontra em vigor até 31 de dezembro de 2019.

No dia 21 de julho de 2016, mediante a Lei 27.760, foi revogado o mencionado imposto para os exercícios que comecem a partir do dia 1º de janeiro de 2019.

Este imposto é complementar ao imposto de renda, já que, enquanto este último onera os lucros impositivos do exercício, o imposto de renda mínima presumida constitui uma imposição mínima que onera a renda potencial de certos ativos produtivos a uma taxa de 1%, de modo a que a obrigação fiscal da Entidade coincidirá com o maior de ambos os impostos. Para a hipótese das entidades regidas pela Lei das Entidades Financeiras, a Lei referida acima prevê que estas deverão considerar como base geradora do gravame 20% de seus ativos onerados, deduzindo antes aqueles definidos como não computáveis. Porém, se o imposto de renda mínima presumida superar, em um exercício fiscal, o imposto de renda, esse excesso poderá ser computado como pagamento a conta de qualquer excedente do imposto de renda que puder produzir-se em quaisquer dos dez exercícios seguintes, depois que as perdas acumuladas se houverem esgotado.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade determinou encargos por imposto de renda sobre bases fiscais de 1.862.989 e 1.494.400, respectivamente, que se encontram registradas no item "Obrigações Diversas" e foram imputados aos resultados de cada exercício, no item "Imposto de Renda". Esses montantes foram superiores aos correspondentes ao imposto de renda mínima presumida para cada período, motivo pelo qual não foi constituída provisão nenhuma por este conceito.

Finalmente, cabe mencionar que no dia 30 de dezembro de 2017 foi publicado no boletim oficial a Lei 27.340 que aprovou a Reforma Tributária proposta pelo Governo Nacional, mediante a qual foi determinada a modificação do artigo 69 da Lei do Imposto de Renda, estabelecendo a redução da quota do imposto de 35% para 25%, mas, ao mesmo tempo, com caráter temporário dispõe a aplicação da quota de 30% para os exercícios de 2018 e de 2019

t) Indenizações por demissão

A Entidade imputa as indenizações pagas diretamente a despesas.

NOTA EXPLICATIVA 2:

Demonstração do Fluxo de Caixa e seus Equivalentes

As Demonstrações do Fluxo de Caixa e seus Equivalentes em 31 de dezembro de 2017 e 2016 explicam as variações de caixa e seus equivalentes e, para tanto, foi considerado como caixa unicamente o total do item "Disponibilidades".

Por outro lado, não existem transações correspondentes às atividades de investimento ou de financiamento que não afetem a caixa e que, por causa de sua significação, mereçam ser expostas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

NOTA EXPLICATIVA 3:

Principais diferenças entre as normas contábeis profissionais do BCRA e as normas contábeis profissionais em vigor na Cidade Autônoma de Buenos Aires

As normas contábeis profissionais (NCP) em vigor na Cidade Autônoma de Buenos Aires, são diferentes em certos aspectos dos critérios de valorização e exposição das normas contábeis profissionais do BCRA. A seguir, são detalhadas as principais diferenças entre essas normas que a Entidade identificou e considera significativas em relação a estas demonstrações financeiras:

3.1. Normas de valorização

As principais diferenças que a Entidade mantém em aspectos de valorização, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

Ajustamento às Demonstrações Financeiras Individuais (conforme NCP)

Conceito	Patrimônio		Resultados	
	Aumento/(Diminuição)		Lucro/(Perda)	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
a) Títulos Públicos e Privados registrados a custo mais rendimento	(13.447)	6.718	(20.165)	24.257
b) Aquisição da GPAT Compañía Financiera S.A.	1.469	1.205	264	265
c) Imposto de renda diferido (ativo)	482.645	365.017	117.628	(60.363)
d) Instrumentos financeiros derivativos	(14.063)	-	(14.063)	-
e) Participações em outras sociedades	54.102	30.803	23.299	11.351
TOTAL	510.706	403.743	106.963	(24.490)

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Ajustamento às Demonstrações Financeiras Consolidadas (conforme NCP)

Conceito	Patrimônio		Resultados	
	Aumento/(Diminuição)		Lucro/(Perda)	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16
a) Títulos Públicos e Privados registrados a custo mais rendimento	(13.447)	6.718	(20.165)	24.257
b) Aquisição da GPAT Compañía Financiera S.A.	1.469	1.205	264	265
c) Imposto de renda diferido (ativo)	522.684	395.820	126.864	(49.012)
TOTAL	510.706	403.743	106.963	(24.490)

a) Títulos Públicos e Privados registrados a custo mais rendimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade mantinha registrados no item "Títulos Públicos e Privados" títulos públicos e instrumentos emitidos pelo BCRA valorizados de acordo com o referido nas notas explicativa 1.6.b)2. e 1.6.b) 3.b)., respectivamente. Com o mesmo critério, outrossim, mantém registradas Notas e Letras do BCRA no item "Outros Créditos por Intermediação Financeira - BCRA".

De acordo com as NCP, estes ativos devem ser valorizados a seu valor corrente.

b) Combinações de negócios - Aquisição GPAT Compañía Financiera S.A.

De acordo com as normas estabelecidas pelo BCRA, as aquisições de negócios são registradas de acordo com o valor de livros da sociedade adquirida. Conseqüentemente, a diferença entre o custo de investimento e seu valor patrimonial proporcional nos livros da adquirente é registrado como agio (quando o custo do investimento é superior ao valor patrimonial proporcional) ou deságio (quando o custo do investimento é inferior ao valor patrimonial proporcional), segundo corresponder. Caso seja reconhecido deságio, a Comunicação "A" 3984 do BCRA estabelece critérios específicos de amortização, sem que a amortização máxima anual possa superar 20%.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

De acordo com as NCP, as combinações de negócios são registradas sobre a base dos valores correntes dos ativos líquidos identificáveis da sociedade adquirida. Consequentemente, a diferença entre o custo do investimento e o valor de medição dos ativos líquidos identificáveis é registrada como agio ou deságio, conforme corresponder. Caso seja reconhecido agio, ele será imputado a resultados de acordo com a evolução das circunstâncias específicas que lhe deram origem.

c) Imposto de renda diferido

A Entidade determina o imposto de renda, aplicando a alíquota em vigor sobre o lucro impositivo estimado de cada exercício, sem considerar o efeito das diferenças temporárias entre o resultado contábil e impositivo.

De acordo com as NCP, o imposto de renda deve ser registrado, seguindo o método do imposto diferido, reconhecendo (como crédito ou dívida) o efeito impositivo das diferenças temporárias entre a valorização contábil e a impositiva dos ativos e passivos e sua posterior imputação aos resultados dos exercícios nos quais sua reversão é produzida, considerando, outrossim, a possibilidade de utilização das perdas impositivas no futuro, caso corresponder.

d) Instrumentos financeiros derivativos

No dia 31 de dezembro de 2017, a Entidade registrou os efeitos dos contratos de operações de permuta de taxas de juros (swap de taxas) de acordo com o mencionado na Nota 1.6.q)2.

De acordo com as NCP, este tipo de instrumentos financeiros derivativos não cotáveis devem ser avaliados pelo seu valor líquido de realização, que neste caso pode ser calculado aplicando modelos matemáticos que refletem a forma em que os interessados nestes contratos estabelecem seus preços e incluindo nos mencionados modelos dados confiáveis. Dessa maneira, surge o cálculo de um valor justo aplicável aos direitos ou às obrigações conferidos por um swap.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

e) Participações em outras sociedades

A sociedade controlada GPAT Compañía Financiera S.A. prepara suas demonstrações financeiras de acordo com as normas do BCRA, as quais apresentam diferenças com as normas contábeis profissionais.

Se as NCP houvessem sido aplicadas, o patrimônio líquido da Entidade, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, teria aumentado em 510.706 e 403.743, respectivamente, no nível individual e consolidado. Adicionalmente, os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 teriam aumentado em 106.963 e (24.490), respectivamente.

3.2 Aspectos de exposição

- a) A Entidade não apresenta informações por segmentos e resultados por ação.
- b) A Entidade não classifica seus ativos e passivos em circulantes e não circulantes em função do momento em que se espera que os primeiros sejam convertidos em dinheiro vivo ou equivalente e em função do momento em que os segundos se tornem exigíveis, tal como é requerido pelas NCP.
- c) Existem diferenças entre a exposição requerida pelas NCP e a realizada pela Entidade sobre os fluxos de fundos expostos nas demonstrações do fluxo de caixa e seus equivalentes, já que estas demonstrações são elaboradas de acordo com normas específicas aplicáveis às entidades financeiras.
- d) A Entidade apresenta como informações complementares (anexos) as especificamente estabelecidas pelo BCRA, que não contempla a totalidade dos requisitos de exposição das NCP.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

NOTA EXPLICATIVA 4:

Conciliação de saldos com o enquadramento contábil para a convergência às Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF). Processo de convergência às NIIF

Processo de convergência às NIIF

De acordo com o que foi estabelecido na Comunicação "A" 5541, a partir do dia 1º de janeiro de 2018, a Entidade começou a registrar suas operações, variações patrimoniais e a elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com um contexto contábil baseado na adoção das NIIF emitidas pelo Conselho Internacional de Normas de Contabilidade (IASB).

As NIIF estão vigentes a partir das demonstrações financeiras correspondentes aos exercícios fiscais iniciados a partir do dia 1º de janeiro de 2018 e para os períodos intermediários correspondentes ao mencionado exercício. Portanto, a partir do primeiro fechamento trimestral do exercício 2018, as entidades devem elaborar e apresentar suas demonstrações financeiras de publicação de acordo com as mencionadas normas. Estas demonstrações incluirão a opinião do auditor externo e serão utilizados pelas entidades para todos os fins legais e societários.

Este contexto contábil está baseado na aplicativo das NIIF, com a única exceção transitória estabelecida pela Comunicação "A" 6114 das disposições em matéria de Deterioro de Ativos Financeiros contidas no ponto 5.5 da NIIF Nº 9, as que de acordo com a Comunicação "A" 6430 entrarão em vigência a partir dos exercícios iniciados no dia 1º de janeiro de 2020.

Cabe mencionar que no dia 1 de janeiro de 2018, a entidade ha comenzado a registrar suas operações de acuerdo com os criterios de adopcção das NIIF definidos pelo BCRA. Portanto, as partidas e cifras contidas na conciliação incluída na presente nota estão sujeitas a mudanças e somente poderão ser consideradas definitivas quando forem preparadas as demonstrações financeiras consolidadas anuais correspondentes ao exercício 2018 onde forem aplicadas as NIIF.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 147 Fº 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 2 Fº 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº CLXIX Fº 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Quadro de conciliação de saldos com o enquadramento de convergência às NIIF

A seguir, detalhamos uma conciliação dos saldos de ativos, passivos, patrimônio líquido e resultados referentes aos montantes que resultariam da aplicação das NIIF com o alcance estabelecido pelo BCRA nas Comunicações "A" 6114 e "A" 6206 e complementares.

a) Informação individual correspondente ao exercício findo em 31/12/2017:

Itens	Saldos Individuais		
	Saldos BCRA	Ajustes NIIF	Saldos NIIF
Ativo	93.718.022	(234.131)	93.483.891
Disponibilidades	14.134.281	(750.968)	13.383.313
Títulos Públicos e Privados	11.849.493	1.267.025	13.116.518
Empréstimos	56.337.694	(322.542)	56.015.152
Outros créditos por Intermediação Financeira	6.089.439	(2.712.223)	3.377.216
Créditos por arrendamentos financeiros	1.361.659	(17.905)	1.343.754
Participações em outras sociedades	1.724.867	(76.682)	1.648.185
Créditos diversos	1.321.815	555.127	1.876.942
Bens de uso	597.625	1.902.435	2.500.060
Bens Diversos	205.868	(78.398)	127.470
Bens Intangíveis	93.618	-	93.618
Partidas pendentes de imputação	1.663	-	1.663
Passivo	82.562.056	(1.567.419)	80.994.637
Depósitos	68.685.412	-	68.685.412
Outras Obrigações por Intermediação Financeira	11.526.917	(2.179.644)	9.347.273
Obrigações diversas	2.130.967	612.225	2.743.192
Provisões	208.480	-	208.480
Partidas pendentes de imputação	10.280	-	10.280

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Itens	Saldos Individuais			
	Saldos BCRA	Ajustes no dia 01/01/2017	Ajustes NIIF	Saldos NIIF
Patrimônio Líquido	11.155.966	1.449.660	(116.372)	12.489.254
Capital, Contribuições e Reservas	7.600.755	1.411.435	-	9.012.190
Outros resultados integrais		-	66.474	66.474
Resultados não designados	3.555.211	38.225	(183.826)	3.409.610
Outros movimentos Resultados não designados (Aquisição de participação não controladora)	-	-	980	980

Itens	Saldos Individuais		
	Saldos BCRA	Ajustes NIIF	Saldos NIIF
Resultado Líquido do Período	3.555.211	(183.826)	3.371.385
Receitas Financeiras	13.624.831	(412.709)	13.212.122
Despesas Financeiras	(5.323.037)	(17.793)	(5.340.830)
Encargo por incobrabilidade	(696.275)	-	(696.275)
Receitas por serviços	4.446.663	-	4.446.663
Despesas por serviços	(1.533.238)	-	(1.533.238)
Despesas de administração	(5.887.153)	(27.813)	(5.914.966)
Outros (1)	786.409	(19.723)	766.686
Imposto de renda	(1.862.989)	294.212	(1.568.777)
Outro resultado abrangente (ORA)	-	66.474	66.474
Participação em ORI de Subsidiárias	-	1.800	1.800
Diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações financeiras		27.031	27.031
Lucros por instrumentos financeiros pelo justo valor com mudanças no ORI (2)		37.643	37.643
Resultado abrangente Total do Exercício	3.555.211	(117.352)	3.437.859

- (1) Inclui a nível individual o efecto da registo da aquisição da participação não controladora por 1.534 em NIIF foi impactado nos Resultados não designados.
(2) A contrapartida foi registrada no item "Receitas Financeiras" do cuadro de Resultado Líquido do Exercício.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

b) Informação consolidada correspondente ao exercício findo em 31/12/2017:

Itens	Saldos Consolidados		
	Saldos BCRA	Ajustes NIIF	Saldos NIIF
Ativo	97.598.179	(508.513)	97.089.666
Disponibilidades	14.422.402	(750.968)	13.671.434
Títulos Públicos e Privados	12.344.074	1.374.566	13.718.640
Empréstimos	60.554.670	(795.372)	59.759.298
Outros créditos por Intermediação Financeira	6.429.360	(2.819.764)	3.609.596
Créditos por arrendamentos financeiros	1.361.659	(17.905)	1.343.754
Participações em outras sociedades	190.021	(967)	189.054
Créditos diversos	1.384.313	641.883	2.026.196
Bens de uso	607.207	1.904.028	2.511.235
Bens Diversos	209.192	(44.014)	165.178
Bens Intangíveis	93.618	-	93.618
Partidas pendentes de imputação	1.663	-	1.663
Passivo	86.442.213	(1.842.354)	84.599.859
Depósitos	69.062.590	-	69.062.590
Outras Obrigações por Intermediação Financeira	14.580.585	(2.204.336)	12.376.249
Obrigações diversas	2.574.619	361.982	2.936.601
Provisões	214.139	-	214.139
Partidas pendentes de imputação	10.280	-	10.280

Itens	Saldos Consolidados			
	Saldos BCRA	Ajustes no dia 01/01/2017	Ajustes NIIF	Saldos NIIF
PN atribuível aos proprietários da controladora	11.155.966	1.449.936	(116.095)	12.489.807
Capital, Contribuições e Reservas	7.600.755	1.411.434	-	9.012.189
Outros resultados integrais	-	-	66.474	66.474
Resultados não designados	3.555.211	38.502	(182.015)	3.411.698
Outros movimentos Resultados não designados (Aquisição de participação não controladora)	-	-	(554)	(554)
PN atribuível a participações não controladoras (1)	-	10.140	(10.140)	-

(1) No dia 31 de dezembro de 2017 o PN atribuível às participações não controladoras foi de \$ 74,27

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Itens	Saldos Consolidados		
	Saldos BCRA	Ajustes NIIF	Saldos NIIF
Resultado Líquido do Exercício	3.555.211	(182.015)	3.373.196
Receitas Financeiras	14.699.990	(444.477)	14.255.513
Despesas Financeiras	(5.993.023)	4.633	(5.988.390)
Encargo por incobrabilidade	(786.590)	-	(786.590)
Receitas por serviços	5.050.870	-	5.050.870
Despesas por serviços	(1.607.146)	-	(1.607.146)
Despesas de administração	(6.063.300)	(28.606)	(6.091.906)
Outros (1)	359.971	388	360.359
Imposto de renda	(2.105.561)	286.047	(1.819.514)
Outro resultado abrangente (ORA)	-	66.474	66.474
Diferenças de câmbio geradas com base na conversão das demonstrações financeiras (2)		27.031	27.031
Lucros por instrumentos financeiros pelo justo valor com mudanças no ORI (2)		39.443	39.443
Resultado abrangente total do Exercício	3.555.211	(115.541)	3.439.670

- (1) A contrapartida foi registrada no item "Receitas Financeiras" do cuadro de Resultado Líquido do Exercício.

	Saldo Consolidado
Resultado abrangente total atribuível a:	
Resultado abrangente total atribuível aos proprietários da controladora	3.439.670
Resultado abrangente atribuível a participações não controladoras (1)	-

- (1) No dia 31 de dezembro de 2017 o Resultado abrangente atribuível a participações não controladoras foi de \$ 41,20.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Causas da origem dos ajustes expostos anteriormente:

1. Adoção das NIIF - Aplicação NIIF 1

Já que a Entidade negocia suas ações na Bolsa de Comércio de São Paulo (BOVESPA), desde 2007 são elaboradas demonstrações financeiras de acordo com as NIIF e são apresentadas perante a Comissão de Valores Mobiliários do Brasil (CVM) de forma trimestral e anual e, portanto, não são aplicáveis as disposições da NIIF 1.

A informação financeira incluída nas demonstrações financeiras apresentadas perante a CVM é elaborada de acordo com as NIIF, de acordo ao estabelecido pelo mencionado organismo para os registros de emissores estrangeiros de títulos e valores, e inclui a opinião dos auditores externos. Estão contempladas as diretrizes estabelecidas no Enquadramento Conceptual adotado pelo IASB e os critérios definidos nas NIIF, conformadas pelas diferentes normas e interpretações adotadas pelo IASB.

2. Classificação e medição de Instrumentos Financeiros

De acordo com o que foi estabelecido na NIIF 9, os instrumentos financeiros foram classificados nas seguintes categorias em função do modelo de negócios da Entidade para administrá-los, assim como das características dos fluxos de fundos contratuais dos instrumentos financeiros envolvidos..

A Gerência de Gestão Financeira de Entidade é quem toma a decisão sobre a classificação nas diferentes categorias, considerando o objetivo de cada modelo de negócios.

a) Mensurados pelo custo amortizado:

Inclui os ativos financeiros que são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é conservar os ativos para cobrar fluxo de caixa contratual ao longo da vida do instrumento.

Para o cálculo do custo amortizado de um instrumento financeiro e para a distribuição e reconhecimento da receita por juros ou gastos por juros no resultado do período é utilizado o método do juro efetivo, considerando os fluxos de caixa esperados de acordo com os termos contratuais do instrumento financeiro, as comissões pagas ou recebidas pelas partes do contrato, os custos de transação (custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição ou disposição de um ativo) e qualquer outro prêmio ou desconto.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Considerando a configuração operativa atual da Entidade, tanto no nível individual como no consolidado, foram classificados dentro desta categoria os instrumentos financeiros registrados nos seguintes itens de acordo com as normas do BCRA indicados a seguir:

- Empréstimos

Foram classificados nesta categoria a totalidade dos empréstimos. Os ajustes determinados neste item foram gerados pela medição pelo custo amortizado e pela aplicação do método dos juros efetivos.

Por outro lado, com relação aos financiamentos com cartões de crédito outorgados sem juros ou com taxas inferiores às do mercado foi realizado um ajuste por perda por sua avaliação inicial por valor justo.

- Outros Créditos por Intermediação Financeira e Outras Obrigações por Intermediação Financeira

Foram classificados nesta categoria a totalidade dos saldos, com exceção daquelas quantias relacionadas com operações de swaps passivos (contas a receber) e as relacionadas com operações de compra / por vendas à vista a liquidar de títulos públicos. Os ajustes determinados nestes itens foram gerados pela medição pelo custo amortizado e pela aplicação do método dos juros efetivos.

b) Mensurados pelo justo valor com mudanças em Outro Resultado Abrangente (ORA):

Inclui os ativos financeiros que são mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido obtendo o fluxo de caixa contratual e vendendo ativos financeiros.

Considerando a configuração operativa atual da Entidade, tanto no nível individual como no consolidado, foram classificados dentro desta categoria os instrumentos financeiros registrados nos seguintes segmentos de acordo com as normas do BCRA indicados a seguir:

- Títulos Públicos e Privados:

Foram classificados nesta categoria os ativos que não reúnem as condições necessárias para serem classificados como ativos mantidos para negociação. O ajuste determinado neste item, para aqueles ativos não incluídos nas listas de volatilidade publicadas pelo BCRA, corresponde à diferença de avaliação entre o valor de incorporação incrementado mensalmente em função da taxa interna de rendimento (Avaliação BCRA) e o valor justo (Avaliação NIIF).

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administración e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

- Outros Créditos por Intermediação Financeira:

Foram classificados nesta categoria os saldos relacionados com operações de swaps passivos (espécies a serem recebidas), e operações de compra / venda à vista a liquidar de títulos públicos.

c) Mensurados pelo justo valor com mudanças em resultados:

Inclui os ativos financeiros que se mantêm em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido obtendo o fluxo de dinheiro através da venda de ativos financeiros.

Considerando a configuração operativa atual da Entidade, tanto no nível individual como no consolidado, foram classificados dentro desta categoria os instrumentos financeiros registrados nos seguintes segmentos de acordo com as normas do BCRA indicados a seguir:

- Títulos Públicos e Privados:

Foram classificadas nesta categoria as espécies que reúnem as condições necessárias para serem classificadas como espécies mantidas para negociação, considerando as seguintes características:

- instrumentos financeiros incorporados ao patrimônio da Entidade com a finalidade de negociá-los ou de dar cobertura a outros elementos da mencionada carteira.
- instrumentos cuja negociação está livre de toda restrição.
- a carteira é administrada de forma ativa, com alta frequência nas operações de negociação realizadas.
- instrumentos que são mantidos para sua venda no curto prazo ou com o propósito de obter benefícios a partir das flutuações de preços no curto prazo, reais ou esperadas, ou mediante a arbitragem de preços.

O ajuste determinado neste item, para aqueles ativos que não estão incluídos nas listas de volatilidade publicados por BCRA, corresponde à diferença de avaliação entre o valor de incorporação incrementado mensalmente em função da taxa interna de rendimento (Avaliação BCRA) e o valor justo (Avaliação NIIF).

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

- Outros Créditos por Intermediação Financeira e Outras Obrigações por Intermediação Financeira:

Foram classificados nesta categoria aqueles montantes relacionados com operações de swaps passivos (valores a serem recebidos) e operações de compra / venda à vista para liquidar títulos públicos.

Além disso, os saldos correspondentes às operações por swaps ativos registrados em Outras Obrigações por Intermediação Financeira foram reclassificados para o segmento Títulos Públicos e Privados, de acordo com as normas do BCRA.

3. Transferência de Ativos Financeiros

Com relação à transferência de Ativos Financeiros, foram avaliadas, tanto no nível individual como no consolidado, as disposições da NIIF 9 com relação ao registro contábil das quedas de ativos financeiros ou grupo de ativos.

As quedas são registradas quando expirarem os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo financeiro; ou for transferido o ativo financeiro e a transferência cumprir com os requisitos para a redução em contas, de acordo com a NIIF 9.

a) Operações de swaps ativos:

Cabe mencionar que, assim como é mencionado na Comunicação "B" 11372 realizada no dia 15 de setembro de 2016, de acordo com os princípios de redução em contas das NIIF 9, foram realizados os seguintes ajustes com relação a swaps ativos:

- Queda nos itens contábeis de títulos públicos e privados e instrumentos de regulação monetária dos títulos valores recebidos pelas operações de swap ativo (vinculado com vendas a prazo pelas operações de swaps ativos)
- Redução das vendas a termo pelas operações de swaps ativos.

c) Operações de swaps passivos:

Com relação aos swaps passivos, aos segmentos contábeis de títulos públicos e privados foram reincorporados os saldos vinculados aos títulos e aos instrumentos de regulamentação monetária dados de baixa com seu correspondente ajuste de compra a prazo incluída no segmento contábil de outros créditos por intermediação financeira.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

4. Participações em outras sociedades

a) Participações em sociedades controladas – NIIF 10

No dia 31 de dezembro de 2017, a Entidade mantém participações nas sociedades controladas mencionadas na Nota 2 nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

A partir da análise efetuada pela NIIF 10, concluímos que a totalidade das sociedades mencionadas deve ser consolidada de acordo com a NIIF 10 e não há outras sociedades que precisem fazer parte integrante das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Devido que, de acordo com o requerido pela Comunicação “A” 5844 “os investimentos em subsidiárias, associadas e negócios conjuntos nas Demonstrações de Situação Patrimonial Individual deverão ser mensurados utilizando o método da participação previsto na NIC 28, ou seja, não poderão fazê-los de acordo com as alternativas previstas na NIC 27 (custo ou medição conforme as NIIF 9), foi dado procedimento ao recálculo do valor patrimonial proporcional mediante o método da participação descrito no parágrafo 10 da NIC 28, considerando o Patrimônio Líquido conforme as NIIF de GPAT e de Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E.

Como consequência deste recálculo, foi determinado um ajuste negativo que causou impacto no segmento Participações em outras sociedades no nível individual. No nível consolidado, este ajuste é eliminado de acordo com o método de consolidação estabelecido na NIIF 10.

Cabe mencionar que devido à aquisição por parte de Banco Patagonia S.A. de ações ordinárias escriturais de GPAT representativas do 1% capital social da mencionada sociedade, foram gerados os registros correspondentes em Participação não controladora e Resultados não designados.

b) Conversión Moneda extranjera – NIC 21

De acuerdo con la NIC 21 “Efectos de las variaciones en los tipos de cambio de la moneda extranjera”, se reconocieron y reclasificaron a “Otro resultado abrangente” las diferencias por conversión de moneda extranjera, en relación a la participación de la Entidad en Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Ejecutivo de Administración

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administración e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

5. Bens de Uso / Bens Diversos

a) Bens de Uso / Bens Diversos - Reavaliação

A Entidade optou ao aplicar o modelo de reavaliação à totalidade dos imóveis que estão afetados à atividade econômica, de acordo com as normas do BCRA, são registrados a seu valor de custo nos segmentos de Bens de Uso e Bens Diversos, respectivamente.

Devido aos significativos aumentos nos preços dos bens imóveis ocorridos nos últimos anos, a Entidade considera que o modelo de reavaliação permite refletir de maneira mais confiável o valor destes ativos.

Conforme o modelo de reavaliação, com posterioridade ao reconhecimento inicial do ativo, é mensurado seu valor justo na data da reavaliação menos a depreciação acumulada e o montante acumulado das perdas por deterioração de valor, em caso de existir.

Para o resto dos componentes de Bens de Uso e Bens Diversos continuamos aplicando o modelo de custo.

6. Créditos Diversos – Empréstimos para o Pessoal

Com relação aos empréstimos pessoais e hipotecários outorgados ao pessoal com taxas inferiores às do mercado foi realizado um ajuste por perda por sua avaliação inicial por valor justo.

7. Imposto de renda diferido

Assim mesmo, de acordo com a NIC 12 foi contabilizado o imposto de renda de acordo com o método do imposto diferido, reconhecendo (i) a parte correspondente ao imposto corrente que se espera pagar ou recuperar e (ii) o imposto diferido, ou seja, o imposto que se espera que seja liquidado ou recuperado do Imposto de renda pelas diferenças temporárias e os quebrantos acumulados que surgirem entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus montantes nos livros.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)**NOTA EXPLICATIVA 5:****Detalhe dos componentes dos conceitos "Outros / as" com saldos superiores a 20% do total do item respectivo**

Itens da Demonstração da Situação Patrimonial	31/12/17	31/12/16
A. Créditos Diversos		
Depósitos em garantia (Nota Explicativa 6)	530.781	311.542
Devedores varios	257.102	64.551
Pagamentos efetuados de forma adiantada	221.219	151.403
Outros	326.866	227.394
	1.335.968	754.890
B. Outras Obrigações por Intermediação Financeira		
Consumos a pagar por cartões de crédito e débito	2.695.146	1.586.179
Ordens de pagamento de comércio exterior	650.217	477.128
Retenções de impostos a pagar	480.107	515.915
Cobranças e outras operações por conta de terceiros	173.156	160.661
Ordens de pagamento previdenciário	125.440	105.549
Outras	727.680	609.850
	4.851.746	3.455.282
C. Obrigações Diversas		
Impostos a pagar	1.043.175	939.218
Remunerações, encargos sociais e retenções a pagar	756.814	539.297
Credores vários	226.711	240.195
Outras	101.348	39.898
	2.128.048	1.758.608
D. Contas de Ordem – Devedoras - De Controle		
Outros valores em custódia	83.851.693	42.429.517
Valores por debitar	704.393	522.891
Valores a receber	262.535	333.857
	84.818.621	43.286.265

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Itens da Demonstração de Resultados	31/12/17	31/12/16
E. Receitas por Serviços		
Seguros	490.090	388.984
Aluguel caixa de segurança	167.577	115.679
Cartões de crédito e cêbito	156.812	114.526
Recuperação de custos de transporte de valores	91.670	76.024
Mercado de capitais	49.886	47.794
Outros	103.829	88.175
	1.059.864	831.182
F. Despesas por Serviços		
Vinculadas com cartões de crédito	627.138	491.813
Imposto sobre as despesas brutas	299.502	220.788
Vinculadas com caixas eletrônicos	182.231	129.023
Outros	35.640	10.653
	1.144.511	852.277
G. Receitas Diversas		
Ajustes e juros por créditos diversos	93.241	80.717
Resultado por cessão de créditos fiscais e recuperação de impostos	49.771	14.405
Lucro por venda de bens de uso	7.896	5.377
Outras	62.185	39.293
	213.093	139.792
H. Perdas Diversas		
Cargos previsionais e outras provisões	124.937	27.758
Gastos recuperação de créditos	17.273	15.490
Imposto sobre as receitas brutas	10.370	5.451
Doações	7.791	5.459
	160.371	54.158

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)**NOTA EXPLICATIVA 6:****Bens de disponibilidade restringida**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade possuía os seguintes bens de disponibilidade restringida:

Conceito	31/12/17	31/12/16
Outros Créditos por Intermediação Financeira		
- BCRA - Contas especiais de garantia pelas operatórias vinculadas com as câmaras eletrônicas de compensação	895.593	641.528
- BCRA - Fideicomisso em garantia pelas operações concertadas a prazo	300.875	152.222
- Depósitos em garantia por operações repo	206.527	15.055
Total Outros Créditos por Intermediação Financeira	1.402.995	808.805
Créditos Diversos		
- Depósitos em garantia - Entidades administradoras de cartões de crédito e débito	291.862	189.215
- Títulos Públicos - Linha de empréstimos BID - Programa global de crédito a Micro, Pequenas e Médias Empresas	225.811	111.910
- Depósitos em garantia - Demandas judiciais	7.642	6.162
- Depósitos em garantia - Outros	5.466	4.255
Total Créditos Diversos	530.781	311.542
TOTAL	1.933.776	1.120.347

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)**NOTA EXPLICATIVA 7:****Operações com Sociedades incluídas no Artigo 33 da Lei Geral de Sociedades (Lei N° 19.550)**

A seguir, são incluídos os saldos que a Entidade mantinha com suas sociedades controladas e coligadas e com sua sociedade controladora em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Patagonia Valores S.A.		
Créditos Diversos - Devedores vários	210	56
Depósitos - Contas correntes	299	168
Depósitos - Conta corrente especial	35	29
Contas de Ordem - Valores em custódia	2.061	1.223
Patagonia Inversora S.A. Sociedade Gerente da F.C.I.		
Depósitos - Contas correntes	749	141
Contas de Ordem - Valores em custódia	182.609	111.459
Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E.		
Depósitos - Conta corrente	6	6
Depósitos - Conta corrente especial	9	11
Contas de Ordem - Valores em custódia	920.703	640.193
Contas de Ordem - Garantias recebidas	29.748	27.746
GPAT Compañía Financiera S.A.		
Empréstimos - Interfinanceiros (Call outorgados)	795.549	370.817
Empréstimos - Outros Financiamentos a entidades financeiras locais - Documentos descontados	-	30.702
Empréstimos - Outros Financiamentos a entidades financeiras locais - Outros Empréstimos	301.057	395.767
OCIF - Obrigações Negociáveis sem Cotação	77.130	46.096
Depósitos - Contas correntes	33.428	29.380
OOIF – Financiamentos recibidas de entidades financeiras locais	160.372	-
OOIF - Comissões apuradas a pagar	2.570	3.974
OOIF – Saldos pend. de liq. de Op. a prazo sem entrega do subjacente	3.151	-
Obrigações Diversas – Credores vários	-	1.200
Contas de Ordem- De derivativos - Permuta taxa de juros	800.000	-

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Banco do Brasil S.A.		
Disponibilidades - Entidades financeiras e correspondentes	3.013	37.132
Depósitos - Contas correntes	4.498	213
Contas de Ordem - Garantias Recebidas	75.097	58.646
Contas de Ordem - Valores em Custódia	20.053	22.681
Contas de Ordem – Garantias Outorgadas	17.460	30.179

Os resultados gerados em 31 de dezembro de 2017 e 2016 com suas sociedades controladas e coligadas e com sua sociedade controladora são os seguintes:

	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Patagonia Valores S.A.		
Receitas por Serviços – Comissões	2	3
Lucros Diversos	646	954
Patagonia Inversora S.A. Sociedad Gerente da F.C.I.		
Receitas por Serviços – Comissões	4	1
Lucros Diversos	320	328
Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E.		
Receitas por Serviços - Comissões	6	2
GPAT Compañía Financiera S.A.		
Receitas Financeiras - Juros por empréstimos ao Setor Financeiro	192.788	127.917
Receitas Financeiras - Juros por adiantamentos	267	65
Receitas Financeiras - Resultado por Obrigações Negociáveis	12.901	5.161
Despesas Financeiras- Juros por empréstimos interfinanceiros recibidos (call recibidos)	4.681	60
Despesas Financeiras- Resultado por permuta de taxa de juros	13.090	-
Receitas por Serviços - Comissões	25.010	13.211
Despesas por Serviços - Comissões	27.409	17.649
Lucros Diversos	4.242	2.977
Banco do Brasil S.A.		
Receitas Financeiras - Juros por outros financiamentos de entidades financeiras	-	32.602
Receitas por Serviços - Comissões	3	-
Despesas por Serviços - Comissões	-	184
Lucros Diversos	481	859

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

No que diz respeito à participação da Entidade nas sociedades controladas, ela é exposta na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras consolidadas com sociedades controladas.

NOTA EXPLICATIVA 8:

Capital Social

1. Estado do Capital Social

O capital social da Entidade é representado por 719.145.237 ações, 22.768.818 das quais correspondem à Classe "A" e 696.376.419, à Classe "B", sendo ambas as classes ordinárias escriturais, de V\$N 1 e um voto cada uma.

As ações Classe "A" representam a participação da Província de Rio Negro, ao passo que as ações Classe "B" representam a participação do capital privado.

Desde o dia 12 de abril de 2011, a acionista controladora da Entidade é o Banco do Brasil S.A. Sua participação é de 58,9731% sobre o total do capital social.

2. Opções de compra e venda de ações

Com data de 12 de abril de 2011, no contexto do Contrato de Compra e Venda de ações entre o Banco do Brasil S.A. e o ex-grupo de acionistas controladores da Entidade (Vendedores), ambas as partes subscreveram um acordo de Acionistas, mediante o qual, entre outras questões, foram outorgadas certas opções de compra (call) e venda (put), que podem ser exercitadas a partir do terceiro aniversário dessa data, para a aquisição, por parte do Banco do Brasil S.A., das participações que os Vendedores manterão na Entidade, ao preço de exercício equivalente ao preço em dólares estadunidenses por ação pagos na Oferta de Compra e Venda.

3. Programa de aquisição de ações próprias

No dia 26 de março de 2012, a Diretoria da Entidade resolveu implantar um plano de recompra de ações próprias no mercado argentino, nos termos do artigo 68 da Lei nº 17.811 (acrescentado pelo Decreto 677/01) e das normas da CNV, por até um montante máximo de 3.452, com um limite de 1.000.000 de ações ordinárias, escriturais, classe "B", com direito a um voto e de um valor nominal de \$ 1 por ação.

O prazo para efetuar as aquisições foi de cento e oitenta dias corridos, a partir do dia 27 de março de 2012. Com data de 25 de setembro de 2012, outrossim, a Diretoria da Entidade dispôs a extensão de sua vigência até 22 de março de 2013.

O total de ações adquiridas pela Entidade sob o referido programa até seu vencimento foi de V\$N 119.500 ações ordinárias por um montante de 394.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

A data limite de alienação das ações adquiridas, de acordo com o estabelecido no artigo 67 da Lei Nº 26.831 é de três anos contados a partir de sua aquisição, salvo prorrogação disposta pela Assembleia de Acionistas.

Além disso, a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada no dia 26 de abril de 2017 determinou a desafetação do saldo remanescente da Reserva Facultativa para o Programa de Recompra de Ações e a constituição de uma Reserva Facultativa para futura distribuição de dividendos por 3.058.

4. Redução do Capital Social

Com data de 14 de dezembro de 2015, a Diretoria da Entidade tomou conhecimento da redução do capital social de pleno direito por V\$N 119.500 ações Classe "B" escriturais ordinárias de V\$N 1 e um voto por ação que se encontravam em carteira e que haviam sido adquiridas conforme o artigo 68 da Lei nº 17.811 por ter decorrido a data limite de alienação, conforme o referido nesta nota na alínea 3.

Finalmente, no dia 29 de março de 2016, a Inspección General de Justicia registrou essa redução sob o nº 4.679 do Livro 78 das Sociedades por Ações.

NOTA EXPLICATIVA 9:

Programa Global de Emissão de Obrigações Negociáveis

A Assembleia Geral Ordinária de Acionistas celebrada a 26 de abril de 2012 aprovou a criação de um Programa Global de Emissão de Obrigações Negociáveis simples por um montante máximo em circulação, a qualquer tempo, de até U\$S 250.000.000 ou seu equivalente em outras moedas.

O Programa vigora por 5 anos a partir da data de autorização da CNV ou o prazo máximo que possa ser fixado pelas futuras regulações que forem aplicáveis, caso em que a Diretoria da Entidade poderá receber a extensão do prazo de seu vigor.

A Diretoria, outrossim, resolveu que os fundos provenientes das colocações das Obrigações Negociáveis emitidas sob o referido Programa serão destinadas a um ou mais dos destinos previstos no artigo 36 da Lei nº 23.576 e na Comunicação "A" 3046 do BCRA, ou aqueles que forem estabelecidos nas regulações aplicáveis e de acordo a como seja especificado no respectivo suplemento do preço.

Sob o referido programa, com data de 3 de dezembro de 2012, a Entidade emitiu a Classe Nº I Série Nº 1 de obrigações negociáveis simples por V\$N 200.000.000 a um prazo de 18 meses e com amortização em um único pagamento na data de seu vencimento. A apuração de juros foi feita a uma taxa variável anual equivalente à "Taxa BADLAR Privada", acrescida de uma diferença de taxa de 4% pagável trimestralmente em forma vencida. O vencimento final da série aconteceu no dia 3 de junho de 2014.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Com data de 1 de novembro de 2013, a Entidade emitiu a Classe Nº II de obrigações negociáveis por V\$N 300.000.000 a um prazo de 18 meses e com amortização em um único pagamento na data de vencimento. A apuração de juros foi a uma taxa variável anual equivalente à “Taxa BADLAR Privada”, acrescida de uma diferença de taxa de 3,9% pagável trimestralmente em forma vencida. O vencimento final da série aconteceu no dia 4 de maio de 2015.

Com data de 31 de março de 2014, a Diretoria da Entidade aprovou a emissão da Classe Nº III de obrigações negociáveis por um montante máximo de até V\$N 350.000.000 a ser realizado sob o Programa Global de Emissão de Obrigações Negociáveis Simples em vigor.

Posteriormente, com data de 26 de janeiro de 2015, a Diretoria da Entidade aprovou a atualização do Prospecto do Programa Global de Emissão de Obrigações Negociáveis Simples, ampliando o montante máximo total de emissão da Classe Nº III até o montante de V\$N 500.000.000, sendo aprovado pela CNV a 8 de julho de 2015.

Finalmente, com data de 21 de julho de 2015, a Entidade emitiu a Classe Nº III de obrigações negociáveis por V\$N 332.200.000 a um prazo de 18 meses e com amortização em um único pagamento na data de vencimento. A apuração dos juros será realizada para os primeiros nove meses, a uma taxa fixa anual de 25,50% e, para os seguintes nove meses, a uma taxa variável anual equivalente à “Taxa BADLAR Privada”, acrescida de uma diferença de taxa de 3,75%, pagável trimestralmente em forma vencida.

No dia 23 de janeiro de 2017 a Entidade realizou o pagamento final de capital e de juros da mencionada obrigação negociável.

Em 31 de dezembro de 2016, o montante de capital e dos juros apurados correspondentes à Classe Nº III se encontra registrado no item “Outras obrigações por intermediação financeira” por 348.168.

Tendo em vista o próximo vencimento do Programa Global de Emissão de Obrigações Negociáveis Simples vigente, a Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada no dia 26 de abril de 2017 aprovou a prorrogação do mencionado programa de acordo com as normas da CNV, assim como também um aumento do montante máximo em circulação, conforme é detalhado a seguir.

- a) Vigência de 5 anos a partir da autorização da CNV ou o prazo máximo que possa ser determinado pelas futuras regulamentações que resultem aplicáveis;
- b) Será possível emitir diferentes classes e/ou séries de obrigações negociáveis denominadas em dólares dos Estados Unidos ou outras moedas e reemitir as sucessivas classes ou séries que sejam amortizadas;

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

- c) O montante de U\$S 500.000.000 ou seu equivalente em outras moedas será o máximo em circulação durante a vigência do programa; e
- d) Os fundos a serem obtidos pela colocação das obrigações negociáveis que serão emitidas de acordo com o programa serão destinados para um ou mais destinos previstos no artigo 36 da Lei 23.576 e suas modificatórias e nas Normas de Operações Passivas, Seção de Colocação de Títulos Valores e de Dívida do BCRA, ou as que sejam estabelecidas nas regulações aplicáveis, e de acordo com como for especificada no respectivo suplemento de preço.

Finalmente, no dia 14 de setembro de 2017 a CNV autorizou mediante a Resolução N° 18.933 o aumento do montante máximo e a prorroga do mencionado programa.

NOTA EXPLICATIVA 10:

Agente Financeiro da Província de Río Negro

No contexto do estabelecido pela Lei N° 2929 da Província de Río Negro e o contrato celebrado a 27 de maio de 1996, a Entidade atuou como agente financeiro do Estado Provincial, sendo de sua responsabilidade as funções bancárias que eram estabelecidas no artigo 1.2 do referido contrato.

Com data de 28 de fevereiro de 2006 aconteceu o vencimento do referido contrato que, mediante sucessivas prorrogações, permaneceu em vigor até o dia 31 de dezembro de 2006, nas mesmas condições que o contrato referido acima.

Posteriormente, a Entidade foi designada novamente para prestar os serviços de Agente Financeiro e, no dia 14 de dezembro de 2006, foi assinado o Contrato de Serviços Financeiros e Bancários da Província de Río Negro, pelo prazo de dez anos vencimento que ocorreu em 13 de dezembro de 2016.

No dia 29 de dezembro de 2016, a Lei N° 5187 sancionada pela Legislatura da Província de Río Negro prorrogou a aplicação do contrato mencionado precedentemente por um prazo de 180 dias, prorrogável automaticamente, ou lapso menor caso for concluído antes do prazo indicado o procedimento de licitação para a seleção de uma entidade bancária que preste serviço de agente financeiro.

No dia 22 de dezembro de 2016, mediante o Decreto N° 2140, o Poder Executivo da Província de Río Negro determinou a convocatória a Licitação Pública Nacional para a seleção e posterior contratação do Agente Financeiro da Província de Río Negro, por um prazo de dez anos, prorrogável por um período de cinco anos, a menos que alguma parte manifeste o contrário.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

O cronograma da licitação estabeleceu como data de adjudicação o dia 6 de abril de 2017 e como data de assinatura do Contrato, o dia 28 de abril de 2017.

Finalmente, como resultado do processo de licitação citado anteriormente, no dia 28 de abril de 2017 a Entidade foi novamente declarada vencedora para prestar os serviços de Agente Financeiro da Província de Rio Negro, assinando o Contrato de Serviços Financeiros e Bancários da Província de Rio Negro, pelo prazo de 10 anos com uma possível prorrogação por outros cinco anos.

Essas funções não incluem a obrigação de assistir financeiramente à Província de Rio Negro em outras condições que as compatíveis com a qualidade de banco privado desta Entidade.

NOTA EXPLICATIVA 11:

Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade mantinha os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

- a) Operações concertadas a prazo – Futuros: inclui as operações de compra e venda a prazo de moeda estrangeira sem entrega do ativo subjacente concertadas no âmbito do MAE ou ROFEX. Estão valorizadas à taxa de câmbio em vigor na data do encerramento de cada exercício no mercado em que foram concertadas e são efetuadas pela Entidade com o objetivo de intermediação por conta própria. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade registrou lucros por 66.765 e 128.137, respectivamente, gerados nas operações de moeda estrangeira.
- b) Operações concertadas a prazo de moeda estrangeira com clientes – Forwards: inclui as operações de compra e venda a prazo de moeda estrangeira sem entrega do ativo subjacente concertadas no âmbito privado. Estão valorizadas à taxa de câmbio em vigor no MAE na data de encerramento de cada exercício e são efetuadas pela Entidade com o objetivo de intermediação por conta própria. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade registrou resultados por 69.672 e 51.953, respectivamente.
- c) Operações Swaps e Repos: inclui as operações concertadas de swaps e repos sobre títulos públicos nacionais pendentes de liquidação: estão valorizados de acordo com o referido na nota explicativa 1.6.h)1. e 2. e 1.6.n)2. e 3. e são efetuados pela Entidade com o objetivo de intermediação por conta própria. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade registrou lucros por 641.154 e (48.597), respectivamente.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

- d) Operações de Permuta de Taxas de Juros em Pesos -Com Entidades Financeiras: inclui os contratos com a GPAT Companhia Financeira S.A. com direito a perceber mensalmente o diferencial positivo entre a taxa de juros nominal anual fixa pactuada para cada operação e a taxa de juros BADLAR estabelecida pelo BCRA. Caso o diferencial de taxas for negativo, a Entidade terá a obrigação de abonar a diferença.

Estão registradas nos itens “Contas de ordens devedoras - De Derivativos - Permuta de Taxas de Juros” e “Contas de ordens credoras - De Derivativos - Credoras por Contra” e as mencionadas operações geraram uma perda de 13.089 no dia 31 de dezembro de 2017.

NOTA EXPLICATIVA 12:**Atividades Fiduciárias**

A Entidade assinou uma série de contratos com outras sociedades, mediante os quais foi designada fiduciária de certos fideicomissos financeiros. Nos mesmos, foram recebidos, principalmente, créditos como ativo fideicometido. No dia 31 de dezembro de 2017, a Entidade administra os seguintes fideicomissos financeiros de oferta pública:

Fideicomiso Financeiro	Fiduciante	Data Contrato	Ativos em 30/09/17	Ativo Fideicometido	Patrimônio Líquido em 30/09/17
CMR Falabella LXIII	CMR Falabella	17/02/2017	64.119	Empréstimos gerados pela Utilização dos Cartões de Crédito	-
CMR Falabella LXIV	CMR Falabella	12/04/2017	53.191	Empréstimos gerados pela Utilização dos Cartões de Crédito	-
CMR Falabella LXV	CMR Falabella	01/06/2017	181.994	Empréstimos gerados pela Utilização dos Cartões de Crédito	-
CMR Falabella LXVI	CMR Falabella	17/07/2017	305.609	Empréstimos gerados pela Utilização dos Cartões de Crédito	-
CMR Falabella LXVII	CMR Falabella	24/08/2017	238.244	Empréstimos gerados pela Utilização dos Cartões de Crédito	-
Fava XXXIX	Favacard S.A.	01/03/2017	(*) 2.857	Empréstimos gerados pela Utilização dos Cartões de Crédito	-
Minicreditos III	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	11/08/2017	250.543	Empréstimos de consumo	73.921
Serie Ribeiro LXXXIX	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	14/10/2016	38.100	Empréstimos de consumo	36.674
Serie Ribeiro XC	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	31/10/2016	31.120	Empréstimos de consumo	26.868
Serie Ribeiro XCI	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	30/11/2016	45.375	Empréstimos de consumo	28.516
Serie Ribeiro XCII	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	24/01/2017	98.224	Empréstimos de consumo	44.364
Serie Ribeiro XCIII	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	23/02/2017	176.361	Empréstimos de consumo	65.888

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Fideicomisso Financeiro	Fiduciante	Data Contrato	Ativos em 30/09/17	Ativo Fideicometido	Patrimônio Líquido em 30/09/17
Serie Ribeiro XCIV	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	17/05/2017	146.415	Empréstimos de consumo	42.456
Serie Ribeiro XCV	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	30/06/2017	168.509	Empréstimos de consumo	42.061
Serie Ribeiro XCVI	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	12/09/2017	289.004	Empréstimos de consumo	62.523
Total			2.089.665		423.271

(*) Segundo demonstrações financeiras de liquidação em 30/09/17

Fideicomissos Financeiros Públicos autorizados pela CNV, cujas demonstrações financeiras são exigíveis com posterioridade em 31/12/2017

Fideicomisso Financeiro	Fiduciante	Data Contrato	Ativo Fideicometido
CMR Falabella LXVIII	CMR Falabella	26/09/2017	Empréstimos gerados pela Utilização dos Cartões de Crédito
CMR Falabella LXIX	CMR Falabella	07/11/2017	Empréstimos gerados pela Utilização dos Cartões de Crédito
Serie Ribeiro XCVII	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	01/11/2017	Empréstimos de consumo
Serie Ribeiro XCVIII	Ribeiro S.A.C.I.F.A. e I.	15/12/2017	Empréstimos de consumo

Fideicomissos em Administração

Fideicomisso Financeiro	Fiduciante	Data Contrato	Ativo Fideicometido
Bogar Classe I Série II	Província de Rio Negro	11/06/09	Porcentagem da arrecadação diária dos impostos provinciais
Bogar Classe II Série I	Província de Rio Negro	26/12/03	Porcentagem da arrecadação diária dos impostos provinciais
Bogar Classe II Série II	Província de Rio Negro	11/06/09	Porcentagem da arrecadação diária dos impostos provinciais
Bogar Classe II Série III	Província de Rio Negro	30/07/13	Porcentagem da arrecadação diária dos impostos provinciais

A Entidade atua como Fiduciária dos fideicomissos referidos acima, sem responder, em hipótese alguma, com os bens próprios pelas obrigações contraídas na execução dos fideicomissos; elas apenas serão satisfeitas com e até a concorrência dos bens fideicometidos e o produto dos mesmos. Adicionalmente, o Fiduciário não poderá onerar os ativos fideicometidos nem dispor deles, além dos limites estabelecidos nos respectivos contratos de fideicomisso.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

As comissões ganhas pela Entidade em sua atuação como agente fiduciário são apuradas sob os termos dos respectivos contratos.

NOTA EXPLICATIVA 13:

Agente de Custódia de Produtos de Investimento Coletivo de Fundos Comuns de Investimento

Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade, na sua qualidade de Agente de Custódia de Produtos de Investimento Coletivo de Fundos Comuns de Investimento, mantém em custódia quota-partes subscritas por terceiros e ativos dos seguintes Fundos Comuns de Investimento:

Denominação	Depósitos	Outros	Total Ativos	Patrimônio Líquido
Lombard Renda em Pesos Fundo Comum de Investimento	3.811.902	571.483	4.383.385	4.383.294
Lombard Capital FCI	50.682	9.286.128	9.336.810	8.956.358
Fundo Comum de Investimento Lombard Renda Fixa	11.307	134.423	145.730	145.408
Fundo Comum de Investimento Lombard Pesos Plus	370	-	370	370
Fundo Comum de Investimento Lombard Poupança	6.814	-	6.814	6.811
Fundo Comum de Investimento Lombard Aberto Plus	112.525	600.868	713.393	713.385
Fundo Comum de Investimento Lombard Ações Líderes	752	81.360	82.112	75.262
Lombard Renda Fixa em Dólares FCI	359.163	1.935.790	2.294.953	2.259.520
Lombard Poupança Plus FCI	189	2.285.014	2.285.203	2.285.183
TOTAL	4.353.704	14.895.066	19.248.770	18.825.591

Lombard Renda Fixa em Dólares FCI

No dia 30 de maio de 2016, a Patagonia Inversora S.A. e o Banco Patagonia S.A. aprovaram a constituição do Fundo Comum de Investimento Lombard Renda Fixa em Dólares, sendo apresentado no dia 12 de julho de 2016 o pedido de autorização perante CNV.

Posteriormente, mediante a Resolução Nº 18.365 do dia 17 de novembro de 2016, a CNV aprovou o regulamento de gestão e inscreveu seus registros ao mencionado fundo. o qual começou a operar no dia 23 de fevereiro de 2017.

Fundo Comum de Investimentos Lombard Ahorro Plus

No dia 23 de fevereiro de 2017, a Patagonia Inversora S.A. e o Banco Patagonia S.A. aprovaram a constituição do Fundo Comum de Investimentos "Lombard Ahorro Plus FCI.", sendo apresentado no dia 23 de março de 2017 o pedido de autorização perante CNV.

Mediante a Resolução Nº 18.838 do dia 6 de julho de 2017, a CVM aprovou o regulamento de gestão e inscreveu em seus registros ao mencionado fundo. Em 17 de outubro de 2017 Ahorro Plus F.C.I. começou a funcionar.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Fundo Comum de Investimentos Lombard Pesos Plus

No dia 23 de fevereiro de 2017, a Patagonia Inversora S.A. e o Banco Patagonia S.A. aprovaram mediante Atas N° 545 e N° 2706, respectivamente, a modificação do Regulamento de Gestão do Fundo Comum de Investimento Lombard Pesos Plus e a troca de denominação do fundo, com o objetivo de transformar o fundo, atualmente de prazos fixos, num fundo de renda fixa.

Posteriormente, no dia 24 de novembro de 2017, por Resolução RESFC-2017-19119-APN-DIR#CNV, a C.N.V. aprovou a troca de denominação do “Fundo Comum de Investimento Lombard Pesos Plus” por “Lombard Pesos Plus FCI”, e a modificação de seu Regulamento de Gestão.

Na data dos estados contábeis estão sendo realizados os trâmites para tornar operativas as mencionadas modificações.

NOTA EXPLICATIVA 14:

Seguro de Garantia dos Depósitos

Mediante a Lei N° 24.485 e o Decreto N° 540/95, foi disposta a criação do Sistema de Seguro de Garantia dos Depósitos, ao qual lhe foram atribuídas as características de ser limitado, obrigatório e oneroso, com o intuito de cobrir os riscos de depósitos bancários, de forma subsidiária e complementar ao sistema de privilégios e proteção de depósitos estabelecido pela Lei das Entidades Financeiras.

A mesma dispôs a constituição da sociedade Seguros de Depósitos S.A. (SEDESA) com o intuito exclusivo de administrar o Fundo de Garantia dos Depósitos, cujos acionistas, em conformidade com as alterações introduzidas pelo Decreto N° 1292/96, são o BCRA, com uma ação como mínimo, e os fiduciários do contrato de fideicomisso constituído pelas entidades financeiras na proporção em que o BCRA determinar para cada uma, em função de suas contribuições ao Fundo de Garantia dos Depósitos. Em agosto de 1995, foi constituída essa Sociedade da qual a Entidade participa com 4,7680% do capital social de acordo com as porcentagens divulgadas pela Comunicação “B” 11.491 do BCRA com data de 1 de março de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 estão atingidos pelos depósitos em pesos e em moeda estrangeira constituídos nas entidades participantes sob a forma de conta corrente, conta de poupança, conta a prazo, investimentos a prazo, conta salário, da segurança social, básica, gratuita universal e especiais, os saldos imobilizados dos conceitos precedentes ou outras modalidades que o BCRA determinar até o montante de 450, com certas exclusões estabelecidas por esse organismo.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as contribuições realizadas foram registradas no item "Despesas Financeiras – Contribuições ao fundo de garantia dos depósitos" por 95.578 e 125.219, respectivamente.

NOTA EXPLICATIVA 15:

Requerimento da CNV para atuar como Agente do Mercado Aberto

Em cumprimento das disposições estabelecidas pela CNV na Resolução Geral N° 622/13 e modificadoras, são detalhados, a seguir, o Patrimônio Líquido Mínimo e a Contrapartida Mínima requerida para cada categoria de agente:

Função	PN Mínimo	Contrapartida Mínima
Agente de Liquidação e Compensação e Agente de Negociação Integral.	15.000	7.500
Agente de Custódia de Produtos de Investimento Coletivo de Fundos Comuns de Investimento (1).	2.750	2.250
Fiduciário Financeiro e Não Financeiro	3.000	3.000
Totais	20.750	13.250

(1) Ver nota explicativa 13.

Em 31 de dezembro de 2017, o patrimônio da Entidade supera o requerido pela CNV e a Contrapartida Mínima Total requerida se encontra integrada com fundos depositados no BCRA na conta corrente N° 034, pertencente a Banco Patagonia S.A.

NOTA EXPLICATIVA 16:

Caixa mínima e capitais mínimos

1. Caixa mínima

A seguir, são incluídos os conceitos computados pela Entidade para a integração da exigência de caixa mínima, de acordo com o disposto pelas normas do BCRA no assunto, em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Conceito	31/12/17	31/12/16
Disponibilidades		
BCRA - Conta Corrente	10.742.091	7.343.095
Outros Créditos por Intermediação Financeira		
BCRA - Contas Especiais de Garantia	895.593	641.528
TOTAL	11.637.684	7.984.623

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

2. Capitais mínimos

A posição de capitais mínimos da Entidade, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, é a seguinte:

Conceito	31/12/17	31/12/16
Exigência de Capital Mínimo (A)	6.566.120	5.003.241
Risco de Crédito	5.146.156	3.816.139
Risco Operacional	1.380.918	1.113.736
Risco de Mercado - Títulos	17.312	27.345
Risco de Mercado - Moedas	21.734	46.021
Integração (B)	9.782.507	7.959.307
EXCESSO (B-A)	3.216.387	2.956.066

NOTA EXPLICATIVA 17:

Restrições à distribuição de Lucros

- Nos termos das disposições do BCRA, 20% dos lucros do exercício deve ser alocado para constituição da reserva legal.
- Segundo a Lei nº 25.063, os dividendos que forem distribuídos, em dinheiro ou em espécie, em excesso dos lucros impositivos acumulados ao encerramento do exercício imediato anterior à data de pagamento ou distribuição, estarão sujeitos a uma retenção de 35% em conceito de imposto de renda, com caráter de pagamento único e definitivo. Os lucros a serem considerados em cada exercício serão os decorrentes de detrair dos lucros impositivos o imposto pago pelo ou pelos exercícios fiscais de origem do lucro que é distribuído ou a parte proporcional correspondente e acrescentar-lhe os dividendos ou lucros provenientes de outras sociedades de capital não calculados na determinação desses lucros no ou nos mesmos períodos fiscais. A referida distribuição de dividendos não se encontra atingida pela retenção referida acima, devido a que não supera os lucros determinados sobre a base da aplicação da referida normativa.
- O BCRA estabelece em sua normativa o procedimento de caráter geral para proceder à distribuição de lucros. De acordo o mesmo, só será possível efetuar uma distribuição com autorização expressa do BCRA e sempre que não sejam verificadas certas situações, entre as quais se destacam: registrar assistências financeiras da mencionada entidade por iliquidez, apresentar deficiências de integração de capital ou dinheiro mínimo e registrar certo tipo de sanções estabelecidas por reguladores específicos e que sejam classificadas como significativas e/ou não tenham sido implementadas medidas corretivas, entre outras condições prévias detalhadas na mencionada comunicação que devem ser cumpridas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

- Do mesmo modo, somente será possível distribuir lucros na medida em que forem registrados resultados positivos depois de deduzir extra contabilmente dos resultados não designados e da reserva facultativa para futuras distribuições de resultados, os montantes das reservas legais, estatutárias e/ou especiais, cuja constituição for exigível, a diferença líquida positiva entre o valor contábil e o valor de mercado ou valor presente informado pelo BCRA, conforme corresponder, dos instrumentos de dívida pública e/ou de regulação monetária do BCRA não avaliados pelo preço de mercado e os ativos totais por ações judiciais vinculadas a depósitos, entre outros conceitos.
- Por último, a Entidade deverá verificar que, depois de efetuada a distribuição de lucros proposta, seja mantida uma margem de conservação de capital sobre seus ativos ponderados pelo risco, a qual é adicional à exigência de capital mínimo requerida pela legislação, e deverá ser integrado com capital ordinário de nível 1, líquido de conceitos dedutíveis.
- De acordo com o estabelecido pela Resolução Geral N° 593 da CNV, a Assembleia de acionistas que considerar os estados contábeis anuais, deverá resolver um destino específico dos lucros acumulados da Entidade, já seja através da distribuição efetiva de dividendos, de sua capitalização com entrega de ações liberadas, da constituição de reservas voluntárias adicionais à Reserva legal, ou de uma combinação de algum destes destinos.

Por fim, como consequência da aplicação detalhada neste ponto os lucros distribuível do exercício 2017 totalizou 2.844.169 e Entidade propõe a seguinte distribuição (Ver Projeto de Distribuição de Lucros):

Reserva Facultativa para Futura Distribuição de Utilidades	1.066.563
Dividendos em Dinheiro	<u>1.777.606</u>
Total	<u>2.844.169</u>

A distribuição de utilidades se encontra sujeito à aprovação da Assembleia General de Acionistas da Entidade e autorização pela SEFyC (Superintendencia de Entidades Financieras e Cambiarias) do BCRA.

No dia 12 de janeiro de 2018, o BCRA emitiu a Comunicação "A" 6428, mediante a qual realizou a adequação do Texto Ordenado das Normas sobre "Distribuição de Resultados" com o objetivo de alinhá-lo com as NIIF, as quais estão vigentes desde o dia 1° de janeiro de 2018.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

NOTA EXPLICATIVA 18:

Política de Gerenciamento de Riscos

O Conselho de Administração tem a seu cargo a administração da Intuição e seus objetivos são, entre outros, coordenar e supervisionar, para que o funcionamento operativo responda aos objetivos institucionais, facilitar o desenvolvimento dos negócios com eficiência, controle e produtividade, procurando gerar uma cultura de melhora permanente nos processos administrativos e comerciais.

Além disso, a Entidade conformou uma estrutura para sua Alta Gerência e para os comitês, que possuem a finalidade de implementar e controlar, respetivamente, as políticas definidas pelo o Conselho de Administração. O detalhamento dos comitês constituídos é o seguinte:

- Comitê de Arquitetura, Seguridade e Administração de Bens
- Comitê de Auditoria BCRA
- Comitê de Auditoria CNV
- Comitê de Qualidade
- Comitê de Controle e Prevenção de lavagem de Ativos e Financiamento do Terrorismo
- Comitê de Direção
- Comitê e Ética
- Comitê de Finanças
- Comitê de Negócios
- Comitê de Remuneração e Incentivos ao Pessoal
- Comitê de Riesco Global
- Comitê de Riesco Operacional
- Comitê de Segurança da informação e proteção dos ativos de informação
- Comitê de Tecnologia da informação

Os citados comitês estão sob supervisão da Diretoria, permitindo o envolvimento permanente desse órgão nos temas tratados.

Os riscos inerentes às atividades bancárias são administrados através de um processo de identificação, medição e controle constante dos mesmos. Os riscos de crédito, liquidez, mercado, taxa de juros, estratégico, reputacional, operacional, de tecnologia e de modelo, são os principais riscos aos que, em maior ou menor medida, a Entidade está exposta.

Em função disso, foi implementado um processo de gestão integral de riscos conforme os lineamentos estabelecidos pela Comunicação "A" 5398 e complementares e de acordo com as melhores práticas recomendadas pelo Comitê de Basileia. Através destes princípios reitores, foi definida uma série de procedimentos e processos que permitem identificar, medir e valorar os riscos aos que a Entidade está exposta, visando a consistência com sua estratégia de negócios.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

A gestão integral dos riscos é liderada pela Superintendência de Controles Internos e Gestão de Riscos, através das diversas áreas especializadas que a conformam, atuando de maneira independente com relação às áreas de negócios.

Os processos de gestão de riscos são transmitidos a toda a Entidade, estando alinhados com as definições da Diretoria e da Alta Gerência que, através dos comitês relevantes, definem os objetivos globais expressos em metas e limites para as unidades de negócios, no marco de um processo de fixação e controle do apetite pelo risco.

Especificamente, com uma periodicidade mínima mensal, são realizadas as reuniões do Comitê de Risco Global, o qual tem como objetivos principais propor à Diretoria a estratégia para a gestão dos riscos de mercado, taxa de juros, liquidez e crédito, entre outros, assim como os limites globais de exposição aos mencionados riscos. Do mesmo modo, é informada sobre as exposições perante cada risco e monitora a observância das políticas. Do mesmo modo entre outras responsabilidades estabelece e aprova as ações da Gerência de Validação de Modelos.

O Comitê de Risco Global, composto do Presidente da Entidade, dois Vice-presidentes, o Superintendente de Control Interno e Gestão de Riscos, o Superintendente de Finanças, Administração e Setor Público, o Superintendente de Créditos e Comercio Exterior e o Gerente de Riscos Financeiros e o Gerente de Validação de Modelos. O escopo de suas funções incluirá tanto a Entidade quanto suas subsidiárias locais.

O Comitê de Risco Operacional realiza reuniões bimestrais com o objeto de propor ao Conselho de Administração as políticas, estratégias e manuais orientados para o gerenciamento do risco operacional dos produtos, atividades, processos e sistemas, aplicáveis a cada unidade de negócios, avaliando que o processo de vigilância gerencial esteja adaptado nos níveis de risco considerados aceitáveis.

Os restantes comitês, no marco de suas funções, complementam também o dispositivo de gestão integral de riscos.

Nos próximos anexos, são descritos aspectos específicos das políticas e processos para a identificação, avaliação, controle e mitigação de cada um dos principais riscos:

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de sofrer perdas devido a inadimplemento de devedor ou contraparte a respeito de suas obrigações contratuais.

O Conselho de Administração aprova as políticas creditícias visando disponibilizar um marco para a geração de negócios tendente a obter uma relação adequada entre o risco assumido e a rentabilidade esperada das operações.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

As mencionadas políticas estabelecem limites, procedimentos, mitigadores e controles para manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis. Estes aspectos estão estabelecidos em manuais e normativas internas (Créditos, Garantias, Recuperação e Gestão de Risco), os quais são objeto de periódicas revisões e atualizações.

Em particular, a definição dos limites de risco, por sua parte, é um dos principais instrumentos estratégicos da gestão do risco de crédito, cujo objetivo é evitar as concentrações e níveis de exposição não desejados.

Além disso, o gerenciamento dessa classe de risco baseia-se no estudo das operações e no vasto conhecimento da carteira de clientes, o que permite o acompanhamento detalhado do risco, minimizando a exposição, sempre que possível.

Os manuais de procedimentos que contém as diretrizes na matéria, a observância das normas em vigor e os limites estabelecidos, entre outros, têm por objetivos os seguintes:

- a) Manter uma adequada segmentação da carteira, por tipo de cliente e por setor econômico;
- b) Melhorar a utilização de ferramentas de análises e avaliação do risco que melhor se adequam ao perfil do cliente;
- c) Estabelecer pautas homogêneas para a concessão de empréstimos seguindo parâmetros conservadores embasados na solvência do cliente, seu fluxo de fundos e sua rentabilidade para o caso das empresas, as receitas e patrimônio para o caso de indivíduos;
- d) Estabelecer limites às pessoas físicas para a concessão de créditos de acordo com seu montante, propondo à existência de comitês específicos, que de acordo com seu âmbito de influência, serão os responsáveis a definir os níveis de assistência;
- e) Otimizar a qualidade do risco assumido, contando com garantias adequadas de acordo com o prazo do empréstimo e o nível de risco envolvido;
- f) Monitorar permanentemente a carteira de créditos e o nível de comprometimento dos clientes.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis ("descasamentos" entre pagamentos e recebimentos) que pudessem afetar a capacidade de honrar todos os compromissos financeiros, presentes e futuros -dentro de diversos horizontes temporais-, levando em conta as diferentes moedas e prazos de liquidação dos direitos e obrigações, sem sofrer perdas significativas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

A Entidade conta com políticas específicas em matéria de liquidez, as quais visam realizar uma administração eficiente da mesma, otimizando ou custo e a diversificação das fontes de funding, e maximizando ou rendimento das aplicações através do manejo prudente, que garanta os fundos necessários para a continuidade das operações e ou cumprimento das regulamentações em vigor.

Visando mitigar o risco de liquidez, a Entidade mantém uma carteira de ativos de alta liquidez e tem o objetivo de diversificar sua estrutura de passivos, com relação a fontes e instrumentos. Neste sentido, o objetivo é captar fundos com alto nível de atomização em relação a clientes e volume, oferecendo a maior diversidade de instrumentos financeiros.

Do mesmo modo, a Entidade implementou uma série de ferramentas de medição e controle do risco, incluindo o monitoramento regular dos gaps de liquidez, diferenciado por moeda, assim como diversos índices de liquidez, incluindo o "índice de cobertura de liquidez" (LCR, de acordo com suas siglas em inglês) de acordo com as pautas estabelecidas pelo BCRA.

A Gerência de Riscos Financeiros monitora de forma continua a observância dos diversos limites estabelecidos pela Diretoria para a gestão do risco de liquidez, os que contemplam, entre outros, níveis mínimos de liquidez e níveis máximos de concentração.

Por outro lado, a Entidade possui um plano de contingência de liquidez, no qual são detalhadas as ações que deveriam ser executadas caso surgisse uma situação adversa com relação à liquidez.

Risco de mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de sofrer perdas em posições dentro e fora do balanço, como resultado de flutuações adversas nos preços de mercado ou fatores de risco assimiláveis a eles.

A Entidade implementa políticas para o gerenciamento do risco de mercado, que estabelecem os processos de monitoramento e controle dos riscos de variações nas cotações dos instrumentos financeiros, resultantes das flutuações no mercado, com o objetivo de otimizar a relação risco-renda, fazendo uso da estrutura de limites, modelos e ferramentas de gerenciamento adequadas. O Comitê de Risco Global e o Comitê de Finanças controlam de forma contínua este risco, de forma integral juntamente com os restantes riscos.

As metodologias e modelos quantitativos aplicados são de uso geralmente aceitado nas melhores práticas, tais como enfoques de Valor a Risco (VaR) com diversas paramétricas para refletir situações normais de mercado, assim como situações potenciais mais estressadas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Do mesmo modo, a Entidade identifica e realiza um seguimento permanente dos fatores de risco de mercado que podem determinar variações no valor das carteiras de mercado, tais como taxas de juros, tipos de câmbio e volatilidade de preços, entre outros, com o objetivo de aplicar medidas corretivas e adequar as mitigadoras, visando manter o risco de mercado restrito aos limites estabelecidos pela Diretoria em todo momento.

Risco de Taxa de Juros

O risco de taxa de juros surge da possibilidade de que surjam mudanças na condição financeira da Entidade como consequência de flutuações nas taxas de juros, podendo ter efeitos adversos na receita financeira líquida e em seu valor econômico.

Para sua gestão e controle, se utilizam ferramentas de medição interna, tais como curvas de taxas, análise de sensibilidade sobre composição de balanço, brechas (GAP) de taxa de juros, entre outros, as que permitem uma gestão integrada do risco de taxa de juros junto com o risco de liquidez, no que constitui uma estratégia de gestão de ativos e passivos, a qual é realizada pela Gerência de Gestão Financeira dentro dos limites estabelecidos pela Diretoria.

Dentro do marco da gestão do risco de taxa de juros, a Entidade conta com uma série de políticas, procedimentos e controles internos específicos que estão incluídos no Manual de Normas e Procedimentos, os que são revisados e atualizados de forma regular.

Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como o risco de perda derivado da inadequação ou de falhas nos processos internos, nas ações do pessoal e/ou dos sistemas internos, bem como as que são produzidas por eventos externos. Essa definição inclui o Risco Legal, mas exclui o Risco Estratégico e o Risco de Reputação.

Nesse contexto, o risco legal —que pode ser endógeno ou exógeno ao Banco— compreende, dentre outros aspectos, a exposição a sanções, penalidades ou outras consequências econômicas e de outra natureza, derivada do inadimplemento de normas e obrigações contratuais.

A Entidade implementou um sistema de gestão para o Risco Operacional ajustado às diretrizes estabelecidas pelo BCRA na Comunicação "A" 4793 e modificativas. Além disso, o BCRA através da Comunicação "A" 5272, estabelece uma exigência de capital mínimo para este conceito, vigente a partir do 1 de fevereiro de 2012.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

O sistema de gestão de Risco Operacional é composto dos seguintes itens:

- a) Estructura organizacional: a Entidade conta com a Gerencia de Riscos Operacional e Tecnología e com o Comitê de Risco Operacional composto por um Vicepresidente, o Superintendente de Controles Internos e Gestão de Riscos, o Superintendente de Operações, o Superintendente de Tecnología, Comunicações e Sistemas, o Gerente de Risco Operacional e Tecnología.
- b) Políticas: a Entidade conta com uma "Política para a Gestão de Risco Operacional", aprovada pelo Conselho de Administração, na no que se definem os conceitos principais, funções e responsabilidades do Conselho de Administração, do Comitê de Risco Operacional e Tecnología, da Gerencia de Risco Operacional e Tecnología e de todas as áreas intervenientes na gestão de este risco.
- c) Procedimientos: a Entidade conta com um procedimento de "Registro de Prejuízos Operacionais" em que se estabeleceram as pautas para sua registo contábeis, a partir da abertura de rubricas contábeis específicas, permitindo assim incorporar de maneira automática os prejuízos operacionais registrados nessas rubricas na correspondente base de dados.

Adicionalmente, a Entidade conta com um procedimento que estabelece as pautas para confeccionar as autoavaliações de riscos e nos casos de riscos que excedem os níveis de tolerância admitidos, diretrizes para estabelecer indicadores de riscos e planos de ação.

- d) Sistemas: a Entidade conta com um sistema integral que permite a administração de todas as tarefas relacionadas na gestão de risco: auto avaliações de risco, indicadores de risco e planos de ação assim como também a administração da base de dados de perdas operacionais.
- e) Base de dados: a Entidade opera uma base de dados de eventos de risco operacional, configurada de acordo com as diretrizes estabelecidas na Comunicação "A" 4904 e complementárias.

Adicionalmente, é preciso destacar que a Entidade conta com a "Política para o Gerenciamento do Risco de Ativos Informáticos", aprovada pelo Conselho de Administração, que harmoniza conceitos e definições com as restantes normas sobre a matéria.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Conforme essa política, o objetivo da análise de risco dos ativos informáticos é determinar a maneira em que o risco de tecnologia informática afeta os processos da Entidade, em especial os considerados críticos, e também fornecer as informações necessárias para definir os ativos que devem ser protegidos e atingir mais eficiência na alocação dos recursos tecnológicos.

Risco de Reputação

Este risco é definido como aquele que está associado a uma percepção negativa da Entidade por parte dos clientes, contrapartes, acionistas, investidores, portadores de títulos da dívida, analistas de mercado e outros participantes do mercado relevantes, denominados Grupos de Interesse, que afeta adversamente a capacidade para manter relações comerciais existentes ou estabelecer novas e continuar acessando a fontes de financiamento.

O risco reputacional também pode afetar os passivos do Banco, já que a confiança do público e a capacidade da Entidade de captar fundos estão fortemente vinculadas com sua reputação.

Visando uma gestão do risco reputacional de maneira adequada, a Entidade conta com um contexto que permite compreender seu perfil de risco e obter informação sobre os riscos aos que está exposta, possibilitando projetar ações para reduzir seu impacto.

Risco Estratégico

Entende-se que risco estratégico seja o risco procedente de uma estratégia de negócios inadequada ou de uma mudança adversa nas previsões, parâmetros, objetivos e outras funções que respaldam essa estratégia. Deste modo, está associado com a probabilidade de incorrer em perdas com impacto atual ou futuro na receita, e, portanto, no capital, que implique um desvio com relação ao plano de negócios projetado.

Como parte da gestão do risco estratégico, é monitorado de forma regular a observância orçamental em relação a volumes, rentabilidade, perfil de risco, requerimentos de capital, liquidez e mudanças estruturais necessárias para executar o plano de negócios. Conjuntamente, é analisado o entorno competitivo e as condições de mercado em geral que condicionam o desenvolvimento da estratégia planejada.

Do mesmo modo, as provas integrais de estresse são utilizadas como ferramenta de gestão deste risco, enquanto permitem realizar análise de sensibilidade e de cenários alternativos ao projetado, permitindo elaborar cursos de ação perante a contingência, com o objetivo de mitigar desvios diante da estratégia planejada.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Investigações Especiais

A Entidade conta com um setor de Investigações Especiais, responsável de receber as denúncias e avaliar a veracidade das mesmas, prevenindo a ocorrência de fraudes. O mencionado setor coordena as ações necessárias para a detecção, análise e resolução de cada caso, tendo como principal objetivo:

- a) Minimizar as perdas econômicas,
- b) Mitigar o risco reputacional,
- c) Desalentar a ocorrência de fraudes e condutas inapropriadas.

Risco de modelo - Validações independentes

No contexto dos requerimentos regulatórios e de gestão atual, o desenvolvimento e a utilização de modelos para a tomada de decisões ou quantificação de risco por parte das entidades financeiras cada vez é mais importante. Neste sentido, a Comunicação "A" 5398, estabelece que a natureza metodológica utilizada para a gestão do risco deve contar com um processo de validação e testagem dos modelos e/ou sistemas que as entidades eventualmente utilizem para medir os componentes do risco, de tal maneira que possa ser desenvolvido um enquadramento de gestão de risco de modelo.

A Entidade conta com a Gerência de Validação de Modelos, reportando à Superintendência de Controles Internos e Gestão de Riscos, e com políticas aprovadas pela Diretoria tendentes a implementar os lineamentos das boas práticas na matéria.

A mencionada Gerência tem a responsabilidade de executar o processo de validação independente e quantificação do risco de modelo. Entre seus objetivos está a realização de validações independentes dos modelos que a Entidade emprega na medição de riscos - assim como de outros modelos empregados na gestão-, procurando a quantificação e mitigação do risco de modelo.

Autoavaliação de suficiência de capital, provas de estresse e planejamento para a contingência

A Entidade conta com um processo de autoavaliação de suficiência de capital em linha com o estabelecido pelo BCRA e as melhores práticas na matéria, através do qual avalia os níveis de capital econômico requeridos para cobrir, com uma margem adequada, eventuais perdas não esperadas inerentes às atividades que desenvolve.

Por outro lado, realiza diversos tipos de provas de estresse, tanto individuais como integrais, através das quais se visa avaliar a resistência da condição econômico-financeira da Entidade perante a eventual ocorrência de cenários adversos aos negócios, pouco prováveis, mas plausíveis. Através desta prática, é possível estabelecer planos de contingência efetivos para mitigar o impacto de eventuais situações dessa natureza.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Disciplina de mercado

De acordo com o disposto pela Comunicação "A" 5394 do BCRA sobre "Disciplina de mercado - Requisitos mínimos de divulgação" e complementares, a Entidade publica a informação qualitativa sobre seus processos de gestão de riscos e a informação quantitativa relativa a sua exposição aos riscos e sua cobertura. A mencionada informação está disponível no website Institucional:

http://www.bancopatagonia.com.ar/institucional/disciplina_mercado.shtml

NOTA EXPLICATIVA 19:

Política de Transparência em Matéria de Governança Corporativa

O Banco Patagonia, como Entidade Financeira que mantém uma porcentagem de ações sujeitas ao regime de oferta pública, é controlada pelo BCRA e pela CNV, e são aplicáveis à instituição as exigências e recomendações vinculadas ao governo societário de ambos os organismos.

A seguir são descritas as principais políticas de transparência em matéria de governança corporativa, adotadas pela Entidade, de acordo com as disposições da Comunicação "A" 5293 e complementares.

1) Estrutura do Conselho de Administração, da Gerência Sênior e dos membros dos comitês:

a) Conselho de Administração

Estrutura do Conselho de Administração

O órgão de direção e administração da Entidade é um Conselho de Administração, composto pelo número de membros efetivos que fixar a Assembleia de Acionistas, entre o mínimo de sete e o máximo de nove, sendo que os conselheiros terão mandato de três (3) exercícios, permitida a reeleição indefinida.

Segundo o disposto no Estatuto da Entidade, um Diretor Efetivo será eleito pelo titular das ações ordinárias classe "A", que são propriedade da província do Rio Negro, que poderá nomear um Diretor Substituto; os restantes diretores serão eleitos pelos titulares de ações ordinárias classe "B", que poderão eleger Diretores Substitutos.

O Conselho de Administração do Banco Patagonia é formado por 20% de Diretores Independentes.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

As condições nas que um membro do Conselho de Administração não cumpre com a qualidade de independente são expressamente estabelecidas para as Entidades Financeiras nas regras do BCRA, e para as sociedades sob o regime de oferta pública, na Resolução Geral n° 622/13 da CNV, emitida de conformidade com o disposto na Lei n° 26.831, de Mercado de Capitais.

Critério para a seleção dos Diretores

Não poderão integrar o Conselho de Administração os que estiveram compreendidos nas incapacidades e incompatibilidades previstas na Lei n° 19.550, de Sociedades Comerciais, na Lei n° 21.526, de Entidades Financeiras, nem as normativas do BCRA sobre Autoridades de Entidades Financeiras, nem as contempladas na normativa da CNV.

Por sua parte, o Estatuto Social da Entidade dispõe que não poderão ser diretores os que desempenhem qualquer cargo ou emprego, remunerado ou não, na Administração Pública Nacional, Provincial ou Municipal, nem os diretores ou administradores de pessoas jurídicas que sejam devedores morosos de Entidades Financeiras.

O BCRA avaliará as condições de capacidade legal, idoneidade, competência, probidade, experiência na atividade financeira e possibilidade de dedicação funcional dos membros propostos para o Conselho de Administração. Essas condições deverão ser mantidas durante todo o período de desempenho no cargo. Os antecedentes são apresentados junto a esse Organismo para sua respectiva aprovação.

Até que o BCRA não notifique à Entidade a aprovação do Diretor proposto, o mesmo não poderá assumir o cargo para o qual foi designado. Sem prejuízo disso, o Diretor designado pelas ações classe A Província de Río Negro, sempre que se contar com o correspondente Decreto provincial que o designe, poderá assumir o cargo enquanto seja tramitada sua autorização no BCRA, considerando-se sua designação em comissão "ad referendum" da resolução de autorização, e sem prejuízo da validade dos atos em que participa durante esse período, pela aplicação das normas do BCRA.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

Obrigações do Conselho de Administração conforme a normativa vigente

Nos termos do disposto na Lei Geral das Sociedades n° 19.550, do Conselho de Administração têm a obrigação de desempenhar suas funções com lealdade e com a diligencia de um homem de negócios probó.

O Conselho de Administração são responsáveis em forma conjunta e solidária perante a Sociedade na que desempenham seus cargos, seus acionistas e terceiros pelo desempenho inapropriado do cargo, bem como pela violação da Lei, do Estatuto e por quaisquer prejuízos decorrentes de dolo, abuso de faculdades ou culpa.

A Lei Geral das Sociedades n° 19.550 estabelece como critério de conduta dos Diretores que:

- Podem celebrar com a Sociedade os contratos que sejam próprios da atividade que a Sociedade realiza, sempre que sejam acordados em condições idênticas às que prevalecem no mercado;
- Estão obrigados a informar o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da Sociedade sobre todo interesse contrário ao da Sociedade que pudesse advir de numa transação proposta, e se abster de intervir na consideração e votação desse assunto;
- Não podem participar, por si ou por terceiros, em atividades em concorrência com a Sociedade, exceto com a autorização expressa da Assembleia.

Por sua parte, o BCRA exige que os conselheiros possuam os conhecimentos e as competências necessárias para compreender com clareza suas responsabilidades e funções no governo societário.

Além do mais, as normas sobre transparência na oferta pública também estabelecem para os Diretores os deveres de lealdade e diligência no exercício das suas funções, especialmente:

- Antepor, sem qualquer exceção, o interesse social da Emissora na que desempenham suas funções, e o interesse comum de todos os sócios, sobre qualquer outro interesse, inclusive o interesse do controlador ou controladores;
- Abster-se de procurar qualquer benefício pessoal à custa da Emissora, salvo a remuneração que recebem por suas funções;
- Organizar e implementar sistemas e mecanismos preventivos para a proteção do interesse social, visando reduzir o risco de conflito de interesses, permanente ou ocasional, na sua relação pessoal com a Emissora;

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

- Procurar os meios adequados para executar as atividades da emissora, estabelecendo os controles internos necessários para garantir uma gestão prudente, e prevenir o inadimplemento dos deveres impostos pelas regras da CNV e pelas entidades autorreguladas;
- Empregar a diligência de um homem de negócios probo na preparação e divulgação das informações prestadas ao mercado, e zelar pela independência dos auditores externos.

Honorários para o Conselho de Administração

Conforme o disposto pelo Estatuto Social, os honorários para o Conselho de Administração são fixos anualmente pela Assembleia de Acionistas, levando em conta os toques estabelecidos na Lei Geral de Sociedades Nº 19.550. Na determinação das mencionadas remunerações são levados em conta as responsabilidades, o tempo dedicado às funções, a experiência e reputação profissional.

Este critério baseia-se no nível de remuneração que deveria ser o que seja considerado necessário para atrair, reter e motivar a Diretores que reúnam as condições requeridas para exercer a mencionada função.

Não está contemplada a possibilidade de outorgar outro tipo de benefícios, tais como participações patrimoniais.

b) Gerencia Sênior

Os membros da Gerencia Sênior são responsáveis de implementar as estratégias e políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, desenvolver processos para identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar os riscos que assume a Entidade, e implementar os sistemas apropriados de controle interno, monitorando sua efetividade e informando periodicamente o Conselho de Administração sobre o cumprimento dos objetivos.

Seus membros deverão ter a idoneidade e experiência necessárias para gerir o negócio sob sua supervisão, bem como controlar apropriadamente o pessoal que trabalha na sua área.

Pela dimensão, magnitude e complexidade da Entidade, são considerados membros da "Gerencia Sênior" os seguintes cargos:

- Superintendentes e Gerentes que reportam diretamente ao Conselho de Administração

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

c) Comitês

Com o objeto de manter uma adequada organização, controle e acompanhamento das atividades inerentes a sua gestão, o Conselho de Administração da Entidade criou diversos Comitês, que trabalham sob sua supervisão, compostos no mínimo por um diretor com caráter de Vice-Presidente ou Presidente e máximo responsável da área correspondente.

Cada Comitê adotou um Regulamento que estabelece suas atribuições, composição e funcionamento:

A seguir, são detalhados os Comitês do Conselho de Administração do Banco:

Comitê de Auditoria BCRA

O Comitê de Auditoria BCRA, previsto na Comunicação "A" 5042 desse organismo, tem o objetivo principal de vigiar o adequado funcionamento dos sistemas de controle interno estabelecidos, por meio de sua avaliação periódica. Sua composição e atribuições são regidas por essa norma, contribuindo aliás para a melhoria da efetividade desses controles.

Comitê de Auditoria CNV

O Comitê de Auditoria – CNA, previsto no artigo 109 da Lei nº 26.831, de Mercado de Capitais, obedece às regras baixadas pela CNV, no tocante a sua composição e atribuições. Os membros do mencionado comitê são designados pelo Conselho de Administração, em conformidade com os requerimentos de independência estabelecidos pelo mencionado organismo.

Comitê de Tecnologia Informática

Compete a esse Comitê, principalmente, analisar e propor ao Conselho de Administração a política e o Plano de Tecnologia e Sistemas para suportar os objetivos estratégicos do Banco, e revisar periodicamente o grau de cumprimento do Plano. Além do mais, deverá garantir a existência de um Plano de Contingência, supervisionar o resultado das provas periódicas do Plano e verificar sua atualização permanente.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Comitê de Segurança Informática

É responsável de propor ao Conselho de Administração as políticas em matéria de segurança informática e proteção dos ativos de informação e monitorar seu cumprimento. Além do mais, esse comitê deve também encaminhar propostas ao Conselho de Administração a respeito de medidas preventivas que visem minimizar os riscos vinculados com a segurança informática e proteção dos ativos de informação ou, se necessário, de ações corretivas.

Comitê de Controle e Prevenção da Lavagem de Ativos e Financiamento do Terrorismo

É responsável de planejar, coordenar e zelar pelo cumprimento das políticas que na matéria estabeleça o Conselho de Administração. O Comitê também assiste à Entidade e ao Oficial de Cumprimento respeito da inexistência ou detecção tempestiva de operações susceptíveis de serem suspeitas como oriundas de lavagem de dinheiro proveniente de atividades ilícitas, nos termos das normas do BCRA e da Unidade de Informação Financeira (“UIF”) e da CNV.

Comitê de Ética

Tem por objetivo resolver as questões relativas à interpretação e o alcance do Código de Ética. Além disso, deve tomar conhecimento dos relatórios que surjam das denúncias provenientes do Canal de denúncias “Linha Ética”, ou das diferentes fontes de detecção de comportamentos que afetem aos princípios de integridade institucional.

Comitê de Qualidade

É responsável de propor ao Conselho de Administração as políticas e estratégias orientadas na gestão de Qualidade, avaliando a estrutura e os recursos alocados para desenvolver essa gestão, realizando as revisões correspondentes dos programas, ações e capacitações inerentes à gestão da Qualidade, com competência sobre os componentes atitudinais, de processo, de produto, de serviço e de imagem, relacionados com a qualidade do atendimento.

Comitê de Risco Operacional

Tem o objetivo principal de propor à Diretoria para sua aprovação, as políticas, procedimentos, manuais e estruturas necessárias para a gestão do risco operacional, e realizar o seguimento das atividades tendentes a assegurar uma adequada gestão do mencionado risco.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Comitê de Riesgo Global

Tem como objetivo principal propor à Diretoria a estratégia para a gestão de riscos, entre outros, de mercado, taxa de juros, liquidez, crédito e reputacional, assim como os limites globais de exposição aos mencionados riscos e seus planos de contingência. Por outro lado, é informada sobre as posições de cada risco e sobre a observância das políticas de limites relacionados e propõe à Diretoria as políticas e procedimentos que serão utilizados para a validação dos modelos.

Comitê de Direção

Analisa e aprova a concessão de créditos apresentados pelos diferentes comitês da Entidade e também faz o acompanhamento da gestão dos vários segmentos de negócio.

Comitê de Negócios

Tem por objetivo analisar diferentes propostas comerciais, definir as estratégias comerciais que serão adotadas pelos diferentes segmentos, e analisar as fortalezas e fraquezas de possíveis novos produtos.

Comitê de Finanças

Propõe as políticas e procedimentos relativos à gestão dos principais riscos financeiros, tais como taxa de juros, preços, moeda, liquidez, prazos, classe de instrumento, volume e mecanismos de cobertura.

Comitê de Remunerações e Incentivos para o Pessoal

Avalia todos os assuntos relativos aos esquemas de remunerações, gratificações, escalas e incrementos de salários.

Comitê de Arquitetura, Seguridade e Administração de Bens

Analisa os assuntos relacionados com a infraestrutura predial e mobiliária do Banco e trata sobre temas referentes a sua segurança física.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

2) Estrutura acionária básica

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social da Entidade é de 719.145.237 ações, das quais 22.768.818 são ações Classe "A", e 696.376.419 são ações Classe "B", ambas as classes escriturais, com V\$N 1 cada e um voto por ação.

Sua estrutura acionária é a seguinte: Banco do Brasil S.A., 58,97%; Jorge Guillermo Stuart Milne, 9,03%; Ricardo Alberto Stuart Milne, 9,03%; Emilio Carlos Gonzalez Moreno, 3,35%; Província de Rio Negro 3,17% e free float 16,45%.

Na data destas Demonstrações Financeiras, não há nenhum acionista que desempenhe o cargo de Diretor Efetivo nem membro da Gerencia Sênior.

3) Estrutura organizacional

A Entidade é dirigida e gerenciada pelo Conselho de Administração, composto de nove membros: um presidente, cinco vice-presidentes e três diretores efetivos, dois deles de natureza independente, nos termos das normas vigentes do BCRA e da CNV. Por sua volta, do Conselho de Administração dependem sete Superintendências Gerais e sete Gerências que compõem as áreas de staff.

A Entidade é titular das seguintes sociedades controladas:

GPAT Compañía Financiera S.A: desenvolve suas atividades de financiamento atacadista e varejista dentro do setor da indústria automobilística, através da outorga de empréstimos pignoratícios para a aquisição de veículos novos e usados, principalmente comercializados por General Motors de Argentina S.R.L. através de sua Rede de Concessionários oficiais. Ao mesmo tempo, é responsável pela prestação de serviços de administração da carteira de créditos outorgados por Banco Patagonia às concessionárias da General Motors da Argentina.

Patagonia Inversora S.A. Sociedade Gerente de Fondos Comunes de Inversión: tem como principal atividade a promoção, a administração e o gerenciamento de fundos comuns de investimento. A comercialização dos fundos é realizada exclusivamente através do Banco Patagonia S.A., que por sua vez opera como a Sociedade depositária dos mesmos.

Patagonia Valores S.A.: tem como objetivo exclusivo dedicar-se à colocação primária e à negociação secundária de valores por conta própria ou de terceiros, de acordo com o que foi inscrito perante a CNV sob a categoria de Agente de Liquidação e Compensação e Agente de Negociação Integral, pelo qual pode atuar através dos Sistemas Informáticos de Negociação dos Mercados autorizados. Do mesmo modo, desenvolve atividades relacionadas com operações que visem títulos valores públicos e/ou privados. Todas estas atividades de acordo com o estabelecido na Nova Lei de Mercado de Capitais N° 26.831.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E.: é uma Sociedade Anônima Uruguiaia que desenvolve a atividade de intermediação financeira nesse país exclusivamente, entre não residentes do Uruguai e em moeda diferente ao peso do Uruguai, realizando sua operatória comercial e administrativa com as referidas características particulares e sob a supervisão do Banco Central do Uruguai.

Rede de Agências

Em 31 de dezembro de 2017, a rede de agências da Entidade está composta de 205 pontos de atendimento em todo o país, divididos entre 182 agências e 20 centros de atendimento e 3 Dependências.

4) Política de conduta nos negócios e código de ética

Política de conduta nos negócios

Nos termos do disposto na Lei Nº 19.550, de Sociedades Comerciais, todos os diretores da Entidade têm o dever de cumprir suas funções com lealdade e a diligência de um bom homem de negócios.

Os Diretores são responsáveis, de maneira conjunta e solidária, perante a sociedade na que desempenham o cargo, seus acionistas e terceiros pelo desempenho incorreto do cargo, segundo o referido critério, bem como pela inobservância da lei, o estatuto ou o regulamento da sociedade, se houver, e por qualquer prejuízo oriundo de dolo, abuso de faculdades ou culpa. A referida lei também estabelece os critérios de conduta que devem observar os membros do Conselho de Administração da Sociedade.

Por sua parte, o BCRA exige que os conselheiros possuam os conhecimentos e as competências necessárias para compreender com clareza suas responsabilidades e funções no governo societário.

Além, as normas que dispõem sobre transparência na oferta pública também estabelecem para os Diretores, Administradores e membros do Conselho Fiscal deveres de lealdade e diligência no exercício de suas funções.

Código de Ética:

A Entidade conta com um Código de Ética que estabelece os princípios éticos e de conduta que todos os integrantes da Entidade devem cumprir em seu desempenho, os quais deverão respeitar as mais elevadas normas de conduta, trabalhando com eficiência, qualidade, transparência e confidencialidade, sendo responsabilidade de todos eles assegurar o fiel cumprimento destes princípios. Do mesmo modo, fixa as pautas com o objetivo de evitar todo conflito entre os juro pessoais e os juro de negócios da Entidade ou de seus clientes.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

(Valores expressos em milhares de pesos)

Adicionalmente, os atos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são limitados por disposições da Lei de Sociedades Comerciais, n° 19.550.

Código de conduta

Adicionalmente, a Entidade estabeleceu um Código de Conduta, aplicável a todos os funcionários nas suas atividades relativas ao papel de Agente de Liquidação e Compensação e Agente de Negociação Integral, que estabelece a política e os procedimentos correspondentes às normas legais e éticas.

Canal de denúncias (Linha ética)

Foi implementada uma Linha Ética, como o canal formal através do qual são atendidas as denúncias sobre atuações ou comportamentos que possam ser contrários aos estabelecidos no Código de Ética, aos valores organizacionais e/ou à normativa legal ou interna.

5) Papel de agente financeiro do setor público não financeiro.

A Entidade é agente financeiro da província de Rio Negro desde o ano de 1996 (Vide Nota 11), prestando serviços integrais no tocante a produtos financeiros para a tesouraria provincial, bem como gerenciando a folha de pagamento dos funcionários provinciais. Além do mais, a Entidade alargou sua condição de agente financeiro para diversas universidades nacionais.

6) Políticas relativas a conflitos de interesses e à natureza e extensão das operações com subsidiárias e coligadas.

A Entidade aplica a definição, os limites e demais disposições para os financiamentos a pessoas físicas e jurídicas coligadas que estabelecem no BCRA em suas normativas sobre fracionamento creditício.

Nos termos do disposto na Lei de Sociedades Comerciais N° 19.550, dentro dos limites estabelecidos pelas normas do BCRA, é permitido o financiamento a coligadas, quando essas operações forem realizadas segundo práticas de mercado.

Mensalmente, a Superintendencia de Finanzas, Administração e Setor Público apresenta um relatório ao Conselho de Administração, assinalando os valores dos financiamentos acordados no período em favor de cada pessoa física e jurídica vinculadas e as condições de contratação, informando se estão ajustadas com os restantes clientes em circunstâncias semelhantes. Esse relatório deve incluir a opinião escrita do Conselho Fiscal sobre a razoabilidade dos financiamentos elencados, bem como a declaração de que são todos os financiamentos acordados a pessoas físicas e jurídicas vinculadas com a Entidade.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Além do mais, trimestralmente, em função das normas emitidas pelo BCRA, a Entidade apresenta junto ao BCRA um relatório especial com o detalhe das empresas ou entidades vinculadas do país ou do exterior, de acionistas e dos que desempenham cargos de direção e controle. Essas pessoas, por sua vez, anualmente e em cada ocasião de produzir-se alguma mudança, apresentam declaração juramentada informando o detalhe de suas empresas coligadas e de seu parentesco.

Além disso, a Entidade cumpre com os requerimentos para a autorização de transações com partes relacionadas por montantes superiores a 1% do patrimônio da Entidade, de acordo com a normativa relacionada com a Lei N° 26.831 de Mercado de Capitais e a Resolução 622/13 da CNV. As mesmas deverão ser estabelecidas em condições normais e habituais de mercado.

7) Práticas de remunerações e incentivos econômicos para o pessoal

Princípios gerais

A política de remunerações e incentivos ao pessoal foi estabelecida de tal maneira como para:

- cumprir com a legislação vigente,
- preservar a equidade interna,
- adotar uma posição competitiva com relação ao mercado comparável,
- contar com pessoal capacitado e motivado.

A mesma incluiu uma remuneração fixa, estabelecida de acordo com o nível de responsabilidade e trajetória profissional de cada colaborador, ajustada por negociações paritárias convencionais e, além disso, pode incluir uma compensação variável, em conceito de incentivo comercial ou comissão para as Áreas comerciais, ou em conceito de gratificação.

Com o objetivo de monitorar e orientar as práticas de compensação, a Entidade realiza pesquisas e relatórios realizados por consultores externos especializados no tema.

Comitê de Remunerações e Incentivos ao Pessoal

A Diretoria aprovou a criação de um Comitê de Remunerações e Incentivos para o Pessoal, que funciona como órgão supervisor da política de compensações.

Está integrado pelo Presidente da Diretoria, três Vice-presidentes e o Superintendente de Desenvolvimento Humano e Clima Organizacional.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

A Superintendência de Desenvolvimento Humano e Clima Organizacional vai propor à Diretoria, pelo menos uma vez por ano, a informação requerida para estabelecer as faixas salariais e que, em função delas, sejam determinados os montantes das remunerações da Alta Gerência, Levando em consideração os valores correspondentes a companhias comparáveis e a situação perante o mercado que se propõe atingir.

A Entidade não conta com política de diferimento de compensações.

Esquema de gratificações econômicas

A Entidade contempla um esquema de gratificações econômicas, em dinheiro, com frequência de pagamento anual, com o objetivo de orientar às personas para obterem resultados alcançáveis que contribuam para o rendimento global da organização, levando em conta uma prudente quota de riscos, e considerando do mesmo modo a avaliação de desempenho.

Descrição da maneira em que os riscos atuais e futuros são levados em consideração nos processos de compensação

O Comitê de Remunerações e Incentivos para o Pessoal leva em conta a informação emanada do relatório anual do Comitê de Risco Global e do Comitê de Risco Operacional, com o objetivo de ponderar os resultados econômicos organizacionais em relação aa observância dos limites de risco definidos pela Diretoria.

Desta maneira, propicia uma estreita relação entre o desempenho dos colaboradores definidos como tomadores de risco e as gratificações econômicas às que seus integrantes possam ter acesso, considerando os riscos assumidos durante o exercício e sua administração.

Uma vez realizada, esta análise determinará o montante máximo a ser distribuído em termos de gratificações anuais.

Os principais riscos considerados na gestão vinculados com o pagamento de gratificações anuais são:

- risco de mercado
- risco de crédito
- risco de liquidez
- risco de taxa de juros
- risco operacional

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Visando mitigar potenciais riscos, o Banco não promove esquemas gerais de incentivos econômicos de natureza remuneratória de curto prazo vinculados a receitas futuras de efetivação incerta.

A compensação dos funcionários compreendidos nos processos de créditos, controle financeiro e de riscos, não guarda dependência com as áreas de negócios que supervisam. A totalidade das decisões nestas matérias são colegiadas, evitando deste modo que se desenvolvam esquemas de controle e aprovação cuja resolução seja de caráter individual.

Cabe esclarecer que não existe dependência entre a remuneração dos setores de Risco e Cumprimento, com o tipo de negócios que supervisam, nem há relação entre a remuneração e os eventuais riscos atuais ou futuros.

8) Informação Pública

Na sua página em www.bancopatagonia.com.ar, na Autopista de Informação Financeira (AIF) da Comissão Nacional de Valores (www.cnv.gob.ar), no Boletim da Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA/BYMA) e no B3 (www.bmfbovespa.com.br), a informação sobre informação contábil e/ou institucional é mantida atualizada.

Anualmente, como Anexo à Relatório da Diretoria, é apresentado o Relatório sobre o grau de cumprimento das recomendações da CNV em matéria de Governo Societário.

NOTA EXPLICATIVA 20:

Sanções aplicadas à entidade financeira e sumários iniciados pelo BCRA

Mediante a Comunicação "A" 5689 com data de 8 de janeiro de 2015, o BCRA estabeleceu que as entidades financeiras deverão registrar contabilmente e informar as sanções administrativas e/ou disciplinares, bem como as penais com sentença judicial de primeira instância, que foram aplicadas ou iniciadas pelo BCRA, a Unidade de Informações Financeiras (UIF), a CNV e a Superintendência de Seguros da Nação (SSN).

A totalidade das sanções deve ser contemplada, constituindo-se uma provisão de 100% por cada uma delas, que deve ser mantida até a realização de seu pagamento ou até a obtenção de uma sentença judicial tramitada em julgado. Em 31 de dezembro de 2017, a Entidade fez a provisão para os seguintes sumários:

- Sumário Cambial N° 4969, notificado a 17 de abril de 2012 e com sentença prolatada com data de 4 de julho de 2015 pelo 6° Juizado da Vara Penal-Econômica, Cartório N° 12: a imputação consiste na falta de autorização do BCRA para a venda de divisas a um cliente em excesso do limite mensal permitido de US\$ 2.000.000. As pessoas imputadas no sumário são o Banco Patagonia S.A., Ariel Aranda, David Rodríguez e Santiago Miñana. A sanção foi apelada com efeito suspensivo.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Além disso, durante o exercício findo no dia 31 de dezembro de 2016 foi desafetada 1 correspondente à previsão constituída pelo seguinte sumário:

- Sumário Cambial Nº 4974, notificado a 25 de abril de 2012 e com sentença prolatada com data de 4 de julho de 2015 pelo 6º Juizado da Vara Penal-Econômica, Cartório Nº 12: a imputação consiste na falta de constituição do depósito indisponível que estabelece a Comunicação "A" 4359 do BCRA para a compra de dinheiro vivo em poder de uma pessoa residente no país em excesso do limite mensal permitido de US\$ 2.000.000. As pessoas imputadas no sumário são o Banco Patagonia S.A., David Rodríguez e Ariel Aranda. A sanção foi apelada com efeito suspensivo. Finalmente, com data no dia 29 de agosto de 2016, a Vara Criminal de Crimes contra a Ordem Econômica Nº 8 dispôs a absolvição do Banco Patagonia S.A. e das pessoas indiciadas.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Entidade constituiu uma provisão por 33 respectivamente para fazer face a ambas as sanções.

Os autos iniciados pelo BCRA e que atualmente se encontram em andamento são as seguintes:

- Sumário Cambial Nº 4783, notificado a 28 de outubro de 2011: a imputação consiste na falta de constituição do depósito indisponível que estabelece a Comunicação "A" 4359 por 30% de uma operação de entrada de divisas por parte de uma pessoa não residente sob o conceito Investimentos de Não Residentes aplicados à compra de imóveis. As pessoas imputadas no sumário são o Banco Patagonia S.A., Juan Jorge Laguzzi e Osvaldo Coloccini.
- Sumário Financeiro Nº 1438, notificado a 14 de abril de 2015: a imputação consiste na apresentação extemporânea de uma denúncia vinculada com uma operação de câmbio e seu registro incorreto no Regime Informativo de Operações Cambiais. As pessoas imputadas no sumário são o Banco Patagonia S.A., Adrián Pablo Gómez, Rubén Miguel Iparraguirre e Jorge Rubio.
- Sumário Financeiro Nº 1447, notificado a 14 de julho de 2015: as imputações consistem no desempenho do cargo de Diretor sem a autorização do BCRA, no descumprimento da obrigação de informar a indicação de um novo Diretor e na apresentação extemporânea da documentação relacionada com as novas autoridades. As pessoas imputadas no sumário são o Banco Patagonia S.A., Jorge Guillermo Stuart Milne, Renato Luiz Belineti Naegele, Héctor Osvaldo Rossi Camillon, Alberto Mario Tenailon e María Lucía Denevi Artola.

Sem prejuízo do exposto acima, a Gerência da Entidade estima que não se esperam efeitos patrimoniais significativos nos casos descritos.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 2 Fº 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 147 Fº 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº CLXIX Fº 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

O BCRA, mediante a Comunicação "A" 5940, com data de 1 de abril de 2016, dispôs que as entidades financeiras que até essa data houverem registrado contabilmente provisões pelas sanções referidas deverão analisar, de acordo com os relatórios legais em vigor, se as condições para seu registro contábil total ou parcial são cumpridas. Na hipótese das sanções que não reunirem as condições para efetuar a provisão contábil, a Entidade deverá retirar estes saldos com contrapartida em "Ajustamento de Resultado de Exercícios Anteriores" ou na conta de perdas diversas "Encargos por Sanções Administrativas, Disciplinares e Penais", conforme corresponder.

Para as sanções pendentes de pagamento que não reunirem as condições para efetuar a provisão contábil, a seguinte Assembleia de Acionistas deverá prever a constituição de uma reserva normativa especial pelo montante sem provisão, correspondente às sanções aplicadas na medida em que se conte com resultados não atribuídos. Se esse saldo não for suficiente, deverá ser constituída a Reserva Normativa Especial à medida que se conte com resultados não atribuídos positivos

NOTA EXPLICATIVA 21:

Linha de crédito de financiamento para a produção e a inclusão financeira

Mediante a Comunicação "A" 5319, com data de 5 de julho de 2012, o BCRA estabeleceu as condições de uma linha de financiamento chamada de "Linha de créditos para o investimento produtivo" destinada ao financiamento de projetos de investimento com fins específicos, em vigor até 31 de dezembro de 2012 e renovada posteriormente em forma sucessiva até 31 de dezembro de 2015. O montante a destinar por cada entidade e a taxa de juros a ser aplicada foram estabelecidos pelo organismo referido.

Com data de 31 de dezembro de 2015, mediante a Comunicação "A" 5874, o BCRA resolveu aprovar as normas sobre a "Linha de financiamento para a produção e a inclusão financeira", continuadora da linha mencionada anteriormente, a qual foi também renovada de forma sucessiva e continua vigente atualmente.

Do mesmo modo, a mencionada Com. "A" 6084, com data 21 de outubro de 2016 e modificadoras, estabeleceu para o limite do primeiro semestre de 2017 que as entidades financeiras incluídas deverão manter um saldo de financiamentos compreendidos que seja, como mínimo, equivalente a 18% dos depósitos do setor privado no financeiro em pesos, calculado em função da média mensal de saldos diários de novembro de 2016.

Posteriormente com data 23 de junho de 2017, o BCRA resolveu que as entidades financeiras atingidas deverão manter um saldo de financiamentos compreendidos que seja, como mínimo, equivalente ao 18% dos depósitos do setor privado não financeiro em pesos, calculado em função da média mensal de saldos diários de maio de 2017.

A Entidade cumpriu os objetivos estabelecidos para cada limite, desde a criação dessas linhas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os montantes registrados nestas linhas de crédito chegaram a 3.709.734 e 4.703.340, respectivamente.

Com relação ao contingente 2018, o BCRA resolveu mediante a Comunicação "A" 6352 do dia 3 de novembro de 2017, que a mencionada linha terá vigência até dezembro de 2018. As entidades financeiras abarcadas deverão manter, em cada um dos meses de 2018, um saldo médio de financiamentos abrangidos que seja, como mínimo, equivalente ao montante que surja de aplicar as porcentagens previstas aos depósitos do setor privado não financeiro em pesos, calculado em função da média mensal de saldos diários de novembro de 2017. As mencionadas porcentagens começam em 16,5% em janeiro de 2018 e diminuem 1,5% cada mês até atingir 0% no mês de dezembro de 2018.

NOTA EXPLICATIVA 22:

Lei de Mercado de Capitais

Com data de 27 de dezembro de 2012, foi promulgada a Lei de Mercado de Capitais Nº 26.831, regulamentada pelo Decreto Nº 1.023/13 do Poder Executivo Nacional, com data de 29 de julho de 2013, que contempla a reforma integral do regime de oferta pública.

A Entidade obteve a inscrição junto à CNV para desempenhar as seguintes funções:

- Fiduciário Financeiro e não Financeiro: autorizado mediante Resolução Nº 17418 da CNV, com data de 8 de agosto de 2014.
- Agente de Custódia de Produtos de Investimento Coletivo de Fundos Comuns de Investimento: autorizado mediante Disposição Nº 2081 da CNV, com data de 18 de setembro de 2014.
- Agente de Liquidação e Compensação e Agente de Negociação Integral: autorizado mediante Disposição Nº 2095 da CNV, com data de 19 de setembro de 2014.

NOTA EXPLICATIVA 23:

Operações com diretores

Não foram verificadas operações nos termos do artigo 271 da Lei Geral de Sociedades (Lei Nº 19.550).

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 147 Fº 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 2 Fº 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº CLXIX Fº 52

BANCO PATAGONIA S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)**NOTA EXPLICATIVA 24:****Guarda da Documentação da Entidade**

Em cumprimento da Resolução Geral N° 629, emitida pela CNV a 14 de agosto de 2014, informa-se que a Entidade delega a custódia da documentação de respaldo das operações contábeis e outros documentos de gestão, não compreendidos no artigo 5° parágrafo a.3), Seção I do Capítulo V do Título II das Normas da CNV (NT2013 e modificadoras) nos terceiros que são detalhados a seguir:

Sujeito Encarregado do depósito	Domicílio de localização
AdeA Administradora de Archivos S.A.	Rodovia 36 - Km. 31,5 - Florencio Varela - Província de Buenos Aires
Iron Mountain Argentina S.A.	Amancio Alcorta 2482 - Cidade Autônoma de Buenos Aires Saraza 6135 - Cidade Autônoma de Buenos Aires Azara 1245 - Cidade Autônoma de Buenos Aires San Miguel de Tucumán 601 - Carlos Spegazzini - Província de Buenos Aires

Além do mais, a Entidade mantém, em sua sede social inscrita, o detalhe da documentação dada em guarda à disposição dos organismos de controle.

NOTA EXPLICATIVA 25:**Cumprimento das disposições estabelecidas pela Lei N° 25.738**

O Banco Patagonia S.A. é uma sociedade anônima constituída sob as leis da República Argentina, cujos acionistas limitam sua responsabilidade à integralização das ações subscritas de acordo com a Lei N° 19.550. Por conseguinte, e em cumprimento da Lei N° 25.738, informa-se que nem os acionistas majoritários de capital estrangeiro, nem os acionistas locais ou estrangeiros respondem em excesso da referida integralização acionária pelas obrigações emergentes das operações concertadas pela Entidade.

NOTA EXPLICATIVA 26:**Publicação das Demonstrações Financeiras**

De acordo com o previsto na Comunicação "A" 2813 e complementares do BCRA, a prévia intervenção do BCRA não é requerida para efeitos da publicação destas demonstrações financeiras.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CORRESPONDENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**
(Valores expressos em milhares de pesos)

NOTA EXPLICATIVA 27:

Fatos posteriores

Não existem acontecimentos ou operações ocorridas entre a data de encerramento do exercício e a data de emissão destas demonstrações financeiras não revelados nos mesmos que possam afetar significativamente a situação patrimonial e financeira da Entidade até 31 de dezembro de 2017, nem os resultados do exercício.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "A"
DETALHE DE TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS
EM 31/12/17 E 31/12/16

(Valores expressos em milhares de pesos)

Denominação	Identificação	Detenção			Posição sem Opções (1)	Posição Final
		Valor de mercado ou Valor Presente	Saldos de Livros em 31/12/17	Saldos de Livros em 31/12/16		
Títulos Públicos a Valor Razoável de Mercado						
- Letra do Tesouro u\$s – Vto 13/04/2018	5.230	-	464.031	-	464.031	464.031
- Letra do Tesouro u\$s – Vto 09/02/2018	5.227	-	254.234	-	254.234	254.234
- Títulos Discount em Pesos Regidos pela Lei Argentina con Vto - 12/2033	45.696	-	170.151	-	170.151	170.151
- Letra do Tesouro u\$s – Vto 16/03/2018	5.235	-	142.312	-	142.312	142.312
- Letra do Tesouro u\$s – Vto 15/06/2018	5.225	-	141.346	-	141.346	141.346
- Bônus da Nação Argentina em pesos Badlar Privada + 250 pbs Vto 2019	5.454	-	85.596	-	85.596	85.596
- Bono do Tesouro em pesos a Taxa Política Monetaria Vto. 2020	5.327	-	49.465	-	27.900	27.900
- Letra do Tesouro u\$s – Vto. 13/07/2018	5.233	-	40.079	-	40.079	40.079
- Bônus Garantizado com desconto em \$	2.405	-	19.799	2.814	19.799	19.799
- Letra do Tesouro u\$s – Vto. 11/05/2018	5.239	-	8.593	-	8.593	8.593
- Outros			12.662	1.327.382	(12.434)	(12.434)
Total de Títulos Públicos a Valor Razoável de Mercado			1.388.268	1.330.196	1.341.607	1.341.607
Títulos Públicos a Custo mais Rendimento						
- Letras do Tesouro u\$s – Vto 26/01/2018	5.224	457.352	457.435	-	457.435	457.435
- Letras do Tesouro u\$s – Vto 29/06/2018	5.228	212.557	212.594	-	212.594	212.594
- Título de Dívida a Pcia Río Negro Clase 1	32.922	58.449	58.417	-	58.417	58.417
- Título de Dívida Pcia. Río Negro Clase 1 Serie 6	32.970	58.283	58.354	-	58.354	58.354
- Letras do Tesouro Clase 1 Serie 1	32.777	50.450	49.237	49.734	49.237	49.237
- Letras do Municipio de Córdoba Serie 28 – Vto. 27/08.2018	32.981	10.965	10.939	-	10.939	10.939
- Bônus em u\$s para o desenvolvimento de infraestrutura Cbubut Classe 2	32.487	3.812	3.743	3.866	3.743	3.743
- Letras do Tesouro de Río Negro Garant. C3 SI en \$ - Vto. 02/03/2018	32.869	817	826	-	826	826
- Bônus Garantios de Dívida Pública de Río Negro - CII SIII	32.263	215	231	226	231	231
- Outros		5	5	1.599.335	5	5
Total de Títulos Públicos a Custo Mais Rendimento			851.781	1.653.161	851.781	851.781

(1). Inclui "Detenção" mais "Depósitos afetados em garantia", "Empréstimos" e "Compras à vista a liquidar e a prazo" menos "Depósitos" e "Vendas à vista a liquidar e a prazo".

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "A"
DETALHE DE TÍTULOS PÚBLICOS E PRIVADOS
EM 31/12/17 E 31/12/16

(Valores expressos em milhares de pesos)

Denominação	Identificação	Detenção			Posição sem Opções (1)	Posição Final
		Valor de mercado ou Valor Presente	Saldos de Livros em 31/12/17	Saldos de Livros em 31/12/16		
Instrumentos Emitidos pelo BCRA						
- Letras do BCRA - A Valor Razoável de Mercado		-	8.646.009	373.501	11.355.177	11.355.177
- Letras do BCRA - Vto. 21/06/2018	46.827	-	5.869.418	-	6.257.307	6.257.307
- Letras do BCRA - Vto. 17/01/2018	46.821	-	2.496.433	-	4.228.057	4.228.057
- Letras do BCRA - Vto. 16/05/2018	46.825	-	146.937	-	638.480	638.480
- Letras do BCRA - Vto. 21/02/2018	46.822	-	129.817	-	161.363	161.363
- Letras do BCRA - Vto. 21/03/2018	46.823	-	2.577	-	69.143	69.143
- Letras do BCRA - Vto. 18/07/2018	46.828	-	471	-	471	471
- Letras do BCRA - Vto. 18/04/2018	46.824	-	263	-	263	263
- Letras do BCRA - Vto. 15/08/2018	46.829	-	93	-	93	93
- Outros		-	-	373.501	-	-
- Letras do BCRA - Por Operações de repasse		-	963.292	201.526	20.182	20.182
- Letras do BCRA - Vto. 15/08/2018	46.829	-	943.110	-	-	-
- Letras do BCRA - Vto. 19/09/2018	46.830	-	20.182	-	20.182	20.182
- Outros		-	-	201.526	-	-
- Letras do BCRA - A Custo Mais Rendimento		-	-	8.832.390	-	-
- Letras do BCRA - Vto. 21/06/2018	46.827	-	-	-	-	-
- Outros		-	-	8.832.390	-	-
Total Instrumentos Emitidos pelo BCRA			9.609.301	9.407.417	11.375.359	11.375.359
Investimentos em títulos privados com cotação						
- Representativo de Capital - Do País		-	143	147	143	143
- Carboclor S.A.	927	-	134	138	134	134
- Outros		-	9	9	9	9
Total Investimentos em Títulos Privados com Cotação			143	147	143	143
Total Títulos Públicos e Privados			11.849.493	12.390.921	13.568.890	13.568.890

(1) Inclui "Detenção" mais "Depósitos afetados em garantia", "Empréstimos" e "Compras à vista a liquidar e a prazo" menos "Depósitos" e "Vendas à vista a liquidar e a prazo".

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

ANEXO "B"
CLASSIFICAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS POR SITUAÇÃO E GARANTIAS RECEBIDAS
EM 31/12/17 E 31/12/16

(Valores expressos em milhares de pesos)

Carteira Comercial	31/12/17	31/12/16
Em situação normal	36.793.250	29.981.805
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	1.707.995	1.171.828
Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	3.160.134	2.823.160
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	31.925.121	25.986.817
Com acompanhamento especial	153.482	266.340
Em observação	848	13.060
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	1	3.374
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	847	9.686
Em negociação ou com acordos de refinanciamento	152.634	253.280
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	146.460	234.376
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	6.174	18.904
Com problemas	8.778	44.004
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	5.806	23.468
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	2.972	20.536
Com alto risco de insolvência	7.215	19.458
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	111	7.538
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	7.104	11.920
Irrecuperável	131.088	55.466
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	-	208
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	83.268	9.128
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	47.820	46.130
Total Carteira Comercial	37.093.813	30.367.073

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "B"
CLASSIFICAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS POR SITUAÇÃO E GARANTIAS RECEBIDAS
EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Carteira de Consumo e/ou Moradia	31/12/17	31/12/16
Cumprimento normal	22.106.589	15.023.005
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	285.250	100.841
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	683.243	291.782
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	21.138.096	14.630.382
Risco Baixo	435.415	230.796
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	800	128
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	1.983	1.433
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	432.632	229.235
Risco Médio	218.108	46.065
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	1.449	169
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	2.957	238
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	213.702	45.658
Risco Alto	258.819	237.805
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	135	397
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	1.365	1.891
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	257.319	235.517
Irrecuperável	134.093	41.869
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	125	-
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	2.291	1.932
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	131.677	39.937
Irrecuperável por disposição técnica	66	75
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	66	75
Total Carteira de Consumo e/ou Moradia	23.153.090	15.579.615
Total Geral	60.246.903	45.946.688

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**ANEXO "C"**
CONCENTRAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS EM 31/12/17 E 31/12/16
(Valores expressos em milhares de pesos)

Número de clientes	Financiamentos			
	31/12/17		31/12/16	
	Saldo de dívida	% sobre carteira total	Saldo de dívida	% sobre carteira total
10 maiores clientes	6.261.237	10,39%	5.195.157	11,31%
50 seguintes maiores clientes	10.019.759	16,63%	8.162.865	17,77%
100 seguintes maiores clientes	7.284.300	12,09%	6.065.318	13,20%
Resto dos clientes	36.681.607	60,89%	26.523.348	57,72%
Total	60.246.903	100,00%	45.946.688	100,00%

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**ANEXO "D"**
DESDOBRAMENTO POR PRAZOS DOS FINANCIAMENTOS EM 31/12/17
(Valores expressos em milhares de pesos)

Conceito	Carteira vencida	Prazos que restam para seu vencimento						
		1 mês	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Mais que 24 meses	Total
Setor Público não financeiro	-	5.331	93.736	29	386	354.860	493	454.835
Setor financeiro	-	1.476.498	347.853	266.657	780.773	69.259	433.782	3.374.822
Setor privado não financeiro e residentes no exterior	1.062.655	21.832.190	5.100.124	9.593.781	4.456.294	4.634.834	9.737.368	56.417.246
Total	1.062.655	23.314.019	5.541.713	9.860.467	5.237.453	5.058.953	10.171.643	60.246.903

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "E"
DETALHE DE PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES
EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Identificação	Denominação	Ações e/ou Quota-partes				Montante	
		Classe	Valor Nominal Unitário	Votos por ação	Quantidade	31/12/17	31/12/16
<u>Em Entidades Financeiras, ativ. comp. e autorizadas Controladas – do país</u>							
30678564822	GPAT Compañía Financiera S.A. (*)	Ordinarias	\$ 1	1	86.837.083	1.055.364	1.058.678
30654325126	Patagonia Valores S.A.	Ordinarias	\$ 1	1	13.862.507	69.395	30.956
30608298815	Patagonia Inversora S.A. Sociedad Gerente de F.C.I.	Ordinarias	\$ 1	1	13.317.233	179.635	132.852
<u>Controladas – Do exterior</u>							
00034UY0117	Banco Patagonia (Uruguay) S.A.I.F.E.	Ordinarias	U\$S 100	1	50.000	230.452	189.853
<u>Não Controladas – Do país</u>							
30598910045	Prisma Medios de Pago S.A.	Ordinarias	\$ 0,0001	1	847.503	99.470	1.323
33663293309	Provincanje S.A.	Ordinarias	\$ 1	1	600.000	72	484
30682415513	Seguro de Depósitos S.A.	Ordinarias	\$ 1	1	47.680	493	493
30690783521	Interbanking S.A.	Ordinarias	\$ 1	1	149.556	79.949	779
30525698412	Mercado a Término de Buenos Aires S.A.	Ordinarias	\$ 66.712	1	1	73	73
33628189159	Mercado Abierto Electrónico S.A.	Ordinarias	\$ 1.200	1	4	9.220	65
30542421289	Bolsa de Comercio de Mar del Plata S.A.	Ordinarias	\$ 1	5	106	56	56
30688964306	Argencontrol S.A.	Ordinarias	\$ 1	1	48.906	53	53
30692264785	Compensadora Electrónica S.A.	Ordinarias	\$ 1	1	42.478	89	89
30710903812	Banelsip S.A.	Ordinarias	\$ 1	1	375	1	1
	Otras	Ordinarias				12	13
<u>Não Controladas – Do exterior</u>							
00034US0001	Banco Latinoamericano de Exportaciones S.A.	Clase B	s/VN	1	5.033	321	271
00034US0001	Banco Latinoamericano de Exportaciones S.A.	Preferidas	s/VN	1	125	23	20
30590221275	S.W.I.F.T.	Ordinarias	€ 1	1	1	66	49
<u>Em Outras Sociedades – Não Controladas – Do País</u>							
30605114969	Sanatorio Las Lomas S.A.	Ordinarias	\$ 1	1	52.979	47	47
30577350813	Miralejos S.A.C.F. y Agropecuaria	Preferidas	\$ 1	-	105.738	76	76
Total de Participações em Outras Sociedades						1.724.867	1.416.231

(*) No dia 15 de fevereiro de 2017 a Entidade adquiriu V\$N 836.700 ações ordinárias escriturais da GPAT Compañía Financiera S.A. representativo de 1% capital social da sociedade, obtendo 100% do capital e dos votos possíveis da mesma.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "E"
DETALHE DE PARTICIPAÇÕES EM OUTRAS SOCIEDADES
EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Denominação	Informações sobre o emissor – Dados da última demonstração financeira				
	Atividade principal	Data de encerramento do exercício	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado do exercício
Em Entidades Financeiras, ativ.comp. e autorizadas Controladas – do país					
GPAT Compañía Financiera S.A.	Companhia Financeira	31-12-17	86.837	1.055.364	285.992
Patagonia Valores S.A.	Agente de Liquidação e Compensação e Agente de Negociação Integral	31-12-17	13.863	69.395	50.439
Patagonia Inversora S.A. Soc. Gte. FCI	Gerente de fundos comuns de investimento	31-12-17	13.317	179.635	86.783
Controladas – Do exterior					
Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E.	Entidade bancária do exterior	31-12-17	93.871	230.452	(995)
Não Controladas – Do país					
Prisma Medios de Pago S.A.	Entidade emissora de cartões de crédito	31-12-16	15.000	860.439	664.691
Provincanaje S.A.	Câmara compensadora bancos provinciais	31-12-16	7.200	3.257	(2.789)
Seguros de Depósitos S.A.	Administ.recursos Fundo Garantia Depósitos	31-12-16	1.000	46.845	5.098
Interbanking S.A.	Serviço de transferências interbancárias	31-12-16	1.346	610.529	317.632
Mercado a Término de Buenos Aires S.A.	Gtia.Cump. e liq. Contratos/diversos ativos	31-12-16	26.864	185.161	85.817
Mercado Abierto Electrónico S.A.	Coordenação de operações com valores Mobiliários	31-12-16	242	230.432	144.723
Bolsa de Comercio de Mar del Plata S.A.	Coordenação de operações com valores Mobiliários	31-12-16	13	48.936	24.899
Argencontrol S.A.	Mandatária de liq. Oper. de mercado de capitais	31-12-16	700	4.379	1.111
Compensadora Electrónica S.A.	Adm. Red de comp. eletrônica de contas	31-12-16	1.000	35.341	19.615
Banelsip S.A.	Serviço eletrônico de pagamentos e/ou cobranças	31-12-16	30	3.958	3.922
Não Controladas – Do exterior					
Banco Latinoamericano de Exportaciones S.A. S.W.I.F.T.	Entidade bancária do exterior	31-12-16	4.437.739	16.029.529	1.379.681
	Serviço de telecomunicação interbancária	31-12-16	1.844.669	6.956.338	439.138
Em Outras Sociedades – Não Controladas – Do País					
Sanatorio Las Lomas S.A.	Hospital	30-06-16	8.889	67.734	17.825
Miralejos S.A.C.F y Agropecuaria	Exploração avícola	30-06-16	57.082	40.865	(16.699)

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "F"
MOVIMENTAÇÃO DE ATIVO IMOBILIZADO E BENS DIVERSOS
EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Conceito	Valores residuais no início do exercício re-expressados	Incorporações	Transferências	Baixas	Movimentação de Provisões	Depreciações do exercício		Valor residual em 31/12/17
						Anos vida útil	Montante	
Ativo Imobilizado (1)								
Imóveis	283.131	13.393	-	-	-	50	8.263	288.261
Móveis e instalações	69.239	16.635	-	4	-	10	11.219	74.651
Máquinas e equipamentos	243.511	42.665	-	51	-	5	67.800	218.325
Veículos	8.568	11.049	-	802	-	5	2.504	16.311
Diversos	124	-	-	-	-	5	47	77
Total	604.573	83.742	-	857	-	-	89.833	597.625
Bens Diversos (1)								
Obras em andamento	35.054	49.458	-	-	-	-	-	84.512
Adiantamento por compra de bens	20.869	3.971	-	19.126	-	-	-	5.714
Obras de arte	3.649	42	-	-	-	-	-	3.691
Bens dados em aluguel	1.885	-	-	-	-	50	62	1.823
Papelaria e utensílios	8.673	7.281	-	15.954	-	-	-	-
Outros bens diversos	137.393	690.451	-	720.894	3.562	50	384	110.128
Total	207.523	751.203	-	755.974	3.562	-	446	205.868

(1) Ver notas explicativas 1.6.k) e 1.6.l)

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "G"
DETALHE DE BENS INTANGÍVEIS
EM 31/12/17 E 31/12/16
(Valores expressos em milhares de pesos)

Conceito (1)	Valor residual no início do exercício	Incorporações	Baixas	Amortização do exercício		Valor residual em 31/12/17
				Anos de vida útil atribuídos	Montante	
Despesas de organização e desenvolvimento	69.909	60.624	778	Máximo 5 anos	36.137	93.618
Total	69.909	60.624	778	-	36.137	93.618

(1) Ver nota explicativa 1.6.m

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "H"
CONCENTRAÇÃO DOS DEPÓSITOS
EM 31/12/17 E 31/12/16
(Valores expressos em milhares de pesos)

Número de clientes	31/12/17		31/12/16	
	Saldo de dívida	% sobre carteira total	Saldo de dívida	% sobre carteira total
10 maiores clientes	7.807.427	11,37%	5.258.463	10,15%
50 seguintes maiores clientes	7.806.441	11,36%	5.489.787	10,60%
100 seguintes maiores clientes	3.780.103	5,50%	3.243.751	6,26%
Resto dos clientes	49.291.441	71,77%	37.796.412	72,99%
Total	68.685.412	100,00%	51.788.413	100,00%

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

ANEXO "1"
DESDOBRAMENTO POR PRAZOS DOS DEPÓSITOS
E OUTRAS OBRIGAÇÕES POR INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA
EM 31/12/17

(Valores expressos em milhares de pesos)

Conceito	Prazos que restam para seu vencimento						
	1 mês	3 meses	6 meses	12 meses	24 meses	Mais que 24 meses	Total
Depósitos	60.255.699	6.073.216	1.957.889	394.127	4.481	-	68.685.412
Outras Obrigações por Intermediação Financeira							
- Banco Central da República Argentina	8.453	-	-	-	-	-	8.453
- Bancos e Organismos Internacionais	141.878	189.185	219.553	59.128	-	554.934	1.164.678
- Financiamentos recebidos de entidades financeiras locais	473.418	-	-	-	-	348.405	821.823
- Outras	4.877.745	258	337	605	356	-	4.879.301
Total de Outras Obrigações por Intermediação Financeira	5.501.494	189.443	219.890	59.733	356	903.339	6.874.255
TOTAL	65.757.193	6.262.659	2.177.779	453.860	4.837	903.339	75.559.667

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

ANEXO "J"
MOVIMENTAÇÃO DE PROVISÕES
EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Detalhe	Saldo no início do exercício ré-expressados	Aumentos em moeda homogênea	Diminuições em moeda homogênea		Saldo em 31/12/17
			Desafetações	Aplicações	
Regularizadoras do ativo					
Empréstimos – Por risco de liquidação duvidosa e desvalorização	1.280.729	679.556	-	193.287	1.766.998
Outros Créditos por Intermediação Financeira - Por risco de liquidação duvidosa e desvalorização	4.888	6.206	-	2.279	8.815
Créditos por arrendamentos financeiros - Por risco de liquidação duvidosa e desvalorização	22.248	10.513	-	6.740	26.021
Créditos Diversos - Por risco de liquidação duvidosa	23.332	5.542	11.187	2.431	15.256
Total	1.331.197	701.817	11.187	204.737	1.817.090
Do passivo					
Outras Contingências	134.813	103.939	8.992	21.313	208.447
Para sanções administrativas, disciplinares e penais (1)	33	-	-	-	33
Total	134.846	103.939	8.992	21.313	208.480

(1) Ver nota explicativa 20

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**ANEXO "K"**
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL
EM 31/12/17
(Valores expressos em milhares de pesos)

Ações (1)			Capital Social	
Classe	Quantidade	Votos por ação	Emitido	Integralizado (1)
			Em circulação	
Ordinárias Classe "A"	22.768.818	1	22.769	22.769
Ordinárias Classe "B"	696.376.419	1	696.376	696.376
Total	719.145.237		719.145	719.145

(1) Ver nota explicativa 8

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Auditora Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

ANEXO "L"
SALDOS EM MOEDA ESTRANGEIRA
EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

INTENS	Casa Matriz e agências no país	Total em 31/12/17	Euro	Dólar	Libra	Franco Suíço	Iene	Outras	Total em 31/12/16
ATIVO									
Disponibilidades	5.984.007	5.984.007	293.318	5.669.472	1.778	2.756	4.982	11.701	4.498.677
Títulos Públicos e Privados	1.729.426	1.729.426	-	1.729.426	-	-	-	-	2.369.234
Empréstimos	10.590.393	10.590.393	14.680	10.575.713	-	-	-	-	8.333.815
Outros Créditos por Intermediação Financeira	186.981	186.981	-	186.981	-	-	-	-	8.772
Participações em Outras Sociedades	230.862	230.862	66	230.796	-	-	-	-	190.193
Créditos Diversos	15.422	15.422	11	15.411	-	-	-	-	5.279
Totais	18.737.091	18.737.091	308.075	18.407.799	1.778	2.756	4.982	11.701	15.405.970
PASSIVO									
Depósitos	15.381.748	15.381.748	199.025	15.182.723	-	-	-	-	10.954.349
Outras Obrigações por Intermediação Financeira	2.790.202	2.790.202	28.467	2.717.366	29	36	44.304	-	2.653.854
Obrigações Diversas	66.402	66.402	-	66.402	-	-	-	-	1.259
Totais	18.238.352	18.238.352	227.492	17.966.491	29	36	44.304	-	13.609.462
CONTAS DE ORDEM									
Devedoras									
Contingentes	5.273.090	5.273.090	139.685	5.133.405	-	-	-	-	4.391.470
De controle	18.214.833	18.214.833	26.014	18.188.475	-	-	-	344	7.880.438
Totais	23.487.923	23.487.923	165.699	23.321.880	-	-	-	344	12.271.908
Credoras									
Contingentes	578.586	578.586	49.525	529.061	-	-	-	-	617.059
De Controle	8.863	8.863	-	3.785	5.078	-	-	-	9.538
Totais	587.449	587.449	49.525	532.846	5.078	-	-	-	626.597

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

ANEXO "N"
ASSISTÊNCIA A COLIGADAS
EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Conceito	Situação Normal	Total	
		31/12/17	31/12/16
1. Empréstimos	1.239.941	1.239.941	908.483
Adiantamentos	4.940	4.940	7.001
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	4.940	4.940	7.001
Documentos	430.236	430.236	122.889
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	430.236	430.236	122.889
Pessoais	1.683	1.683	1.473
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	1.683	1.683	1.473
Cartões de crédito	7.533	7.533	6.030
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	7.533	7.533	6.030
Outros	795.549	795.549	771.090
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	795.549	795.549	771.090
2. Outros Créditos por Intermediação Financeira	77.130	77.130	46.096
3. Responsabilidades Eventuais	92.701	92.701	36.598
4. Participações em Outras Sociedades	1.534.846	1.534.846	1.412.339
Total	2.944.618	2.944.618	2.403.516
Provisões	13.171	13.171	9.911

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

ANEXO "O"
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS
EM 31/12/17

(Valores expressos em milhares de pesos)

Tipo de Contrato	Objetivo das operações	Ativo Subjacente	Tipo de liquidação	Âmbito de negociação ou contraparte	Prazo médio ponderado			Montante
					Originalmente pactuado - em meses -	Residual - em meses -	Liquidação diferenças - em dias -	
Futuros	Intermediação conta própria	Moeda estrangeira	Diária de diferenças	ROFEX	3	2	1	942.344
Forwards	Intermediação conta própria	Moeda estrangeira	Ao vencimento das diferenças	Negociação entre Partes - Residentes no País - Setor Não Financeiro	4	2	70	961.795
Operações compromissadas	Intermediação conta própria	Títulos públicos nacionais	Com entrega do subjacente	MAE	-	-	-	3.100.909
Swaps	Intermediação conta própria	Outras	Ao vencimento das diferenças	Negociação entre Partes - Residentes no País - Setor Financeiro	12	6	30	800.000

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**PROJETO DE DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS
EM 31/12/17**

(Valores expressos em milhares de pesos)

Conceito	Montante
Resultados Não assinados (1)	7.677.842
A Reserva de Utilidades - Reserva Legal (20% s/ 3.555.211)	711.042
Subtotal 1	6.966.800
menos:	
- Ajuste extra contábil ponto 2.2 Texto Ordenado de "Distribuição dos Resultados"	-
Subtotal 2	6.966.800
Saldos Distribuíveis do Exercício (2)	2.844.169
- A Reserva Facultativa p/Futura Distribuição de Utilidades	1.066.563
A Dividendos em dinheiro	1.777.606

(1) Vide Nota 17.

(2) A distribuição de utilidades se encontra sujeito à aprovação da Assembleia General de Acionistas da Entidade e autorização pela SEFYC do BCRA.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Art. 33- Lei N°19.550)****EM 31/12/17 E 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

ATIVO	31/12/17	31/12/16
A. Disponibilidades		
Caixa	3.075.161	2.489.434
Entidades financeiras e correspondentes	11.347.241	8.395.766
BCRA	10.893.579	7.416.575
Outras do país	8.873	4.627
Do exterior	<u>444.789</u>	<u>974.564</u>
	14.422.402	10.885.200
B. Títulos Públicos e Privados		
Detenções registradas a valor razoável de mercado	1.767.067	1.662.222
Detenções registradas a custo mais rendimento	881.416	1.653.161
Instrumentos emitidos pelo BCRA	9.683.087	9.437.390
Investimentos em títulos privados com cotação	<u>12.504</u>	<u>147</u>
	12.344.074	12.752.920
C. Empréstimos		
Ao setor público não financeiro (Anexo 1)	453.823	483.707
Ao setor financeiro (Anexo 1)	2.163.733	1.447.481
Interfinanceiros (call outorgados)	244.158	40.000
Outros financiamentos a entidades financeiras locais	1.837.392	1.294.771
Juros, ajustes e diferenças de câmbio apurados a receber	82.183	112.710
Ao setor privado não financeiro e residentes no exterior (Anexo 1)	59.824.579	42.857.483
Adiantamentos	7.311.831	5.129.364
Documentos	18.759.892	16.008.131
Hipotecários	154.479	29.802
Pignoratícios	5.086.781	3.409.773
Pessoais	8.731.095	5.990.475
Cartões de Crédito	10.553.176	7.368.363
Outros	8.566.415	4.388.442
Juros, ajustes e diferenças de câmbio apurados a receber	843.110	643.025
(Juros documentados)	(182.200)	(109.892)
(Provisões)	<u>(1.887.465)</u>	<u>(1.360.452)</u>
	60.554.670	43.428.219

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Art. 33- Lei N°19.550)****EM 31/12/17 E 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

ATIVO – Continuação	31/12/17	31/12/16
D. Outros Créditos por Intermediação Financeira		
Banco Central da República Argentina	1.196.468	793.750
Montantes a receber por vendas à vista a liquidar e a prazo	2.130.376	487.035
Valores a receber por compras à vista a liquidar e a prazo	2.622.329	161.069
Obrigações Negociáveis sem cotação (Anexo 1)	728	60.518
Saldos Pendentes de liq. de operações a prazo sem entrega do ativo subjacente	37.352	10.312
Outros não compreendidos nas normas de classificação de devedores	196.027	123.407
Outros compreendidos nas normas de classificação de devedores (Anexo 1)	265.694	289.899
Juros e aj. apur. a receber comp. nas normas de classif. de devedores (Anexo 1)	693	607
(Provisões)	<u>(20.307)</u>	<u>(12.684)</u>
	6.429.360	1.913.913
E. Créditos por Arrendamentos Financeiros		
Créditos por arrendamentos financeiros (Anexo 1)	1.371.369	1.458.360
Juros e ajustes apurados a receber (Anexo 1)	16.311	15.187
(Provisões)	<u>(26.021)</u>	<u>(22.248)</u>
	1.361.659	1.451.299
F. Participações em Outras Sociedades		
Em entidades financeiras	344	291
Outras	<u>189.677</u>	<u>5.665</u>
	190.021	5.956
G. Créditos Diversos		
Outros	1.398.557	804.298
Outros juros e ajustes apurados a receber	1.103	785
(Provisões)	<u>(15.347)</u>	<u>(23.423)</u>
	1.384.313	781.660
H. Ativo Imobilizado	607.207	613.891
I. Bens Diversos	209.192	207.523
J. Bens Intangíveis		
Despesas de organização e desenvolvimento	<u>93.618</u>	<u>69.909</u>
	93.618	69.909
K. Itens Pendentes de Classificação	1.663	6.497
TOTAL DO ATIVO	97.598.179	72.116.987

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Art. 33- Lei N°19.550)****EM 31/12/17 E 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

PASSIVO	31/12/17	31/12/16
L. Depósitos		
Setor público não financeiro	4.666.896	3.297.391
Setor financeiro	13.179	6.030
Setor privado não financeiro e residentes no exterior	64.382.515	48.916.225
Contas Correntes	9.178.556	7.104.149
Contas de Poupança	30.054.516	18.272.215
Contas a prazo	22.518.949	18.502.171
Contas de Investimentos	673	6.209
Outros	2.150.867	4.603.706
Juros, ajustes e diferenças de câmbio apurados a receber	478.954	427.775
	69.062.590	52.219.646
M. Outras Obrigações por Intermediação Financeira		
Banco Central da República Argentina	8.453	12.513
Bancos e Organismos Internacionais	1.164.678	1.824.301
Obrigações Negociáveis não Subordinadas	2.158.939	1.532.493
Montantes a pagar por compras à vista a liquidar e a prazo	2.415.715	145.862
Valores a entregar por vendas à vista a liquidar e a prazo	2.219.738	528.591
Financiamentos recebidos de entidades financeiras locais	1.193.560	468.500
Interfinanceiros (Call recebidos)	800.750	192.900
Outros financiamentos de entidades financeiras locais	385.504	275.064
Juros apurados a pagar	7.306	536
Saldos pendentes de liquidação de op. a prazo sem entrega do ativo subjacente	17.209	11.606
Outras	5.291.954	3.784.363
Juros, ajustes e diferenças de câmbio apurados a pagar	110.339	77.098
	14.580.585	8.385.327
N. Obrigações Diversas		
Honorários	2.919	1.932
Outras	2.571.700	2.113.377
	2.574.619	2.115.309
O. Provisões	214.139	140.635
Q. Itens Pendentes de Classificação	10.280	10.124
Participação de terceiros em entidades e empresas consolidadas	-	10.694
TOTAL DO PASSIVO	86.442.213	62.881.735
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.155.966	9.235.252
TOTAL DO PASSIVO MAIS PATRIMÔNIO LÍQUIDO	97.598.179	72.116.987

(1) Em 31 de dezembro de 2017 a Participação de terceiros em entidades e empresas consolidadas totalizaram a \$ 74,27.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Art. 33- Lei N°19.550)****EM 31/12/17 E 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

CONTAS DE ORDEM	31/12/17	31/12/16
DEVEDORAS		
Contingentes		
Créditos obtidos (saldos não utilizados)	17.962	3.009
Garantias recebidas	25.385.408	18.804.631
Outras não compreendidas nas normas de classificação de devedores	558	558
Contas contingentes devedoras por contrapartida	<u>1.094.891</u>	<u>3.089.359</u>
	26.498.819	21.897.557
De controle		
Créditos classificados irrecuperáveis	718.004	604.908
Outras	86.845.044	44.867.426
Contas de controle devedoras por contrapartida	<u>5.262.659</u>	<u>5.575.842</u>
	92.825.707	51.048.176
De Derivativos		
Valor "nocional" de operações a prazo sem entrega do subjacente	959.773	1.544.697
Contas de derivativos devedoras por contrapartida	<u>944.366</u>	<u>2.631.690</u>
	1.904.139	4.176.387
De Atividade Fiduciária		
Fundos em fideicomisso	<u>2.089.665</u>	<u>2.192.070</u>
	2.089.665	2.192.070
TOTAL CONTAS DE ORDEM DEVEDORAS	123.318.330	79.314.190

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS (Art. 33- Lei N°19.550)****EM 31/12/17 E 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

CONTAS DE ORDEM - Continuação	31/12/17	31/12/16
CREDORAS		
Contingentes		
réditos acordados (sdos. não utiliz.) comp.nas normas de classif.de devedores (Anexo1)	200.000	2.180.698
Outras garantias outorg. comp. nas normas de classificação de devedores (Anexo 1)	135.962	142.100
Outras garantias outorg. não compreendidas nas normas de classif. de devedores	262.990	193.923
Outras compreendidas nas normas de classificação de devedores (Anexo 1)	316.051	368.462
Outras não compreendidas nas normas de classificação de devedores	179.888	204.176
Contas contingentes credoras por contrapartida	<u>25.403.928</u>	<u>18.808.198</u>
	26.498.819	21.897.557
De Controle		
Valores por receber	899.149	1.070.333
Outras	4.363.510	4.505.509
Contas de controle credoras por contrapartida	<u>87.563.048</u>	<u>45.472.334</u>
	92.825.707	51.048.176
De Derivativos		
Valor "nocial" de oper. a prazo sem entrega do subjacente	944.366	2.631.690
Contas de derivativos credoras por contrapartida	<u>959.773</u>	<u>1.544.697</u>
	1.904.139	4.176.387
De Atividade Fiduciária		
Contas de atividade fiduciária credoras por contrapartida	<u>2.089.665</u>	<u>2.192.070</u>
	2.089.665	2.192.070
TOTAL CONTAS DE ORDEM CREDORAS	123.318.330	79.314.190

As notas explicativas 1 a 10 e o anexo 1 que constam em anexo, fazem parte integral destas demonstrações consolidadas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de AdministraçãoJuan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor PúblicoJoão Carlos de Nobrega Pecego
PresidenteAssinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho FiscalAssinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (ART. 33 – LEI N° 19.550)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/17 E 31/12/16**
(Valores expressos em milhares de pesos)

DETALHE	31/12/17	31/12/16
A. RECEITAS FINANCEIRAS		
Juros por empréstimos ao setor financeiro	353.143	335.452
Juros por adiantamentos	1.613.491	2.252.539
Juros por documentos	2.561.879	2.998.979
Juros por empréstimos hipotecários	5.270	3.477
Juros por empréstimos pignoratícios	1.038.860	689.387
Juros por empréstimos de cartões de crédito	1.486.684	1.329.811
Juros por outros empréstimos	3.278.319	1.942.848
Juros por outros créditos por intermediação financeira	7.331	4.690
Juros por arrendamentos financeiros	306.623	300.625
Resultado líquido de títulos públicos e privados	2.682.286	3.228.183
Resultado por empréstimos garantidos – Decreto 1387/01	2.043	487
Ajustes por cláusula CER	10.960	5.281
Diferença de cotação de ouro e moeda estrangeira	381.912	644.489
Outros	<u>971.189</u>	<u>322.385</u>
	14.699.990	14.058.633
B. DESPESAS FINANCEIRAS		
Juros por depósitos em contas de poupança	158.803	7.287
Juros por depósitos em contas a prazo	3.866.253	4.950.040
Juros por empréstimos interfinanceiros recebidos (call recebidos)	241.201	84.081
Juros por outros financiamentos de entidades financeiras	107.278	95.728
Juros por outras obrigações por intermediação financeira	471.259	383.565
Outros juros	99.960	60.426
Ajustes por cláusula CER	3.033	29
Contribuição para o fundo de garantia dos depósitos	95.578	125.219
Outros	<u>949.658</u>	<u>922.675</u>
	5.993.023	6.629.050
MARGEM BRUTA DE INTERMEDIAÇÃO	8.706.967	7.429.583
C. PROVISÕES PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA	786.590	465.980
D. RECEITAS POR SERVIÇOS		
Vinculadas com operações ativas	1.404.574	1.103.423
Vinculadas com operações passivas	2.042.372	1.323.864
Outras comissões	262.778	207.694
Outros	<u>1.341.146</u>	<u>1.058.552</u>
	5.050.870	3.693.533

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADA (ART. 33 – LEI N° 19.550)
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/17 E 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

DETALHE	31/12/17	31/12/16
E. DESPESAS POR SERVIÇOS		
Comissões	366.752	237.902
Outros	<u>1.240.394</u>	<u>932.882</u>
	1.607.146	1.170.784
G. DESPESAS DE ADMINISTRAÇÃO		
Despesas com pessoal	3.592.575	2.914.607
Honorários a diretores e auditores	79.011	59.507
Outros honorários	147.306	164.584
Propaganda e publicidade	161.778	151.091
Impostos	403.674	291.273
Depreciação do ativo imobilizado	91.080	67.829
Amortização de despesas de organização	36.137	16.087
Outras despesas operacionais	948.417	754.483
Outros	<u>603.322</u>	<u>444.977</u>
	6.063.300	4.864.438
RESULTADO LÍQUIDO POR INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.300.801	4.621.914
PARTICIPAÇÃO DE TERCEIROS	-	(2.816)
I. LUCROS DIVERSOS		
Resultado por participações permanentes	281.011	45.678
Juros punitivos	40.237	28.040
Créditos recuperados e provisões desafetadas	86.207	142.165
Outras	<u>228.540</u>	<u>219.123</u>
	635.995	435.006
J. PERDAS DIVERSAS		
Juros punitivos e encargos a favor do BCRA	87	686
Encargo por liquidação duvidosa de créditos diversos e por outras provisões	110.153	32.698
Depreciação e perdas por bens diversos	519	340
Outras	<u>165.265</u>	<u>56.978</u>
	276.024	90.702
RESULTADO LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA	5.660.772	4.963.402
L. IMPOSTO DE RENDA	2.105.561	1.694.410
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO - LUCROS	3.555.211	3.268.992

(1) Em 31 de dezembro de 2017 o resultado pela Participação de terceiros totalizou \$ 41,20

As notas explicativas 1 a 10 e o anexo 1 que constam em anexo, fazem parte integral destas demonstrações consolidadas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de AdministraçãoJuan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor PúblicoJoão Carlos de Nobrega Pecego
PresidenteAssinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho FiscalAssinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES CONSOLIDADOS****(ART. 33 – LEI N° 19.550)****REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/17 E 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

<u>Variações da caixa e seus equivalentes</u>	31/12/17	31/12/16
Caixa no início do exercício	10.885.200	9.606.311
Caixa no encerramento do exercício	14.422.402	10.885.200
Aumento líquido da caixa	3.537.202	1.278.889
<u>Causas das variações da caixa e seus equivalentes</u>		
<u>Atividades operacionais</u>		
Cobranças / (Pagamentos) Líquidos por:		
Títulos públicos e privados	1.787.672	475.256
Empréstimos	(10.458.945)	(353.710)
- Para o setor financeiro	(363.109)	(58.738)
- Para o setor público não financeiro	42.887	(3.816)
- Para o setor privado não financeiro e residentes no exterior	(10.138.723)	(291.156)
Outros créditos por Intermediação Financeira	(990.598)	2.411.592
Créditos por arrendamentos financeiros	385.750	127.710
Depósitos	16.878.345	4.079.775
- Do setor financeiro	7.149	(25.648)
- Do setor público não financeiro	1.369.505	505.721
- Do setor privado não financeiro e residentes no exterior	15.501.691	3.599.702
Outras obrigações por Intermediação Financeira	4.618.839	(520.419)
- Financiamentos do setor financeiro ou interfinanceiros (call recebidos)	374.781	70.963
- Outras (exceto as obrigações incluídas em Atividades de Financiamento)	4.244.058	(591.382)
Cobranças vinculadas com receitas por serviços	5.054.498	3.625.985
Pagamentos vinculados com despesas por serviços	(1.607.146)	(1.170.784)
Despesas de administração pagas	(6.188.231)	(4.556.281)
Cobranças liquidadas por juros punitivos	40.150	27.354
Pagamentos por despesas de organização e desenvolvimento	(59.846)	(60.587)
Cobranças de dividendos de outras sociedades	93.421	45.750
Outros (Pagamentos) / Cobranças vinculadas com lucros e perdas diversos	(548.641)	78.158
Pagamentos líquidos por outras atividades operacionais	(771.272)	(737.367)
Pagamento do imposto de renda	(1.529.980)	(997.649)
<u>Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais</u>	6.704.016	2.474.783

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES CONSOLIDADOS****(ART. 33 – LEI N° 19.550)****REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/17 E 31/12/16**

(Valores expressos em milhares de pesos)

	31/12/17	31/12/16
<u>Atividades de investimento</u>		
Pagamentos líquidos por ativo imobilizado	(10.717)	(309.181)
Cobranças líquidas por bens diversos	5.861	16.089
Pagamentos por compravenda em participações em outras sociedades	(11.011)	-
<u>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento</u>	(15.867)	(293.092)
<u>Atividades de financiamento</u>		
Cobranças / (Pagamentos) líquidos por:		
Obrigações Negociáveis não subordinadas	(342.161)	395.956
Banco Central da República Argentina	-	(10.000)
Bancos e Organismos Internacionais	(4.475)	(580.382)
Financiamentos recebidos de entidades financeiras locais	-	111.900
Pagamento de dividendos	(1.634.497)	(1.715.261)
<u>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento</u>	(1.981.133)	(1.797.787)
Resultados financeiros e por detenção da Caixa e seus equivalentes (incluindo juros e resultado monetário)	(1.169.814)	894.985
Aumento líquido da caixa	3.537.202	1.278.889

As notas explicativas 1 a 10 e o anexo 1 que constam em anexo fazem parte integral destas demonstrações consolidadas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de AdministraçãoJuan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor PúblicoJoão Carlos de Nobrega Pecego
PresidenteAssinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho FiscalAssinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS COM SOCIEDADES CONTROLADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
APRESENTADOS EM FORMA COMPARATIVA (ART. 33 – LEI Nº 19.550)****NOTA EXPLICATIVA 1:****Bases e propósitos da elaboração das informações**

O Banco Patagonia S.A. elaborou a demonstrações financeiras consolidadas conforme os critérios estabelecidos pelas Comunicações “A” 2227 e complementares do BCRA, para isso, consolidou em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as demonstrações do balanço patrimonial, de resultados, de fluxo de caixa e seus equivalentes e o Anexo 1 de classificação dos financiamentos por situação e garantias recebidas, com as demonstrações financeiras das sociedades indicadas a seguir:

Sociedade	Ações		Porcentagem sobre	
	Tipo	Quantidade	Capital Total	Votos Possíveis
Patagonia Valores S.A.	Ordinária	13.862.667	99,99%	99,99%
Patagonia Inversora S.A. Sociedade Gerente Fundos Comuns de Investimento	Ordinária	13.317.237	99,99%	99,99%
Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E.	Ordinária	50.000	100,00%	100,00%
GPAT Compañía Financiera S.A. (*)	Ordinária	86.837.083	100,00%	100,00%

(*) No dia 15 de fevereiro de 2017 a Entidade adquiriu V\$N 836.700 ações ordinárias escriturais da GPAT Compañía Financiera S.A. representativo de 1% capital social da sociedade, obtendo 100% do capital e dos votos possíveis da mesma.

A Diretoria do Banco Patagonia S.A. considera que não existem outras sociedades que devam ser incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com nosso relatório
com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS COM SOCIEDADES CONTROLADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
APRESENTADOS EM FORMA COMPARATIVA (ART. 33 – LEI Nº 19.550)****NOTA EXPLICATIVA 2:****Critérios contábeis aplicados**

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas a partir das informações contidas nas demonstrações financeiras individuais de cada uma das entidades que são consolidadas, as quais foram elaboradas, substancialmente, sobre a base de critérios semelhantes aos aplicados pela Entidade para a elaboração de suas demonstrações financeiras. Para efeitos de informar os critérios contábeis aplicados, remetemo-nos às notas explicativas das seguintes demonstrações financeiras:

Sociedade	Demonstrações Financeiras a	Data de Emissão	Nota Explicativa
Banco Patagonia S.A.	31/12/2017	15/02/2018	1
Patagonia Valores S.A.	31/12/2017	15/02/2018	1
Patagonia Inversora S.A. Sociedade Gerente Fundos Comuns de Investimento	31/12/2017	15/02/2018	1
Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E.	31/12/2017	19/01/2018	3
GPAT Compañía Financiera S.A.	31/12/2017	08/02/2018	1

NOTA EXPLICATIVA 3:**Bens de disponibilidade restringida**

As empresas incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas possuíam os seguintes bens de disponibilidade restringida:

Banco Patagonia S.A.

Ver nota explicativa 6 às demonstrações financeiras individuais do Banco Patagonia S.A.

Patagonia Valores S.A.

Em 31 de dezembro de 2016, a Sociedade mantida uma ação do Mercado de Valores S.A. destinada a garantir um seguro das operações efetuadas por ela, valorizada a seu custo ré-expresso por 2.064.

Patagonia Inversora S.A. Sociedade Gerente de Fundos Comuns de Investimento

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a Sociedade não possui bens de disponibilidade restringida.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS COM SOCIEDADES CONTROLADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
APRESENTADOS EM FORMA COMPARATIVA (ART. 33 – LEI Nº 19.550)****Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E.**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, ele mantém no Banco Central do Uruguai um depósito por 9.387 e 7.925, respectivamente, correspondente à radicação obrigatória de ativos na República Oriental do Uruguai, em cumprimento do artigo 221 da Recopilação de Normas de Regulação e Controle do Sistema Financeiro do Banco Central do Uruguai.

GPAT Compañía Financiera S.A.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, GPAT Compañía Financiera S.A. possuíam os seguintes bens de disponibilidade restringida:

<u>Concelto</u>	<u>31/12/17</u>	<u>31/12/16</u>
Empréstimos		
- Empréstimos Pignoratícios s/Automóveis	37.179	95.468
Total Empréstimos (*)	37.179	95.468

(*) Corresponde a uma garantia de cessão de créditos pelo empréstimo tomado do Banco Galicia S.A. por um montante em origem de 150.000 no contexto da Comunicação A-5771 Linha de Créditos para o Investimento Produtivo do BCRA.

NOTA EXPLICATIVA 4:**Instrumentos financeiros derivativos****Banco Patagonia S.A.**

Ver nota explicativa 11 às demonstrações financeiras individuais do Banco Patagonia S.A.

GPAT Compañía Financiera S.A.

No dia 31 de dezembro de 2017, a GPAT mantém um contrato por operações de permuta de taxas de juros com o Banco Patagonia S.A. por 800.000, com direito a receber mensalmente o diferencial positivo entre a taxa de juros BADLAR estabelecida pelo BCRA e a taxa nominal anual fixa de juros estabelecida para a operação.

Está registrada nos segmentos “Contas de controle devedoras - De Derivativos - Permuta de Taxas de Juros” e “Contas de controle credora - De Derivados - Credoras por Contrapartida” e a mencionada operação gerou lucros no dia 31 de dezembro de 2017 de 13.090.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS COM SOCIEDADES CONTROLADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
APRESENTADOS EM FORMA COMPARATIVA (ART. 33 – LEI Nº 19.550)**

NOTA EXPLICATIVA 5:

Transformação do Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E. em “Banco” conforme Lei Uruguai Nº 15.322

Com data de 9 de maio de 2011, a Diretoria do Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E. aprovou a transformação da instituição em “Banco”, em termos da Lei Uruguai Nº 15.322 e solicitou sua autorização ao Ministério da Economia e Finanças da República Oriental do Uruguai e ao Banco Central do Uruguai.

No dia 26 de setembro de 2016, conforme consta na Ata Nº 236, a Diretoria de Banco Patagonia (Uruguai) S.A.I.F.E. dispôs solicitar o arquivo deste expediente.

NOTA EXPLICATIVA 6:

Sanções aplicadas e sumários iniciados pelo BCRA

Mediante a Comunicação “A” 5689, com data de 8 de janeiro de 2015, o BCRA estabeleceu que as entidades financeiras deverão registrar contabilmente e informar as sanções administrativas e/ou disciplinares, bem como as penais com sentença judicial de primeira instância, que foram aplicadas ou iniciadas pelo BCRA, a Unidade de Informações Financeiras (UIF), a CNV e a Superintendência de Seguros da Nação (SSN). A totalidade das sanções deve ser contemplada, constituindo-se uma provisão de 100% por cada uma delas, que deve ser mantida até a realização de seu pagamento ou até a obtenção de uma sentença tramitada em julgado.

Banco Patagonia S.A.

Ver nota explicativa 20 às demonstrações financeiras individuais do Banco Patagonia S.A.

GPAT Compañía Financiera S.A.

Em 31 de dezembro de 2017, a GPAT Compañía Financiera S.A. não recebeu sanções administrativas e/ou disciplinares nem qualquer outra atuação judicial.

NOTA EXPLICATIVA 7:

Patagonia Valores S.A. – Participação em Bolsas e Mercados Argentinos S.A.

No contexto da Lei de Mercado de Capitais Nº 26.831, que contempla a reforma integral do regime de oferta pública, os Acionistas do Mercado de Valores S.A. (MERVAL) e da Bolsa de Comércio de Buenos Aires (BCBA) acordaram a constituição de uma nova sociedade denominada Bolsas y Mercados Argentinos S.A. (BYMA).

Devido a isso, o MERVAL acordou cindir determinados ativos correspondentes a sua atividade como mercado de valores para que seja continuada pela BYMA.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 2 Fº 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 147 Fº 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº CLXIX Fº 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS COM SOCIEDADES CONTROLADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
APRESENTADOS EM FORMA COMPARATIVA (ART. 33 – LEI Nº 19.550)**

No contexto da mencionada reorganização societária, os atuais acionistas do Merval receberam por cada ação da mencionada sociedade 250.000 ações escriturais V\$N 1 de BYMA, as quais entraram ao regime de oferta pública no dia 23 de maio de 2017.

O procedimento mencionado não implica uma permuta de ações, mas sim uma entrega de ações da BYMA aos acionistas do MERVAL em função da decisão antes mencionada.

No dia 18 de outubro de 2017, a Sociedade vendeu a totalidade das ações de BYMA de sua propriedade.

Ao mesmo tempo, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de acionistas do Mercado de Valores de Buenos Aires S.A., realizada no dia 28 de março de 2017, resolveu uma reforma integral do estatuto social modificando a denominação social para a de Grupo Financiero Valores Sociedad Anónima e o valor nominal das ações ordinárias.

Devido ao que foi mencionado no parágrafo anterior, cada acionista recebeu por cada ação do Mercado de Valores S.A. a quantidade de 4.691.000 de V\$N 1.

No dia 31 de dezembro de 2017, a posse acionária dos mencionados títulos privados foi avaliada pelo seu valor de cotização, o qual subiu a 12.361.

NOTA EXPLICATIVA 8:

Lei de Mercado de Capitales

Com data de 27 de dezembro de 2012 foi promulgada a Lei de Mercado de Capitais Nº 26.831, regulamentada pelo Decreto Nº 1.023/13 do PEN com data de 29 de julho de 2013, que contempla a reforma integral do regime de oferta pública.

Banco Patagonia S.A.

A Entidade obteve a inscrição na CNV para desempenhar as seguintes funções:

- Fiduciário Financeiro e não Financeiro: autorizado mediante Resolução Nº 17418 da CNV, com data de 8 de agosto de 2014.
- Agente de Custódia de Produtos de Investimento Coletivo de Fundos Comuns de Investimento: autorizado mediante Disposição Nº 2081 da CNV, com data de 18 de setembro de 2014.
- Agente de Liquidação e Compensação e Agente de Negociação Integral: autorizado mediante Disposição Nº 2095 da CNV, com data de 19 de setembro de 2014.

Patagonia Valores S.A.

- Agente de Liquidação e Compensação e Agente de Negociação Integral: autorizado mediante Disposição Nº 2114 da CNV, com data de 11 de novembro de 2014.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS COM SOCIEDADES CONTROLADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
APRESENTADOS EM FORMA COMPARATIVA (ART. 33 – LEI Nº 19.550)**

Patagonia Inversora S.A. Sociedade Gerente de Fundos Comuns de Investimento

- Agente de Administração de Produtos de Investimento Coletivo de Fundos Comuns de Investimento: autorizado mediante Disposição Nº 2013 da CNV, com data de 7 de agosto de 2014.

NOTA EXPLICATIVA 9:

Distribuição de lucros

Banco Patagonia S.A.

Ver nota explicativa 17 às demonstrações financeiras individuais do Banco Patagonia S.A.

Patagonia Valores S.A.

De acordo com os termos do artigo 70 da Lei Nº19.550, 5% do lucro deve ser destinado para a constituição de reserva legal, até que a mesma atinja o total de 20% do capital inscrito.

Propomos para consideração da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que aprove as demonstrações contábeis da Sociedade da seguinte distribuição de resultados pelo exercício finalizado no dia 31 de dezembro de 2017:

Resultado do Exercício

- A Reserva Legal 5% s/50.439 (*)	1.679
- A Reserva Facultativa p/ eventuais distribuições	8.409
- Os dividendos em Dinheiro	40.351
Total	<u>50.439</u>

(*) Apesar de ser um montante inferior a 5% do resultado do exercício finalizado no dia 31 de dezembro de 2017, com este montante foi atingido 20% do capital subscrito.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 2 Fº 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 147 Fº 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº CLXIX Fº 52

BANCO PATAGONIA S.A.

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS COM SOCIEDADES CONTROLADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
APRESENTADOS EM FORMA COMPARATIVA (ART. 33 – LEI Nº 19.550)**

Patagonia Inversora S.A. Sociedad Gerente de Fondos Comunes de Inversión

De acordo com os termos do artigo 70 da Lei Nº19.550, 5% do lucro deve ser destinado para a constituição de reserva legal, até que a mesma atinja o total de 20% do capital inscrito. No dia 31 de dezembro de 2017 o mencionado limite foi atingido, e por esse motivo não será destinado nenhum montante por este conceito.

Propomos para consideração da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas que aprove as demonstrações contábeis da Sociedade da seguinte distribuição de resultados pelo exercício finalizado no dia 31 de dezembro de 2017:

- O Pagamento de dividendos em dinheiro	69.426
- A Reserva Facultativa p/ eventuais distribuições	17.357
Total	<u>86.783</u>

GPAT COMPAÑÍA FINANCIERA S.A.

- Nos termos das disposições do BCRA, 20% dos lucros do exercício deve ser alocado para constituição da reserva legal. Portanto, a próxima Assembléia de Acionistas deverá aplicar 56.264 de Resultados não distribuídos para aumentar o saldo dessa reserva.
- De acordo com a Lei nº 25.063, os dividendos que forem distribuídos, em dinheiro ou em espécie, em excesso dos lucros impositivos acumulados ao encerramento do exercício imediato anterior à data de pagamento ou distribuição, estarão sujeitos a uma retenção de 35% em conceito de imposto de renda, com caráter de pagamento único e definitivo. Os lucros a serem considerados em cada exercício serão os decorrentes de detrair dos lucros impositivos o imposto pago pelo ou pelos exercícios fiscais de origem do lucro que é distribuído ou a parte proporcional correspondente e acrescentar-lhe os dividendos ou lucros provenientes de outras sociedades de capital não calculados na determinação desses lucros no ou nos mesmos períodos fiscais. A referida distribuição de dividendos não se encontra atingida pela retenção referida acima, devido a que não supera os lucros determinados sobre a base da aplicação da referida normativa.
- O BCRA estabelece em sua normativa o procedimento de caráter geral para proceder à distribuição de lucros. De acordo o mesmo, só será possível efetuar uma distribuição com autorização expressa do BCRA e sempre que não sejam verificadas certas situações, entre as quais se destacam: registrar assistências financeiras da mencionada entidade por iliquidez, apresentar deficiências de integração de capital ou dinheiro mínimo e registrar certo tipo de sanções estabelecidas por reguladores específicos e que sejam classificadas como significativas e/ou não tenham sido implementadas medidas corretivas, entre outras condições prévias detalhadas na mencionada comunicação que devem ser cumpridas.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS COM SOCIEDADES CONTROLADAS
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016
APRESENTADOS EM FORMA COMPARATIVA (ART. 33 – LEI Nº 19.550)**

- Do mesmo modo, somente será possível distribuir lucros na medida em que forem registrados resultados positivos depois de deduzir extra contabilmente dos resultados não designados e da reserva facultativa para futuras distribuições de resultados, os montantes das reservas legais, estatutárias e/ou especiais, cuja constituição for exigível, a diferença líquida positiva entre o valor contábil e o valor de mercado ou valor presente informado pelo BCRA, conforme corresponder, dos instrumentos de dívida pública e/ou de regulação monetária do BCRA não avaliados pelo preço de mercado e os ativos totais por ações judiciais vinculadas a depósitos, entre outros conceitos.
- Por último, a Entidade deverá verificar que, depois de efetuada a distribuição de lucros proposta, seja mantida uma margem de conservação de capital sobre seus ativos ponderados pelo risco, a qual é adicional à exigência de capital mínimo requerida pela legislação, e deverá ser integrado com capital ordinário de nível 1, líquido de conceitos dedutíveis.
- De acordo com o estabelecido pela Resolução Geral Nº 593 da CNV, a Assembleia de acionistas que considerar os estados contábeis anuais, deverá resolver um destino específico dos lucros acumulados da Entidade, já seja através da distribuição efetiva de dividendos, de sua capitalização com entrega de ações liberadas, da constituição de reservas voluntárias adicionais à Reserva legal, ou de uma combinação de algum destes destinos.

Por fim, como consequência da aplicação detalhada neste ponto os lucros distribuível 714.535 e propõe a seguinte distribuição:

Reserva Facultativa para Futura Distribuição de Utilidades	485.741
Dividendos em Dinheiro	<u>228.794</u>
Total	714.535

A distribuição de utilidades se encontra sujeito à aprovação da Assembleia General de Acionistas da Entidade e autorização pela SEFYC (Superintendencia de Entidades Financieras e Cambiarias) do BCRA.

No dia 12 de janeiro de 2018, o BCRA emitiu a Comunicação "A" 6328, mediante a qual realizou a adequação do Texto Ordenado das Normas sobre "Distribuição de Resultados" com o objetivo de alinhá-lo com as NIIF, as quais estão vigentes desde o dia 1º de janeiro de 2018.

NOTA EXPLICATIVA 10:

Fatos posteriores

Não existem acontecimentos ou operações ocorridas entre a data de encerramento do exercício e a data de emissão destas demonstrações financeiras não revelados nos mesmos que possam afetar significativamente a situação patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2017, nem os resultados do exercício.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação
com nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 2 Fº 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº 147 Fº 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. Tº CLXIX Fº 52

ANEXO "1"
(Art. 33 – Lei N° 19.550)
CLASSIFICAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS POR SITUAÇÃO
E GARANTIAS RECEBIDAS EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Carteira Comercial	31/12/17	31/12/16
Em situação normal	35.790.506	29.409.667
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	1.707.995	1.171.828
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	3.160.134	2.823.160
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	30.922.377	25.414.679
Com acompanhamento especial	153.482	266.340
Em observação	848	13.060
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	1	3.374
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	847	9.686
Em negociação ou com acordos de refinanciamento	152.634	253.280
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	146.460	234.376
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	6.174	18.904
Com problemas	8.778	44.004
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	5.806	23.468
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	2.972	20.536
Com alto risco de insolvência	7.215	19.458
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	111	7.538
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	7.104	11.920
Irrecuperável	131.088	55.466
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	-	208
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	83.268	9.128
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	47.820	46.130
Total Carteira Comercial	36.091.069	29.794.935

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administración e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com nosso relatório
com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

ANEXO "1"
(Art. 33 – Lei N° 19.550)
CLASSIFICAÇÃO DOS FINANCIAMENTOS POR SITUAÇÃO
E GARANTIAS RECEBIDAS EM 31/12/17 E 31/12/16
 (Valores expressos em milhares de pesos)

Carteira de Consumo e/ou Moradia	31/12/17	31/12/16
Cumprimento normal	27.231.736	18.769.182
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	285.250	100.841
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	5.472.370	3.605.554
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	21.474.116	15.062.787
Risco Baixo	701.599	350.865
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	800	128
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	253.932	115.037
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	446.867	235.700
Risco Médio	282.107	75.610
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	1.449	169
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	61.731	26.837
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	218.927	48.604
Risco Alto	306.883	266.758
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	135	397
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	3.209	3.120
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	303.539	263.241
Irrecuperável	135.390	46.782
- Com garantias e contragarantias preferenciais "A"	125	-
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	2.693	2.634
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	132.572	44.148
Irrecuperável por disposição técnica	159	370
- Com garantias e contragarantias preferenciais "B"	90	149
- Sem garantias nem contragarantias preferenciais	69	221
Total Carteira de Consumo e/ou Moradia	28.657.874	19.509.567
Total Geral	64.748.943	49.304.502

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
pelo Conselho Fiscal

Assinado para efeitos de sua identificação com nosso relatório
com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Mónica M. Cukar
Fiscal Titular
Contadora Pública (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 147 F° 66

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

BANCOPATAGONIA

**Relatório Informativo
referente ao exercício
findo em 31 de dezembro de 2017**

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

a) Aspectos destacados:

O Banco Patagonia finalizou o exercício de 2017 com Ativos por ARS 97.598,2 milhões, Empréstimos (líquidos de provisões) por ARS 60.554,6 milhões, Depósitos por ARS 69.062,6 milhões e um Patrimônio Líquido de ARS 11.156,0 milhões e em forma consolidada.

O resultado líquido do exercício foi de ARS 3.555,3 milhões, representando ROE de 36,2%, (retorno sobre o patrimônio líquido médio) e ROA de 4,5% (retorno médio sobre ativos).

Os empréstimos concedidos ao setor privado não financeiro, consolidados, atingiram ARS 59.824,6 milhões, aumentando 39,6% a respeito do exercício 2016 (ARS 42.857,5 milhões).

Os depósitos totais consolidados atingiram ARS 69.062,6 milhões, aumentando 32,2% com respeito ao exercício 2016 (ARS 52.219,6 milhões).

No que diz respeito aos indicadores de qualidade de carteira, a razão da carteira irregular foi de 1,3% e a cobertura da carteira irregular com provisões foi de 221,7%.

O índice de liquidez consolidado foi de 38,8% (ativos líquidos sobre total de depósitos). A integração do capital mínimo consolidado supera, outrossim, por ARS 3.995,6 milhões à exigência estabelecida pela normativa do BCRA.

Em 31 de dezembro de 2017, o Banco Patagonia S.A. possui uma dotação de 3.365 funcionários e uma rede composta de 205 pontos de atendimento no nível nacional, distribuídos nas capitais e principais cidades de cada província.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

b) Estrutura patrimonial consolidada comparativa

Informações correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013:

Demonstração da Situação Patrimonial Consolidada					
Em Milhões de Pesos	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14	31/12/13
Disponibilidades	14.422,4	10.885,2	9.606,3	6.600,4	5.949,7
Títulos Públicos e Privados	12.344,1	12.752,9	12.411,4	6.284,6	2.020,4
Empréstimos	60.554,6	43.428,2	33.135,8	24.233,6	21.174,2
Setor Público Não Financeiro	453,8	483,7	474,1	171,8	283,1
Setor Financeiro	2.163,7	1.447,5	1.053,3	504,9	696,7
Setor Privado Não Financeiro	59.824,6	42.857,5	32.848,2	24.701,0	21.161,4
(Provisões)	(1.887,5)	(1.360,5)	(1.239,8)	(1.144,1)	(967,0)
Outros créditos por intermediação financeira	6.429,4	1.913,9	3.889,7	1.939,8	1.527,5
Créditos por arrendamentos financeiros	1.361,7	1.451,3	1.284,7	1.017,2	920,2
Outros Ativos	2.486,0	1.685,5	1.257,5	885,5	722,1
Total Ativo	97.598,2	72.117,0	61.585,4	40.961,1	32.314,1
Depósitos	69.062,6	52.219,6	42.051,2	27.822,0	22.613,7
Setor Público Não Financeiro	4.666,9	3.297,4	2.791,7	2.991,5	2.693,6
Setor Financeiro	13,2	6,0	31,7	168,5	15,5
Setor Privado Não Financeiro	64.382,5	48.916,2	39.227,8	24.662,0	19.904,6
Outras Obrigações por intermediação financeira	14.580,6	8.385,3	10.530,7	5.441,4	3.935,2
Outros Passivos	2.799,0	2.276,8	1.322,0	1.377,1	1.168,7
Total Passivo	86.442,2	62.881,7	53.903,9	34.640,5	27.717,6
Patrimônio Líquido	11.156,0	9.235,3	7.681,5	6.320,6	4.596,5
Total Passivo + Patrimônio Líquido	97.598,2	72.117,0	61.585,4	40.961,1	32.314,1

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

c) Estrutura de resultados consolidada comparativa

Informações correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013:

Demonstração de Resultados Consolidada					
Em Milhões de Pesos	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14	31/12/13
Receitas Financeiras	14.700,0	14.058,6	10.449,3	8.465,7	5.587,3
Despesas Financeiras	5.993,0	6.629,1	4.878,7	3.942,1	2.440,5
Margem Bruta de Intermediação	8.707,0	7.429,5	5.570,6	4.523,6	3.146,8
Carga por Liquidação Duvidosa	786,6	466,0	404,7	325,3	540,2
Receitas por Serviços Líquidos	3.443,7	2.522,7	1.898,9	1.563,9	1.274,8
Despesas Administração	6.063,3	4.864,4	3.488,8	2.464,0	1.851,3
Resultado Líquido Operacional	5.300,8	4.621,8	3.576,0	3.298,2	2.030,1
Lucros / (Perdas) Diversos	360,1	341,5	169,9	58,4	125,8
Resultado Antes do Imposto de Renda	5.660,9	4.963,3	3.745,9	3.356,6	2.155,9
Imposto de Renda	2.105,6	1.694,4	1.340,4	1.180,7	926,2
Resultado Líquido do Período	3.555,3	3.268,9	2.405,5	2.175,9	1.229,7

d) Demonstração do Fluxo de Caixa consolidado comparativo

Informações correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017, 2016, 2015, 2014 e 2013:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado					
Em Milhões de Pesos	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14	31/12/13
Fundos gerados pelas atividades operacionais	6.704,0	2.474,7	2.280,1	550,2	126,5
Fundos (utilizados nas) / gerados pelas atividades de investimento	(15,8)	(293,0)	(230,1)	(70,6)	15,1
Fundos (utilizados em) / gerados pelas atividades de financiamento	(1.981,0)	(1.797,8)	333,2	(768,4)	560,9
Resultados Financeiros e por Detenção da Caixa e seus equivalentes	(1.170,0)	894,9	622,6	939,6	628,4
Total de Fundos gerados / (utilizados em) o Exercício	3.537,2	(1.278,8)	3.005,8	650,8	1.330,9

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

e) Síntese de dados estatísticos

Síntese de dados estatísticos					
	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14	31/12/13
Quantidade de operações a prazo Indivíduos	86.697	82.659	83.380	60.925	35.644
Quantidade de operações a prazo Empresas	2.711	2.912	3.419	2.624	3.117
Quantidade de operações por empréstimos Indivíduos	1.091.711	973.383	913.231	900.903	928.894
Quantidade de operações por empréstimos Empresas	118.773	86.656	86.501	34.504	41.453
Quantidade de Pontos de Atendimento	205	200	197	195	199
Quantidade de Caixas Eletrônicos	597	568	550	519	497
Quantidade de Terminais de Autoserviço	386	357	337	304	272
Dotação de pessoal	3.365	3.434	3.361	3.247	3.268

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

BANCO PATAGONIA S.A.

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Detalhe	Banco Patagonia Consolidado				
	31/12/17	31/12/16	31/12/15	31/12/14	31/12/13
Índices de Lucratividade					
Retorno sobre ativo médio (1)	4,5%	5,1%	4,8%	5,8%	4,3%
Retorno sobre patrimônio líquido médio (2)	36,2%	38,3%	35,2%	38,8%	30,9%
Índices de Margem Financeira e por Serviços					
Margem financeira total (Receitas Financeiras Líquidas / Ativo Médio)	11,0%	11,5%	11,2%	12,0%	10,9%
Margem por serviços líquidos (Receitas por Serviços Líquidos / Ativo Médio)	4,4%	3,9%	3,8%	4,2%	4,4%
Margem total (Receitas Totais Líquidas / Ativo Médio) (3)	15,4%	15,4%	15,0%	16,2%	15,3%
Receitas por serviços líquidos sobre receitas totais líquidas (3)	28,3%	25,3%	25,4%	25,7%	28,8%
Índices de Patrimônio Líquido					
Patrimônio líquido sobre total do ativo	11,4%	12,8%	12,5%	15,4%	14,2%
Solvência (patrimônio líquido sobre passivo total)	12,9%	14,7%	14,3%	18,2%	16,6%
Passivo total como múltiplo do Patrimônio Líquido	7,75	6,81	7,02	5,50	6,00
RPC sobre Ativos de Risco Ponderados (4)	12,8%	13,3%	14,4%	16,9%	15,0%
Índice de Qualidade de Carteira					
Carteira irregular sobre financiamentos (antes das provisões) (5)	1,3%	1,0%	1,2%	1,8%	1,5%
Provisões sobre carteira irregular de financiamentos (5)	221,7%	274,2%	286,3%	226,1%	266,6%
Índice de Eficiência					
Despesas de administração sobre receitas totais líquidas (3)	49,9%	48,9%	46,7%	40,5%	41,9%
Receitas por serviços líquidos sobre despesas de administração	56,8%	51,9%	54,4%	63,5%	68,9%
Índices de Liquidez					
Ativos líquidos sobre depósitos (6)	38,8%	45,3%	52,4%	46,3%	35,2%
Empréstimos (líquidos de provisões) sobre ativos	62,0%	60,2%	53,8%	59,2%	65,5%
Depósitos sobre passivos	79,9%	83,0%	78,0%	80,3%	81,6%
Empréstimos sobre depósitos	87,7%	83,2%	78,8%	87,1%	93,6%
Imobilização (7)	8,2%	9,7%	8,0%	6,2%	7,0%

- (1) Definido como o quociente entre o resultado do exercício e o ativo líquido médio calculado em função dos saldos mensais.
- (2) Definido como o quociente entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido médio calculado em função dos saldos mensais.
- (3) Receitas totais líquidas definido como a soma das receitas financeiras e por serviços líquidos do exercício.
- (4) RPC significa Responsabilidade Patrimonial Computável.
- (5) Carteira irregular definida como os financiamentos classificados em situação 3 - 4 - 5 e 6.
- (6) Definido como o quociente entre o somatório de disponibilidades e títulos públicos e privados e o total de depósitos.
- (7) Definido como o quociente entre o somatório do ativo imobilizado, bens diversos e intangíveis e o patrimônio líquido.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 8

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

f) Perspectivas

O crescimento mundial girou em torno de 3,7% durante 2017, devido ao aumento das manufaturas e do comércio, o aumento da confiança do mercado e a estabilização dos preços dos produtos básicos. Está previsto um fortalecimento da economia global, com incrementos similares no transcurso de 2018.

A reativação no mundo e nos principais parceiros comerciais da Argentina, particularmente o início da recuperação no Brasil, apresentam um contexto internacional favorável.

A conjuntura econômica local continuou melhorando. Em 2018, se espera que a Argentina consiga permanecer numa fase de crescimento, devido um maior impulso econômico em setores como construção, intermediação financeira, agricultura, pesca e transporte e comunicações.

O Banco Patagonia reafirma suas prioridades estratégicas para posicionar-se entre os principais Bancos Privados do Sistema Financeiro Argentino.

O atendimento aos seus segmentos de negócios é realizado através de sua rede varejista, presente em todas as províncias do país, seus centros especializados para empresas nos principais mercados e suas renovadas plataformas de online e mobile banking.

Como Banco Universal, o Banco Patagonia continuará trabalhando em vários aspectos: o crescimento dos volumes em todos seus negócios, a transformação digital necessária para atrair os segmentos de maior demanda do mercado, a adequação de suas políticas para minimizar riscos, a otimização de seus recursos e o impulso de seu potencial humano, entre outros.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Informações adicionais requeridas pelo art. 12 do capítulo III, título IV, das normas da CNV (Resolução Geral N° 622/13)

1. Questões gerais sobre a atividade da sociedade
- a) Regimes jurídicos específicos e significativos que impliquem em descaimentos ou renascimentos contingentes de benefícios previstos por essas disposições.

Não existem.

- b) Alterações significativas nas atividades da sociedade ou outras circunstâncias semelhantes ocorridas durante os períodos compreendidos pelas demonstrações financeiras que afetem sua comparabilidade com os apresentados em períodos anteriores, ou que poderiam afetá-la com aqueles que sejam apresentados em períodos futuros.

Não existem.

2. Classificação dos saldos de créditos (financiamentos) e dívidas (depósitos e obrigações) segundo seus prazos de vencimento.

Ver Anexo "D" - Desdobramento por Prazos de Financiamentos e Anexo "I" - Desdobramento por Prazos dos Depósitos, Outras Obrigações por Intermediação Financeira e Obrigações Negociáveis Subordinadas das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco Patagonia S.A.

3. Classificação dos créditos (financiamentos) e dívidas (depósitos e obrigações), de modo a que se permita conhecer os efeitos financeiros que sua manutenção produz.

Conceito Em milhares de Pesos	Moeda Nacional			Moeda Estrangeira		Valores
	Com Cláusula de Juros	Cláusula de Ajuste CER	Sem Cláusula de Juros	Com Cláusula de Juros	Sem Cláusula de Juros	
Financiamentos						
Empréstimos	51.848.088	3.654	-	10.590.393	-	-
Outros Créditos por Intermediação Financeira	2.305.731	-	1.217.767	287.787	16.053	2.622.329
Créditos por Arrendamentos Financeiros	1.387.680	-	-	-	-	-
Créditos Diversos	319.081	-	1.055.273	-	25.306	-
TOTAL	55.860.580	3.654	2.273.040	10.878.180	41.359	2.622.329

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

Conceito Em milhares de Pesos	Moeda Nacional			Moeda Estrangeira		Valores
	Com Cláusula de Juros	Cláusula de Ajuste CER	Sem Cláusula de Juros	Com Cláusula de Juros	Sem Cláusula de Juros	
Depósitos e Obrigações						
Depósitos	41.759.724	-	11.509.472	15.678.025	115.369	-
Outras Obrigações por Intermediação Financeira	5.840.162	-	4.500.225	1.203.069	817.391	2.219.738
Obrigações Diversas	-	-	2.497.595	-	77.024	-
TOTAL	47.599.886	-	18.507.292	16.881.094	1.009.784	2.219.738

4. Detalhe da porcentagem de participação em sociedades do artigo 33 da Lei Nº 19.550 no capital e no total de votos e saldos devedores e/ou credores por sociedade.

Ver Anexo "E" - Detalhe de Participações em Outras Sociedades e Nota Explicativa 7 - Operações com Sociedades incluídas no Artigo 33 Lei 19.550 das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco Patagonia S.A.

5. Créditos por vendas ou empréstimos a diretores, auditores, membros do conselho fiscal e seus parentes até o segundo grau inclusive.

Em milhares de Pesos	Financiamento 31/12/17	Máximo Financiamento
Diretores e familiares	711	829
Auditores e familiares	697	715
TOTAL	1.408	1.544

Essas assistências correspondem a financiamentos em pesos acordados em condições semelhantes ao resto dos clientes da Entidade e sem cláusula de atualização monetária.

6. Inventário físico dos estoques. Periodicidade e alcance dos inventários físicos dos estoques.

Não Aplicável.

7. Participações em outras sociedades em excesso do admitido pelo artigo 31 da Lei Nº 19.550 e planos para regularizar a situação.

Não existem.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanzas,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

8. Valores recuperáveis: Critérios seguidos para determinar os "valores recuperáveis" significativos de estoque, ativo imobilizado e outros ativos, empregados como limites para suas respectivas valiações contábeis.

Para a determinação dos "valores recuperáveis" se considera o valor líquido de realização correspondente ao estado e condições em que os bens se encontram.

9. Seguros que cobrem os bens tangíveis.

Bens Segurados Em Milhares de Pesos	Risco	Montante Segurado	Valor Contábil
Dinheiro, cheques e valores	Fraude, roubo, cofres de segurança a deslocamento de valores	750.968	3.073.675
Prédios, máquinas, equipamentos, móveis, instalações e obras de arte	Incêndio, vandalismo e terremoto	3.648.551	630.296
Automóveis	Tudo risco e terceiros	16.047	16.311
Aeronaves	Tudo risco e terceiros	131.419	-
Móveis, equipamentos eletrônicos de informática, cartazes e telefonia	Transporte de bens	76.974	-

10. Contingências positivas e negativas

- a) Elementos considerados para calcular as provisões cujos saldos, considerados individualmente ou em conjunto, superem dois por cento (2%) do patrimônio.

Ver Nota Explicativa 1.6.g) - Provisão por liquidação duvidosa, por compromissos eventuais e para outras contingências das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco Patagonia S.A.

- b) Situações contingentes na data das demonstrações financeiras cuja probabilidade de ocorrência não seja remota e cujos efeitos patrimoniais não tenham sido contabilizados, indicando-se se a falta de contabilização se baseia em sua probabilidade de concreção ou em dificuldades para a quantificação de seus efeitos.

Não existem.

11. Adiantamentos irrevogáveis por conta de futuras subscrições. Estado da tramitação dirigida a sua capitalização.

Não existem.

12. Dividendos acumulativos impagos de ações preferenciais.

Não existem.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018
KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

**RELATÓRIO INFORMATIVO
REFERENTE AO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

13. Condições, circunstâncias ou prazos para a cessação das restrições à distribuição dos resultados não classificados.

Ver Nota Explicativa 17 - Distribuição de lucros das Demonstrações Financeiras Individuais do Banco Patagonia S.A.

Marcelo A. Iadarola
Gerente Executivo de Administração

Juan M. Trejo
Superintendente de Finanças,
Administração e Setor Público

João Carlos de Nobrega Pecego
Presidente

Assinado para efeitos de sua identificação com
nosso relatório com data de 15/02/2018

KPMG
C.P.C.E.C.A.B.A. T° 2 F° 6

Marcelo A. Castillo (Sócio)
Contador Público (U.B.A.)
C.P.C.E.C.A.B.A. T° CLXIX F° 52

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Aos senhores Acionistas e Diretores de
BANCO PATAGONIA S.A.
Domicilio Legal: Av de Mayo 701,24 Andar
Cidade Autônoma de Buenos Aires

1. Informe sobre as demonstrações financeiras

Realizamos uma revisão do Inventário e balanço patrimonial que consta em anexo do BANCO PATAGONIA S.A. (a "Entidade") em 31 de dezembro de 2017 e das correspondentes demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e seus equivalentes referentes ao exercício findo nessa data, as notas 1 a 27, os anexos A a L, N e O, que se apresentam como informações complementares. Além do mais, examinamos o balanço patrimonial consolidado da Entidade e suas sociedades controladas, mencionadas na nota 1 das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2017, as correspondentes demonstrações do resultado consolidado e os fluxos de caixa e seus equivalentes, as notas explicativas 1 a 10, e o Anexo 1 que os complementam, o Relatório Anual e o Relatório sobre o nível de observância do Código de Governança Corporativa.

Os valores e outras informações relevantes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 são parte integrante das referidas demonstrações contábeis, e são apresentadas com o fim de serem interpretadas exclusivamente com relação aos valores e com a informações do exercício actual.

2. Responsabilidade do Conselho de Administração

O Conselho de Administração e a Gerência da Entidade são responsáveis pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis mencionados no parágrafo anterior, de acordo com as normas contábeis vigorantes estabelecidas pelo Banco Central da República Argentina (B.C.R.A.), e pelo controle interno que o Conselho de Administração determinaram como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções significativas.

3. Responsabilidade do Conselho Fiscal

Nosso trabalho foi realizado de acordo com as normas de sindicância vigentes. Essas normas requerem que a revisão das demonstrações financeiras seja realizada de acordo com as normas de auditoria vigentes e inclui a verificação da congruência dos documentos revisados com a informação sobre as decisões societárias expostas nas atas e a adequação das mencionadas decisões à Lei e aos estatutos, no que se refere aos seus aspectos formais e documentais. Para realizar o nosso trabalho profissional sobre os documentos citados no primeiro parágrafo, revisamos a auditoria feita pela firma KPMG, membro de KPMG Internacional, na qualidade de auditores externos da Entidade, foi realizada a auditoria de acordo com as normas de auditoria estabelecidas na Resolução Técnica nº 37 da Federação Argentina de Conselhos Profissionais de Ciências Econômicas (FACPCE) e com as "Normas mínimas sobre auditorias externas" baixadas pelo B.C.R.A. que aplicaram as "Normas mínimas de auditoria externa" do B.C.R.A., normas de auditoria vigente na Republica Argentina emitindo seu relatório sem observações, no dia 15 de fevereiro de 2018.

Essas normas exigem que atender às exigências éticas, planejar e executar a auditoria para obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de erros significativos. Uma auditoria aplica realizar procedimentos, sobre bases seletivas para obter elementos de juízo sobre os números e afirmamções expostos nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do juízo profissional do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de que as demonstrações financeiras tenham distorções significativas, originadas em erros significativos. Ao realizar esta avaliação de riscos, o auditor considera o controle interno existente na Entidade, no relativo à preparação e apresentação das demonstrações financeiras, com a finalidade de selecionar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o propósito de expressar uma opinião sobre a efetividade do controle interno da Entidade. Assim mesmo, como parte da auditoria se avaliam as normas contábeis utilizadas, as estimativas significativas efetuadas pelo Conselho de Administração e a Gerencia da Entidade e a apresentação das demonstrações financeiras em seu conjunto.

Dado que não é responsabilidade do síndico efetuar um controle de gestão, nosso exame não se estendeu aos critérios e decisões empresarias das diversas áreas da Entidade, questões que são de responsabilidade exclusiva do Conselho de Administração. Consideramos que nosso trabalho nos brinda uma base suficiente e apropriada para expressar uma opinião.

4. Conclusão

Baseados no nosso trabalho e no relatório com data 15 de fevereiro de 2018, emitido pelo Dr. Marcelo A. Castillo (Sócio da firma KPMG membro de KPMG Internacional), em nossa opinião, as demonstrações financeiras mencionados no parágrafo primeiro, apresentam razoavelmente, em todos seus aspectos significativos, a situação patrimonial de BANCO PATAGONIA S.A. em 31 de dezembro de 2017 e os resultados de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e seus fluxos de caixa pelo exercício finalizado nessa data, de acordo com as normas estabelecidas pelo B.C.R.A.

5. Outras questões contábeis

Sem modificar a nossa conclusão, chamamos a atenção dos usuários deste relatório sobre a seguinte informação contida em Notas 3 e 4 às demonstrações contábeis anexas:

1. Às demonstrações contábeis individuais anexas, foram preparadas pela Diretoria e pela Gerência da Entidade, de acordo com as normas contábeis estabelecidas pelo B.C.R.A., as quais diferem em certos aspectos de avaliação e exposição das normas contábeis profissionais vigentes na Cidade Autônoma de Buenos Aires, República Argentina, que são descritos e quantificam na mencionada nota; e
2. Na Nota 4 às demonstrações contábeis individuais anexas, as partidas e cifras contidas na conciliação ali incluída estão sujeitas a mudanças, e somente poderão ser consideradas definitivas quando forem preparadas as demonstrações financeiras anuais correspondentes ao exercício no qual forem aplicadas pela primeira vez as Normas Internacionais de Informação Financeira (NIIF) de acordo com o estabelecido pelo B.C.R.A. a partir da Comunicação "A" 5541 e complementares, que conformam em seu conjunto as normas NIIF adotadas pelo B.C.R.A., que diferem das NIIF ao ficar isenta transitoriamente a aplicação do ponto 5.5, Deterioração de valor da NIIF 9.

6. Informações sobre outros requerimentos legais e regulamentares

Observando as disposições em vigor, informamos o seguinte:

- a) No exercício do controle de legalidade que nos corresponde, aplicamos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 os demais procedimentos descritos no artigo N° 294 da Lei N° 19.550, que achamos necessários de acordo com as circunstâncias, incluindo entre outras o controle da constituição e subsistência da garantia dos diretores, não tendo observações que formular a respeito.
- b) As demonstrações financeiras do BANCO PATAGONIA S.A. mencionadas no parágrafo primeiro surgem de registros contábeis realizados, em seus aspectos formais, conforme as normas legais vigentes e as normas regulamentares do B.C.R.A. e de acordo com as condições estabelecidas na Resolução N° 4.810/EMI da Comissão Nacional de Valores de 21 de outubro de 2008 e se encontra registrado no livro das demonstrações financeiras O inventario se encontra registrado no livro "Inventario".
- c) Revisamos o Relatório Anual do Conselho de Administração sobre a qual nada temos que observar na matéria de nossa competência, sendo as afirmações sobre fatos futuros responsabilidade exclusiva do Conselho de Administração. Em relação ao Relatório sobre o nível de observância do Código de Governança Corporativa emitido pelo Conselho de Administração da Instituição em cumprimento do disposto pelo artigo 1. inc. a.1 do Capítulo I da Seção I do Título IV das normas da C.N.V. (t.o. 2013) e que serão apresentado perante esse organismo como um anexo separado do Relatório Anual, informamos que o análise realizado mostra que não houve evidência indicando falta de veracidade na informação fornecida pelo Conselho de Administração ao Conselho Fiscal e contida neste Relatório.
- d) De acordo ao requerido pelo el art. 105 da Lei N° 26.831 e os arts. 21 - Seção VI do Capítulo III do Título II y 4º inciso d) - Seção III do Capítulo I del Título XII das Normas da C.N.V. (t.o. 2013)., sobre a independência do auditor externo e sobre a qualidade das políticas de auditoria aplicadas pelo mesmo e das políticas de contabilização da Entidade, o relatório do auditor externo mencionado no parágrafo quarto inclui a manifestação de ter aplicado as normas de auditoria vigentes na República Argentina, que compreendem os requisitos de independência, e não contém ressalvas com relação à aplicação das mencionadas normas e das normas contábeis profissionais vigentes na Cidade Autônoma de Buenos Aires, República Argentina, considerando o exposto no Parágrafo de Ênfase no citado relatório.
- e) No dia 31 de dezembro de 2017, conforme é mencionada na nota 15 as demonstrações contábeis individuais adjuntas, o Banco Patagonia S.A. registra o patrimônio líquido mínimo e contrapartida líquida requerida pela normativa da CNV, sobre o qual não temos observações significativas que mencionar no que é matéria de nossa competência.

- f) Nós aplicamos os procedimentos para a prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo sob as normas profissionais estabelecidas pelo Conselho Profissional de Ciências Econômicas da Cidade Autônoma de Buenos Aires da Argentina.

Cidade Autônoma de Buenos Aires,
15 de fevereiro de 2018

Por Conselho Fiscal

Mónica M. Cukar
Síndico Efetivo
Contador Público (UBA)
C.P.C.E.C.A.B.A. Vol. 147 – F° 66